UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE SAÚDE PÚBLICA

Vinculação do Programa Nacional de Alimentação
Escolar (PNAE) com a agricultura familiar:
caracterização da venda direta e das mudanças para os
agricultores familiares em municípios do estado
de São Paulo

FLAVIA SCHWARTZMAN

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Saúde Pública para obtenção do título de
Doutor em Ciências

Área de concentração: Nutrição em Saúde Pública

Orientador: Profa. Dra Betzabeth Slater Villar
Co-Orientador: Profa. Dra Claudia Maria Bogus

São Paulo

2015

Vinculação do Programa Nacional de Alimentação
Escolar (PNAE) com a agricultura familiar:
caracterização da venda direta e das mudanças para os
agricultores familiares em municípios do estado
de São Paulo

FLAVIA SCHWARTZMAN

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Saúde Pública para obtenção do título de
Doutor em Ciências

Área de concentração: Nutrição em Saúde Pública

Orientador: Profa. Dra Betzabeth Slater Villar

Co-Orientador: Profa. Dra Claudia Maria Bogus

São Paulo

2015

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na sua forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida **exclusivamente** para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da tese.

Aos meus filhos, com quem aprendo diariamente.

Ao meu pai, exemplo de ética, comprometimento e amor pelo seu trabalho.

A todos os colegas de trabalho e às pessoas que participaram do estudo, por tornarem este processo uma grande troca de experiência e oportunidade de aprendizagem.

Agradecimentos

À minha querida amiga Claudia Rodriguez Mora, que me acompanhou e ajudou em várias etapas do trabalho.

A todos os membros da equipe de pesquisa – Bruna Lourenço Januário, Jamile Fernandes Ramos, Joyce Godinho Martins, Silvia Maria Voci e Sofia Sayuri Yoneta – e aos pesquisadores de campo, os quais contribuíram para a realização deste estudo.

À Martha Cassiolato, que me apoiou e tornou possível o desenvolvimento do modelo lógico.

Ao pessoal administrativo da Comissão de Pós Graduação da Faculdade de Saúde Pública, que sempre esteve disponível para ajudar e solucionar qualquer dúvida.

A todos os atores que foram entrevistados, sem os quais este trabalho não teria sido possível.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do estado de São Paulo (Fapesp) pelo apoio na forma de bolsa de doutorado e financiamento dado ao projeto.

À minha co-orientadora Claudia Maria Bógus, pelas ricas discussões e aportes durante todo o processo.

Finalmente, à minha orientadora, Betzabeth Slater Villar que foi, na realidade, muito mais do que uma orientadora. Com sua experiência, sabedoria e paciência, me orientou e me ajudou a amadurecer como profissional, pesquisadora e indivíduo.

Resumo

Schwartzman F. Vinculação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) com a agricultura familiar: caracterização da venda direta e das mudanças para os agricultores familiares em municípios do estado de São Paulo. [Tese de doutorado] São Paulo: Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, 2015.

Introdução - Desde 2009, legislação do Programa de Alimentação Escolar Nacional do Brasil (PNAE) estabelece que, do total dos recursos financeiros alocados pelo governo federal aos estados e municípios para a alimentação escolar, pelo menos 30% devem ser usados na compra de produtos diretamente da agricultura familiar. **Objetivos** – Descrever as principais características da venda direta da agricultura familiar para o PNAE, em municípios do estado de São Paulo, e as mudanças com relação à produção, comercialização e renda dos agricultores que possam ter ocorrido depois do início desta venda até 2012. **Métodos** – Para melhor compreensão da vinculação PNAE com a agricultura familiar, foi construído um modelo lógico desta iniciativa. Foram entrevistados alguns dos principais atores que participaram da elaboração da legislação. Para a descrição da venda e das mudanças, foram entrevistados, em 2012, 110 agricultores familiares que venderam diretamente para o PNAE em 16 municípios do estado de São Paulo.

Resultados – A maioria dos agricultores começou a vender para o PNAE em 2011, era do sexo masculino (75,4%), entre 41 e 60 anos (57,3%) e vendeu através de associação ou cooperativa (81,8%). A maioria dos produtos vendidos era composta por grande variedade de produtos frescos. A totalidade ou parte da produção de 41,8% dos agricultores era orgânica, mas apenas quatro deles (8,7%) eram certificados; 63,6% dos agricultores não tinham sido contactados pelo nutricionista do município para a identificação dos alimentos produzidos; 64,6% não receberam apoio do nutricionista durante o processo de venda; 53,7% receberam apoio de alguma instituição

da agricultura; para 43,6% dos agricultores, o preço pago pelo PNAE era maior do que outros mercados. Após o início da venda para o PNAE, 76,4% aumentaram sua renda; 34,6% passaram a produzir novos produtos para comercializar; a maioria relatou aumento da quantidade produzida (63,6%) e da área cultivada (54,6%); cerca de um terço (36,4%) mudou a maneira de planejar a produção; um pouco mais que a metade (52,7%) afirmou que passou a utilizar mais técnicas e/ou insumos e 40,9% relataram ter investido mais em infraestrutura.

Conclusão – Os resultados mostraram que a vinculação entre o PNAE e a agricultura familiar permitiu a comercialização de produtos frescos e saudáveis para as escolas e parece ter contribuído para mudanças positivas na produção e comercialização, assim como para o aumento da renda dos agricultores. No entanto, a fim de maximizar os resultados, é necessário fortalecer o apoio aos agricultores por parte dos nutricionistas e entidades de assistência técnica a nível local.

Palavras chave: alimentação escolar, PNAE, agricultura familiar, desenvolvimento local, modelo lógico, avaliação.

Abstract

Schwartzman F. Linking the National School Feeding Programme (PNAE) with family farming: characterization of the direct sales and of the changes to family farmers in municipalities of Sao Paulo state. [Doctoral dissertation] São Paulo: Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, 2015.

Introduction - Since 2009, legislation of the National School Feeding Program of Brazil (PNAE, for its initials in Portuguese) states that out of the total financial resources allocated by the federal government to the states and municipalities for school feeding, at least 30% must be used in the purchase of products directly from family farming.

Objectives – To describe the main characteristics of the direct sales from family farming to PNAE in municipalities of São Paulo state and the changes related to the production, marketing and farmers' income that may have occurred after the beginning of the sales until 2012.

Methods – To better understand the linkage between PNAE and family farming, a logic model of this initiative was developed. Key actors who participated in the drafting of the legislation were interviewed. For characterization of the sales and the changes, interviews were carried out, in 2012, with 110 farmers who sold directly to PNAE in 16 municipalities of São Paulo state.

Results – The majority of the farmers began selling to PNAE in 2011, was male (75.4%), between 41 and 60 years (57.3%) and sold through an association or cooperative (81.8%). The majority of the sales consisted of a wide variety of fresh produce. All or part of the production of 41.8% of farmers was organic, but only four of them (8.7%) were certified; 63.6% of farmers had not been contacted by the program's nutritionist for identification of their production; 64.6% did not receive support from the nutritionist during the sale process; 53.7% received support from some institution of agriculture; to 43.6% of the farmers, the price paid by PNAE was higher than other markets. After starting selling to PNAE, 76.4% had their income increased;

34.6% began to produce new products; the majority reported increases in the amount produced (63.6%) and in the cropland (54.6%); about a third (36.4%) changed the way of planning their production; slightly more than half (52.7%) started using more techniques and/or agricultural inputs, and 40.9% reported having invested more in infrastructure.

Conclusion - The results showed that the linkage between PNAE and family farming allowed the marketing of fresh and healthy products for the schools and may have contributed with positive changes in the production and marketing, as well as to the increase of farmers' income. However, in order to maximize results, there is a need to strengthen the support to farmers by the nutritionists and institutions of technical assistance at local level.

Keywords: school feeding, PNAE, family farming, local development, logic model, evaluation.

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO.....	13
1.1. PROGRAMAS DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	13
1.2. O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DO BRASIL (PNAE)	16
1.3. CONSIDERAÇÕES SOBRE A AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL	19
1.4. VINCULAÇÃO DO PNAE COM A AGRICULTURA FAMILIAR	22
1.5. MODELO LÓGICO: FERRAMENTA PARA MELHOR COMPREENSÃO DE PROGRAMAS, PROJETOS E INICIATIVAS.....	23
1.6. JUSTIFICATIVA DO ESTUDO	24
2. OBJETIVOS.....	26
3. ANTECEDENTES.....	26
4. MÉTODOS.....	27
4.1. DELINEAMENTO	27
4.2. MODELO LÓGICO DA VINCULAÇÃO DO PNAE COM A AGRICULTURA FAMILIAR	27
4.2.1. Entrevistas.....	27
4.2.2. Processamento e Análise das Informações.....	29
4.2.3. Modelo lógico.....	30
4.2.3.1. Antecedentes da Vinculação do PNAE com a Agricultura Familiar	31
4.2.3.2. Representação gráfica do modelo lógico.....	37
4.2.3.3. Identificação dos Fatores de Contexto da Implementação das Compras Locais pelo PNAE.....	43
4.2.4. Aplicação do Modelo Lógico.....	45
4.3. CARACTERIZAÇÃO DA VENDA E IDENTIFICAÇÃO DAS MUDANÇAS.....	46
4.3.1. Amostra da Pesquisa Principal.....	46
4.3.2. População de Estudo.....	49
4.3.3. Coleta de Dados.....	50
4.3.4. Processamento dos Dados.....	52
4.3.5. Análise dos Dados.....	52

4.3.6. Considerações Éticas.....	53
5. RESULTADOS.....	54
5.1. CARACTERIZAÇÃO DOS AGRICULTORES	54
5.2. VENDA PARA PNAE E PAA	56
5.3. ALIMENTOS VENDIDOS PARA O PNAE	57
5.4. CANAIS DE COMERCIALIZAÇÃO DOS AGRICULTORES.....	57
5.5. APOIO INSTITUCIONAL AOS AGRICULTORES FAMILIARES	59
5.6. MUDANÇAS A PARTIR DA VENDA PARA O PNAE.....	60
6. LIMITAÇÕES DO ESTUDO	64
7. DISCUSSÃO.....	65
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	79
9. CONCLUSÕES.....	81
10. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	84
ANEXOS	91
Anexo 1 – Declaração Foro de Expertos.....	92
Anexo 2– Aprovação do Comitê de Ética e Pesquisa da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo.....	97
Anexo 3 – Manual do Pesquisador de Campo	98
Anexo 4 – Instrumentos de coleta de dados da pesquisa	109
Anexo 5 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	137
Anexo 6 – Primeira página do currículo lattes da autora da tese de doutorado Flavia Schwartzman.....	140
Anexo 7 - Primeira página do currículo lattes da orientadora da tese de doutorado Prof. Dra. Betzabeth Slater Villar.....	141

APRESENTAÇÃO

Este estudo está focado na iniciativa de vinculação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) com a agricultura familiar. Entretanto, considera-se importante destacar que esta iniciativa representa apenas uma das estratégias do PNAE e, portanto, a compra da agricultura familiar não deve ser entendida como uma iniciativa isolada da política de alimentação escolar.

Além disso, o propósito de vincular esta compra a produtores locais, e não mais somente a grandes fornecedores e produtores de municípios distantes, vai mais além do que simplesmente trocar de fornecedor, pois esta vinculação não se resume apenas à uma relação comercial com estes novos atores; ela se encaixa dentro de uma nova visão intersetorial da política de alimentação escolar e, como tal, deve ser compreendida como uma estratégia de melhoria da qualidade da alimentação escolar, de desenvolvimento local, de aproximação de distintos setores/atores (incluindo agricultores familiares e comunidade escolar) para a discussão sobre formação de hábitos alimentares saudáveis dos estudantes, de realização da segurança alimentar e nutricional (SAN), de cumprimento do direito humano à alimentação adequada (DHAA) e como parte de um conjunto de ações de diversos setores instituídas no marco desta política.

Esta tese foi desenvolvida com o objetivo de caracterizar a venda direta da agricultura familiar para o PNAE em municípios do estado de São Paulo e de identificar algumas possíveis mudanças com relação à produção, comercialização e renda dos agricultores que possam ter ocorrido depois do início desta venda.

O documento está constituído por uma introdução, onde se discutem conceitos teóricos importantes para o desenvolvimento do estudo como um todo. A partir daí, foi elaborado de maneira a apresentar a metodologia, resultados, discussão, conclusões e as recomendações finais.

1. INTRODUÇÃO

1.1 PROGRAMAS DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

Os programas de alimentação escolar (PAE) foram, inicialmente, implementados nos países menos desenvolvidos, de maneira geral, como uma das estratégias de proteção social destinadas às populações mais vulneráveis, cujo objetivo era a redução dos níveis de pobreza. Neste contexto, estes programas surgiram, alguns desde 1940, com um caráter assistencialista, destinados a aliviar a fome a curto prazo, reduzir a desnutrição entre os estudantes de educação primária e atrair e manter as crianças na escola (FAO, 2013a; WFP, 2013).

A maioria destes programas foi criada com o apoio financeiro de agências internacionais como o Programa Mundial de Alimentos (PMA), a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) e o Banco Mundial (BM). O nível de dependência externa variava segundo as condições sócio-político-econômicas de cada país.

Em cada país, os PAE se desenvolveram de maneira distinta de acordo com as políticas sociais existentes, a colaboração internacional, o potencial de recursos locais, as realidades da população escolar, as oportunidades de participação e organização social, as prioridades de acordo com a vulnerabilidade, a organização das escolas e outros fatores (FAO, 2013a).

Algumas características eram comuns a estes programas, em suas fases iniciais: atenção focalizada; dependência de recursos e assistência técnica externos; gestão centralizada no nível federal; inversão de recursos somente para a compra e distribuição de alimentos; modalidade de compras centralizadas, de grandes fornecedores e, muitas vezes, de mercados internacionais; fornecimento de alimentação padronizada e não diversificada, na maioria das vezes com baixa quantidade de alimentos frescos (frutas, verduras e legumes) e não condizente com a cultura e os hábitos alimentares locais.

Ao longo dos anos, a agenda destes programas foi mudando e o foco passou a ser, não somente no fornecimento de uma rede de segurança de consumo, mas em uma função mais holística de proteção social, de promoção da subsistência e de educação (DEVEREUX e col., 2010).

Como consequência desta mudança, nas últimas décadas, diversos países implementaram PAE como estratégia de combate à desnutrição, absentismo e abandono escolar, e de melhoria da aprendizagem. Ao longo dos anos, estes programas passaram por transformações significativas em sua concepção inicial, objetivos, cobertura, institucionalidade, modalidades de compra, mecanismos de participação social e de monitoramento e avaliação.

Atualmente, na região da América Latina e Caribe, os PAE são reconhecidos como instrumento de proteção social e de realização do DHAA, sendo que este é entendido como um dos componentes essenciais para o desenvolvimento humano sustentável. Assim, estes programas são considerados como fator de proteção e prevenção de risco em relação a: limitação de aprendizagem e rendimento escolar; evasão escolar; diminuição do orçamento doméstico, uma vez que estes programas podem ser considerados como uma transferência de recursos para as famílias mais vulneráveis; insegurança alimentar e nutricional em situações de instabilidade financeira, política e ambiental, e deficiências nutricionais e doenças crônicas não transmissíveis (BUNDY e col., 2009; FAO, 2013a; WFP, 2013).

Os diversos países apresentam distintas modalidades de alimentação escolar, cada uma com suas especificidades de gestão e implementação. Entretanto, um elemento comum é que, cada vez mais, os PAE estão sendo assumidos como uma política de Estado (e não apenas de governo) e como importante estratégia de SAN, de formação de hábitos alimentares saudáveis, de cumprimento do DHAA e de vários dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) (BUNDY e col., 2009; FAO, 2013a).

Na prática, os governos vêm participando mais ativamente de suas políticas de alimentação escolar, assumindo um maior compromisso político e financeiro, aumentando a cobertura e fomentando a criação de mecanismos de interlocução entre os diversos setores, políticas e atores envolvidos. Também se incorporaram outros elementos aos PAE, como educação alimentar e nutricional, inserção de temas

vinculados à alimentação, saúde, agricultura e SAN no currículo escolar, hortas escolares e vinculação de outros programas de saúde escolar, como programas destinados à saúde oral e desparasitação (FAO, 2013a).

Mais recentemente, a agenda da alimentação escolar vem passando por outra importante reestruturação, à medida em que também se reconhece que, quando estes programas se vinculam à produção agrícola local, eles podem beneficiar, não apenas os estudantes nas escolas, através do fornecimento de alimentos frescos, locais e saudáveis mas, também, os agricultores familiares locais que fornecem para estes programas. Este novo enfoque reflete tendência mais recente de convergência entre as políticas de proteção social e as políticas agrícolas (USDA, 2000; ESPEJO e col., 2009; DEVEREUX e col., 2010; WFP, 2013).

A demanda criada pelos PAE representa um grande potencial para o desenvolvimento da agricultura familiar e de circuitos locais de comércio e, por isso, estes PAE que comprem de produtores familiares locais (também chamados de pequenos agricultores/produtores) podem se converter em potencial ferramenta de estímulo à economia local, possibilitando o aumento da renda dos agricultores, contribuindo para a SAN das comunidades, a superação do ciclo da pobreza e para o fortalecimento e sustentabilidade do próprio programa; além de melhorar a qualidade dos alimentos oferecidos aos alunos e contribuir para a formação de hábitos alimentares saudáveis (BALABAN e PEIXINHO, 2008; WFP, 2009; TURPIN, 2009; BELIK e SOUZA, 2009).

Na reunião da Cúpula Mundial das Nações Unidas, em 2005, recomendou-se a expansão destes programas utilizando alimentos produzidos localmente, sempre que possível, como uma das iniciativas de “rápido impacto” para o alcance de vários dos ODM, por meio da quebra do ciclo da pobreza, aumento da renda das populações mais carentes e aceleração do progresso (UN, 2005).

Tendo em vista o amplo e importante alcance dos PAE, é importante que os países planifiquem para a implementação de programas de qualidade. Com base nisso, vários especialistas se reuniram no *Foro de Expertos sobre Programas de Alimentación Escolar Sostenibles en América Latina*, realizado em setembro de 2012, no escritório Regional da FAO para ALC-RLC em Santiago, Chile, com o objetivo de definir os elementos que deveriam ser alcançados para construir PAE

que, de fato, atendam às necessidades dos estudantes. Os participantes do Foro assinaram uma declaração (Anexo 1), por meio da qual reconhecem metas a curto, médio e longo prazos¹ necessárias para o fortalecimento dos PAE, as quais deveriam ser consideradas pelos governos dos países na planificação de sua sustentabilidade (FAO, 2013b). Uma das metas sugeridas é, justamente, a vinculação com os mercados locais, especialmente com a agricultura familiar.

1.2 O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DO BRASIL

No Brasil, o PNAE, existente desde a década de 1950, é considerado uma das mais importantes políticas públicas e o programa social mais antigo do país na área de segurança alimentar e nutricional (SANTOS, 2007; SIDANER e col., 2012; PEIXINHO, 2013).

Até 1993, sua gestão era centralizada e feita por um órgão central, que era responsável pela execução em todas as suas etapas, desde a elaboração dos cardápios, compra dos alimentos, contratação dos laboratórios para a realização do controle de qualidade, assim como pela distribuição dos alimentos em todo o território nacional. Esta modalidade de gestão dificultava a compra local e

¹ Elementos para sustentabilidade dos PAE: 1. Grande compromisso de todos os atores envolvidos nos PAE (governo, parlamento, organismos governamentais, organismos não-governamentais e internacionais, setor privado, comunidade educativa e diversos atores da sociedade); 2. Capacidade financeira do governo que permita alocar e comprometer com um orçamento a longo prazo; 3. Marcos legais e normativos claros que regulem a implementação, fiscalização e controle social dos PAE; 4. Articulação intersetorial e interinstitucional com políticas públicas de educação, saúde, desenvolvimento social e econômico, agricultura, entre outras; 5. Princípios, diretrizes e objetivos claros e adequados à realidade e às necessidades de cada país; 6. Cumprimento das recomendações nutricionais e de qualidade dos alimentos claramente definidas; 7. Amplo respeito pela cultura e diversidade; 8. Sustentabilidade econômica, social e ambiental dos PAE; 9. Desenvolvimento e capacitação dos atores envolvidos na alimentação escolar, para a sustentabilidade do PAE; 10. Fortalecimento da escola como espaço saudável e educativo; 11. Promoção da educação para a segurança alimentar e nutricional e para a formação de hábitos saudáveis por meio de instrumentos pedagógicos, como hortas escolares, elemento para envolver a comunidade educativa; 12. Adequação da oferta de alimentos à cultura local, às necessidades dietéticas especiais, às faixas etárias, às necessidades nutricionais e sanitárias; 13. Infra-estrutura e equipamentos adequados para a preparação e consumo de alimentos; 14. Vinculação com os mercados locais, especialmente com a agricultura familiar; 15. Sistemas de diagnóstico, monitoramento e avaliação; 16. Participação e controle social, que incluam mecanismos de transparência.

comprometia a qualidade de alimentação servida e o atendimento aos hábitos alimentares regionais, uma vez que os produtos eram comprados por meio de licitação pública, de grandes empresas, que vendiam uma grande quantidade de alimentos industrializados e pequena quantidade de alimentos frescos e regionais, os quais eram distribuídos em todo o território nacional (SPINELLI e CANESQUI, 2002; STURION e col., 2005; BAVARESCO e MAURO, 2012).

Ao longo das últimas décadas, o PNAE veio passando por importantes reestruturações na sua concepção, princípios, objetivos, cobertura, modelo de gestão, modalidades de compra, mecanismos de participação social e de monitoramento e avaliação (COIMBRA, 1981; SPINELLI e CANESQUI, 2002; STOLARSKI e CASTRO, 2007; PEIXINHO, 2013).

Entre as reestruturações, a descentralização da gestão, implementada com a Lei nº 8.913/1994 (BRASIL, 1994), e consolidada em 1998, com a Medida Provisória nº 1.784/1998 (BRASIL, 1998), trouxe a possibilidade de se fornecer uma alimentação escolar mais variada, com maior volume de alimentos “*in natura*” e mais condizente com os hábitos alimentares das diferentes regiões do país, além de possibilitar a inserção dos pequenos agricultores no mercado institucional (STURION et al., 2005; BELIK & CHAIM, 2009).

Com a publicação da Medida Provisória nº 1979-19 em 2000 (BRASIL, 2000), foi estabelecida a obrigatoriedade de que, pelo menos, 70% dos recursos transferidos pelo governo federal fossem aplicados exclusivamente na aquisição de produtos básicos (produtos semi-elaborados e produtos frescos), respeitando os hábitos alimentares regionais e a vocação agrícola do município, com vistas a melhorar a qualidade da alimentação oferecida e fomentar o desenvolvimento da economia local.

Entretanto, na prática, os agricultores familiares encontravam diversos obstáculos que dificultavam a inserção neste e em outros mercados, como a baixa capacidade institucional, de produção e de comercialização, que comprometiam a quantidade, a qualidade e o preço de seus produtos. Além disso, os entraves burocráticos e os requisitos para participar nos processos licitatórios também dificultavam sua inserção nestes mercados (SCHIRMANN e col., 2007).

Em 2009, foram aprovados dois importantes marcos legais relativos ao Programa, a Lei nº 11.947/2009 (BRASIL, 2009a) e sua regulamentação, a Resolução/CD/FNDE nº 38/2009 (BRASIL, 2009b), posteriormente substituída pela Resolução/CD/FNDE nº 26/2013 (BRASIL, 2013). Estas legislações descrevem os princípios, diretrizes, objetivos e ações do Programa, introduzindo importantes modificações, como o reconhecimento da alimentação escolar como instrumento de cumprimento do DHAA, a extensão da alimentação escolar aos estudantes do ensino médio, a inclusão da educação alimentar e nutricional de forma transversal no currículo escolar e a vinculação com a agricultura familiar.

A Lei nº 11.947/2009 determina que os cardápios da alimentação escolar devem priorizar alimentos básicos, que respeitem a cultura e a tradição alimentar locais, pautando-se na sustentabilidade e na diversificação agrícola da região. Além disso, determina, em seu artigo 14 que, do total dos recursos financeiros repassados aos estados, Distrito Federal e municípios, pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), órgão vinculado ao Ministério da Educação (MEC) e responsável pela coordenação do PNAE, “...no mínimo 30% deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações...” (BRASIL, 2009a).

Por esta lei, no mesmo artigo, também fica estabelecido que esta aquisição “...poderá ser realizada dispensando-se o procedimento licitatório, desde que os preços sejam compatíveis com os vigentes no mercado local...e os alimentos atendam às exigências do controle de qualidade estabelecidas pelas normas que regulamentam a matéria” (BRASIL, 2009a).

A institucionalização da vinculação de um programa de alimentação escolar com a agricultura local, por meio de legislações como estas, pode ser considerada um marco nas políticas de SAN de um país. Como mencionado anteriormente, até então, era muito difícil para os agricultores familiares venderem diretamente para o governo, por mais que o PNAE preconizasse a utilização de produtos básicos (semi-elaborados e frescos), o respeito aos hábitos alimentares regionais e à vocação agrícola local (BAVARESCO e MAURO, 2012).

Uma das inovações da Lei nº 11.947/2009 é que ela implementa um mecanismo alternativo de compras, a chamada pública, através do qual os

agricultores familiares podem vender ao PNAE, dispensando o procedimento licitatório e facilitando seu acesso ao mercado da alimentação escolar.

A operacionalização das compras locais pelo PNAE constitui processo complexo, pois envolve distintos setores de governo e sociedade, nos âmbitos federal, estadual e municipal, e requer mecanismos concretos de interlocução entre todos. Para que a operacionalização destas compras ocorra de maneira exitosa, é importante que existam condições favoráveis em todas as diversas esferas e setores envolvidas (ESPEJO e col., 2009; FAO, 2013a).

1.3 CONSIDERAÇÕES SOBRE A AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL

Historicamente, no Brasil, como em vários outros países, os agricultores familiares sempre se depararam com diversos obstáculos, como a falta de políticas de crédito e de regulação de preços, de infraestrutura e de canais de comercialização dirigidos especificamente à sua produção agrícola. Como resultado, sempre tiveram muitas dificuldades em competir com os grandes produtores e fornecedores e em se inserir nos diferentes mercados (SCHNEIDER e col., 2004; CERQUEIRA e col., 2006).

Além disso, os entraves burocráticos e os requisitos para a participação nos processos licitatórios estabelecidos pela Lei nº 8.666/1993 (BRASIL, 1993), a qual regulamenta as licitações e contratos da Administração Pública, também representavam grandes obstáculos para sua inserção no mercado institucional (INSTITUTO CIDADANIA, 2001; SCHIRMANN e col., 2007).

Esta situação foi consequência da falta de políticas públicas dirigidas especificamente ao setor da agricultura familiar no país, por muitos anos. Até meados da década de 1990, as políticas agrícolas eram basicamente direcionadas aos setores mais capitalizados e à esfera produtiva das *commodities*² voltadas ao mercado

² *Commodities* (significa mercadoria em inglês) pode ser definido como artigos de comércio que não sofrem processos de alteração (ou que são pouco diferenciados), como frutas, legumes, cereais e alguns metais. São produzidos em larga escala, comercializados em nível mundial e negociados na Bolsa Internacionais de Valores. Fonte: <http://www.significados.com.br/commodities/>

internacional. Assim, este segmento ficou marginalizado durante muito tempo, principalmente no que se refere ao crédito rural, à política de preços mínimos e ao seguro da produção (SCHNEIDER e col., 2004; CERQUEIRA e col., 2006; IICA, 2010).

A partir da década de 90, a importância da agricultura familiar para o desenvolvimento do país começou a ganhar força, impulsionada pelo debate sobre desenvolvimento sustentável, geração de emprego e renda, segurança alimentar e desenvolvimento local. Nesta época, deu-se início a um redirecionamento das políticas públicas de desenvolvimento rural (GUANZIROLI e CARDIM, 2000; GRISA e col., 2011).

A partir daí, um conjunto de políticas e iniciativas dirigidas aos agricultores familiares começou a ser implementado, com o objetivo de fortalecer suas capacidades institucionais, produtivas e comerciais. Alguns exemplos são o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), a principal política governamental de apoio aos agricultores familiares no país (BRASIL, 1996), a Lei nº 11.326/2006 (BRASIL, 2006), a qual estabelece a definição e critérios oficiais dos conceitos de agricultor familiar e empreendedor familiar rural e a Estratégia Fome Zero. Em 2003, como consequência da articulação entre as políticas de proteção e desenvolvimento social, a Estratégia Fome Zero é implementada, com o objetivo de organizar o enfrentamento de questões relativas a erradicar a fome e a insegurança alimentar, através da integração dos diversos programas e políticas de assistência social, transferência de renda e medidas estruturais, como a geração de emprego e renda, reforma agrária, fortalecimento da agricultura familiar, entre outros.

Outras importantes iniciativas implementadas no país, que visam a estimular e fortalecer a agricultura familiar, são as compras institucionais, efetivadas por meio de alguns programas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), criado em 2003 (BRASIL, 2003) e o PNAE, principalmente a partir da publicação da Lei nº 11.947/2009, como mencionado anteriormente.

Por meio de uma das modalidades do PAA, o Estado compra diretamente dos agricultores familiares e destina os produtos à formação de estoques estratégicos, a entidades da rede socioassistencial, a famílias em situação de vulnerabilidade social,

à formação de cestas de alimentos distribuídas a grupos populacionais específicos e ao mercado institucional de alimentos, como hospitais, escolas e presídios (MDA, 2014).

A criação do PAA pode ser considerada como um importante passo de aproximação entre o PNAE e a agricultura familiar, já que algumas escolas e creches recebiam alimentos diretamente da agricultura familiar por meio deste programa.

Já o PNAE, por meio da transferência de recursos financeiros aos estados, municípios e Distrito Federal, contribui para a alimentação escolar dos alunos de educação básica (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos) matriculados em escolas públicas, filantrópicas e comunitárias.

Para poder vender ao PNAE, os agricultores familiares e/ou suas organizações econômicas devem possuir a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) física ou jurídica, respectivamente. O agricultor familiar é reconhecido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) por meio da DAP. Este documento é o instrumento de identificação do agricultor familiar, utilizado para o acesso às políticas públicas, inclusive para a venda ao PNAE. Atualmente, o limite individual de venda do agricultor familiar para a alimentação escolar é de R\$ 20 mil (US\$ 6,666 mil)³ por DAP/ano (BRASIL, 2013).

Ambas iniciativas possibilitam que o governo compre produtos diretamente dos agricultores familiares, sem intermediários, dispensando-se as normas de licitação e apoiando-os, assim, em algumas das áreas mais complexas da cadeia agrícola, que são os mecanismos de acesso ao mercado e de regulação de preços. Desta maneira, ao invés de competir com as grandes empresas, estes agricultores são priorizados pelo governo, desde que os preços sejam compatíveis com o mercado local e seus produtos atendam às exigências de qualidade (SCHMITT, 2005).

Estas iniciativas constituem grande vantagem para os envolvidos. Por um lado, a grande capacidade de compras dos mercados institucionais representa um mercado volumoso e estável para os agricultores familiares. O PNAE, especificamente, representa uma demanda de 43 milhões de estudantes da educação básica e de jovens e adultos que se alimentam diariamente em 190 mil escolas da

^{3 3} Cambio do dólar em 20/05/15: R\$ 3,00 reais.

rede pública de ensino em todo o país. Com base no orçamento total do PNAE de 2014, de R\$ 3,5 bilhões (US\$ 1,17 bilhões)⁴, o setor da agricultura familiar poderia ter acesso, potencialmente, a pelo menos R\$ 1,05 bilhão (US\$ 350 milhões)⁵ como resultado desta vinculação. Estima-se que cerca de 250.000 famílias de agricultores possam se beneficiar diretamente em todo o país (FNDE, 2014b).

Por outro lado, os mercados institucionais podem contar com uma grande oferta de produtos diversificados oriundos de agricultores familiares de todo o país. De acordo com o Censo Agropecuário de 2006, a agricultura familiar representa 84,4% do total de estabelecimentos agropecuários, 24,3% da área total ocupada, 74,4% do pessoal ocupado no total dos estabelecimentos agropecuários e é responsável por 38,0% do valor bruto produzido, o que corresponde a R\$ 54 bilhões (US\$ 18 bilhões)⁶ (MDA, 2009).

A maior parte da produção agrícola de produtos básicos do país é produzida por agricultores familiares. Eles produzem, individualmente ou através de cooperativas, mandioca (87% da produção total do país), feijão (70%), milho (46%), café (38%), arroz (34%), trigo (21%) e soja (16%). Com relação aos alimentos de origem animal, são também responsáveis pela produção de leite (58%), aves (50%), suínos (59%) e bovinos (30%). Além disso, a agricultura familiar gera mais empregos do que a agricultura patronal, concentrando 12,3 milhões de trabalhadores, o que corresponde a 74,4% do total de ocupados no campo, cumprindo, assim, um importante papel de geração de emprego e de renda (MDA, 2009).

1.4 VINCULAÇÃO DO PNAE COM A AGRICULTURA FAMILIAR

A iniciativa de vinculação do PNAE com a agricultura familiar foi introduzida com o objetivo, entre outros, de melhorar a qualidade da alimentação escolar, através do fornecimento de alimentação variada e saudável, composta por alimentos frescos e regionais, quantidades adequadas de frutas, verduras e legumes e baixa quantidade de alimentos processados. Ao mesmo tempo, no âmbito da

⁴ Cambio do dólar em 20/05/15: R\$ 3,00 reais.

⁵ Idem nota 3.

⁶ Idem nota 3.

agricultura, esta vinculação visa a promover os circuitos locais de comercialização, o resgate da produção local e a inclusão social do agricultor, com vistas ao fortalecimento da agricultura familiar e ao desenvolvimento local (TRICHES e SCHNEIDER, 2010; CAMARGO e col., 2013).

Após a divulgação da Lei nº 11.947/2009, deu-se início à implementação das compras locais pelo PNAE no país. Levantamentos indicam que vários municípios estão comprando diretamente da agricultura familiar para a alimentação escolar. SARAIVA e col. (2013), utilizando dados de 2010, identificaram que 47,4% dos municípios de todo o país compraram localmente da agricultura familiar e, nestes, o percentual de compra foi, em média, de 22,7% em relação ao total repassado pelo governo federal. No estado de São Paulo, SLATER e col. (2013) identificaram que, em 2011, dos 613 municípios onde foi possível obter a informação, 47% (288) haviam realizado a implementação das compras locais em todas as suas etapas, pelo menos uma vez, desde 2009, isto é, publicaram pelo menos uma chamada pública, receberam os produtos nas escolas e realizaram o pagamento aos produtores.

CORÁ e BELIK (2012), ao avaliar a inclusão da agricultura familiar na alimentação escolar em São Bernardo do Campo, após a implementação da Lei nº 11.947/2009, encontraram alguns efeitos positivos para os agricultores familiares e as escolas, como ampliação e diversificação da produção, abertura de novos mercados de comercialização, melhorias nas condições de vida e na estrutura de trabalho dos agricultores, melhoria da qualidade dos produtos ofertados, recebimento de produtos orgânicos e mais frescos pelas escolas e diversificação de produtos no cardápio escolar, com maior oferta de frutas, legumes e verduras.

1.5 MODELO LÓGICO: FERRAMENTA PARA MELHOR COMPREENSÃO DE PROGRAMAS, PROJETOS E INICIATIVAS

Devido à complexidade na implementação de programas, projetos e/ou iniciativas e aos cuidados que se deve tomar na hora de avaliar se os efeitos e resultados esperados foram alcançados ou não, a literatura recomenda a elaboração de modelos lógicos para apoiar no seu planejamento e gerenciamento. Estes

instrumentos também são úteis para subsidiar a avaliação de processos e a identificação dos melhores indicadores para a avaliação de resultados (HARTZ, 1999; MILLAR e col., 2001; KELLOGG FOUNDATION, 2004; MCLAUGHLIN e JORDAN, 2004).

Muitas vezes, programas, projetos e iniciativas são implementados sem terem diretrizes, objetivos e estratégias bem definidas e, algumas vezes, quando existem, estes elementos são contraditórios e acabam sendo implementados rapidamente, sem haver uma clareza e um consenso a seu respeito (CASSIOLATO e GUERESI, 2010).

Nas últimas décadas, modelos lógicos vêm sendo amplamente utilizados na avaliação de programas e, principalmente, iniciativas governamentais, com o objetivo de traçar o seu desempenho e compreender como se chegou a estes resultados, com o intuito de justificar e prestar contas dos gastos e otimizar a *performance* (MILLAR e col., 2001; MCLAUGHLIN e JORDAN, 2004).

Modelos lógicos podem ser utilizados nas várias fases de um programa/iniciativa, desde a sua elaboração, até a avaliação de processos e de resultados. Por meio desta ferramenta, é possível descrever a teoria do programa, isto é, como ele idealmente funciona, seus objetivos, como deve ser o processo de implementação para que se atinjam os resultados esperados, quais os resultados que se esperam, a curto, médio e/ou longo prazos e, mais adiante, se os resultados esperados foram atingidos.

Para a sua construção, recomenda-se a participação dos agentes envolvidos e são coletadas informações relativas aos principais elementos do programa que se pretende implementar e/ou avaliar. A partir destes dados, é gerada uma representação gráfica que explicita como se articulam todos os elementos, isto é, os serviços prestados com as ações programadas e os resultados ou impacto que se pretende alcançar (MCLAUGHLIN e JORDAN, 2004; CASSIOLATO e GUERESI, 2010).

1.6 JUSTIFICATIVA DO ESTUDO

Levando em conta que vários municípios de São Paulo já estão implementando as compras locais da agricultura familiar para a alimentação escolar,

é importante conhecer em maiores detalhes como está se dando este processo e identificar algumas mudanças que possam estar ocorrendo a partir desta venda.

Além disso, também não há conhecimento sobre a construção de modelos lógicos sobre a iniciativa de vinculação do PNAE com a agricultura familiar. A construção deste instrumento servirá como importante insumo metodológico para o entendimento da iniciativa, assim como, para atingir os objetivos propostos na tese.

2. OBJETIVOS

Este estudo apresenta dois objetivos:

- Descrever as principais características da venda da agricultura familiar para o PNAE em municípios do estado de São Paulo.
- Descrever as possíveis mudanças com relação à produção, comercialização e renda dos agricultores que possam ter ocorrido após esta venda.

3. ANTECEDENTES

O estudo aqui apresentado faz parte de uma pesquisa maior intitulada *O encontro entre o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e a agricultura familiar: avaliação do processo de implementação e dos possíveis efeitos das compras locais, segundo a lei 11.947/2009*, financiado pela Fapesp.

Esta pesquisa teve como objetivo avaliar o processo de implementação e os possíveis efeitos das compras locais para o PNAE, tanto no âmbito do município e da escola (entrevistando nutricionistas, diretores e merendeiros de escolas e pessoal responsável pelas compras para o PNAE no município), como no âmbito dos agricultores familiares que venderam para o Programa (entrevistando agricultores e representantes de associações/cooperativas).

Quando a pesquisa foi iniciada, em 2011, a Lei nº 11.947/2009 havia sido publicada havia dois anos e o processo de implementação das compras da agricultura familiar para o PNAE, nos municípios do estado de São Paulo, ainda estava se iniciando. Com base em pesquisa realizada em 2011 (SLATER et al., 2013) e na experiência dos membros do grupo da pesquisa, sabia-se que vários municípios de São Paulo estavam enfrentando dificuldades para lograr realizar estas compras locais. Assim, antes de iniciar a pesquisa propriamente dita, verificou-se a necessidade de se entender com mais clareza a iniciativa de vinculação do PNAE com a agricultura familiar, suas origens, seus objetivos, as ações que haviam sido propostas para atingi-los e os resultados esperados.

Para isso, foi proposto o desenvolvimento de um modelo lógico da iniciativa de vinculação do PNAE com a agricultura familiar, o qual contribuiria como ferramenta de apoio para auxiliar no entendimento desta iniciativa e do processo de implementação, na identificação dos resultados esperados e na construção dos instrumentos de coleta dos dados da pesquisa.

Esta pesquisa maior foi desenvolvida em três etapas. Em um primeiro momento, foi desenvolvido o modelo lógico. Em uma segunda etapa, a avaliação do processo de implementação e dos possíveis efeitos das compras locais foi realizada no nível do município/escola e, com base nos resultados obtidos, procedeu-se a um terceiro momento, com foco nos agricultores. Cada uma destas etapas deu origem a outros estudos, sendo que o presente estudo constituiu-se do desenvolvimento do modelo lógico e da avaliação no âmbito dos agricultores familiares.

A seguir, serão apresentadas as informações relativas à caracterização da venda direta da agricultura familiar para o PNAE e de alguns possíveis efeitos que possam ter ocorrido como decorrência desta vinculação. O desenvolvimento do modelo lógico será destacado, ao longo da metodologia, devido à sua importante contribuição como instrumento auxiliador da pesquisa como um todo.

4. MÉTODOS

4.1 DELINEAMENTO

Trata-se de um estudo transversal, que envolve metodologias de análise qualitativa e quantitativa.

4.2 MODELO LÓGICO DA VINCULAÇÃO DO PNAE COM A AGRICULTURA FAMILIAR

4.2.1 Entrevistas

A construção do modelo lógico iniciou-se com a elaboração de um roteiro de entrevistas e a identificação de alguns dos principais atores/gestores envolvidos na elaboração do Projeto de Lei que deu origem à Medida Provisória nº 455/2009, a qual foi convertida na Lei nº 11.947/2009. Estes atores seriam os entrevistados para o levantamento das informações.

As perguntas foram elaboradas com o objetivo de resgatar a teoria da vinculação do PNAE com a agricultura familiar, ou seja, levantar informações a respeito da origem e contexto desta iniciativa, seus objetivos, público alvo, as ações implementadas para lograr a sua implementação e os resultados esperados (Quadro 1).

Para o desenvolvimento das perguntas e realização de algumas das entrevistas, a pesquisadora contou com o apoio de uma pesquisadora do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)⁷ com ampla experiência em desenvolvimento de modelos lógicos.

Quadro 1 - Roteiro de perguntas para elaboração do modelo lógico da vinculação do PNAE com a agricultura familiar.

1. O que você sabe sobre a origem da iniciativa de articulação da alimentação escolar com a produção da agricultura familiar contida na Lei nº 11.497/2009? 2. Qual o objetivo geral dessa iniciativa? 3. Quais são os objetivos específicos desta iniciativa? 4. Qual o público alvo e os atuais beneficiários desta iniciativa? 5. Quais são as ações implementadas para viabilizar essa vinculação, a nível federal, estadual e local? 6. Quais são os resultados esperados desta iniciativa? 7. Quais são os principais problemas atuais para a implementação desta iniciativa? 8. O que pode ser destacado como favorável à implementação da iniciativa?

As entrevistas foram realizadas entre os meses de janeiro e março de 2012 pela pesquisadora autora deste trabalho. Foram entrevistados representantes e

⁷ Martha Cassiolato: Técnica de Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais – Ipea.

gestores do FNDE, do MDA, da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), pois estes foram algumas das principais instâncias e atores, na esfera governamental e da sociedade civil, relacionados com a elaboração do Projeto de Lei que deu origem à Lei nº 11.947/2009. Cada entrevista foi gravada e, posteriormente, transcrita.

4.2.2 Processamento e Análise das Informações

O processamento e a análise das informações foram feitos com base: a) nas informações coletadas nas entrevistas, b) em referencial teórico/base legal (documentos e legislações sobre os temas envolvidos) e c) na experiência e conhecimento da pesquisadora.

As informações coletadas foram analisadas e sistematizadas de acordo com os elementos do modelo lógico que se pretendia apresentar. Não existe um padrão para a construção de modelos lógicos. Existem várias abordagens na literatura e o modelo lógico pode apresentar distintas formas; a escolha dos elementos a serem apresentados dependerá do objetivo e do grau de detalhes desejados. Para esta construção, foram considerados os seguintes elementos: objetivos gerais, objetivos específicos, público-alvo, ações e atividades implementadas, resultados e efeitos, segundo proposto por CASSIOLATO e GUERESI (2010).

O processo de análise e sistematização das informações foi realizado da seguinte maneira: em um primeiro momento, os relatos transcritos de cada entrevistado foram resumidos e as idéias principais foram categorizadas em uma planilha Excel®, de acordo com os elementos descritos acima. Em um segundo momento, as informações de todos os entrevistados foram reunidas, segundo estas mesmas categorias. Procurou-se levar em conta os seguintes elementos para a construção do modelo lógico: plausibilidade (o modelo lógico deve estabelecer coerência entre seus componentes) e factibilidade (o modelo lógico deve apresentar ações e relações possíveis de serem realizadas e estabelecidas). Desta maneira, algumas das informações fornecidas pelos entrevistados foram rearranjadas, ou seja, quando eles colocavam como objetivos ou resultados da vinculação algo que era

considerado amplo demais para o seu escopo, ou que se achasse que não poderia ser atribuído somente às ações da vinculação, foram considerados como efeito direto ou indireto, conforme será explicado mais adiante.

Previamente à elaboração da versão final do modelo lógico, foram realizados exercícios de pré-montagem, os quais servem como um filtro organizador das informações coletadas e consistem na construção prévia do diagrama em que será apresentado o modelo lógico em sua versão final (FERREIRA e col., 2009).

É importante destacar que cada entrevistado forneceu informações enfocadas nas suas respectivas áreas de formação e atuação, as quais serão aqui chamadas de “eixos”. Isto é, os gestores ligados ao eixo da agricultura priorizavam mais esta perspectiva, enquanto que os atores ligados à área da educação respondiam mais enfocados nos temas ligados ao eixo educativo. O trabalho de sistematização destas informações consistiu em apresentá-las de maneira conjunta, tentando representar a visão destes dois “eixos”, já que a vinculação do PNAE com a agricultura familiar pressupõe uma aproximação intersetorial e, para que a implementação das compras locais ocorra de maneira exitosa, é fundamental que esta intersetorialidade ocorra e se fortaleça.

Vale destacar que este modelo lógico não passou por um processo de validação com os entrevistados (ou com outros atores), pois o seu objetivo não era ser uma ferramenta de gestão, mas sim, servir de apoio aos estudos vinculados a ele. Entretanto, ele poderá ser validado, em um segundo momento.

4.2.3 Modelo Lógico

O modelo lógico apresentado baseia-se nas informações obtidas no período em que as entrevistas foram realizadas. Alguns elementos, como as ações, atividades e produtos podem estar defasados em relação ao seu funcionamento atual, em decorrência da natureza dinâmica das políticas. De qualquer maneira, isto não prejudica o entendimento da iniciativa, visto que o objetivo da elaboração deste instrumento era destacar os principais elementos à época da realização da pesquisa.

O modelo lógico desenvolvido constitui-se por três partes: 1) referências básicas da iniciativa de vinculação do PNAE com a agricultura familiar, 2) estrutura lógica para alcance dos resultados; e 3) resultados e efeitos da iniciativa de vinculação do PNAE com a agricultura familiar.

Outros importantes elementos identificados com base nas entrevistas, e que também serão apresentados, são os antecedentes da vinculação do PNAE com a agricultura familiar e os fatores de contexto para a implementação da iniciativa.

Todos estes elementos foram igualmente importantes para contextualizar e compreender melhor a iniciativa de vinculação do PNAE com a agricultura familiar, para o desenvolvimento do modelo lógico propriamente dito, além de fornecer importantes insumos para a execução do presente estudo.

4.2.3.1 Antecedentes da Vinculação do PNAE com a Agricultura Familiar

Para a melhor compreensão da vinculação do PNAE com a agricultura familiar, considerou-se importante contextualizar o momento que propiciou a elaboração desta iniciativa, a qual é estratégia fundamental do PNAE e, como tal, integrante da Lei nº 11.947/2009.

De acordo com as informações coletadas nas entrevistas, a iniciativa de vincular a agricultura familiar com as compras públicas vinha sendo discutida no país desde o final da década de 1980/início da década de 1990, a partir de demandas principalmente de grupos ligados aos movimentos sociais e à agricultura familiar.

Por um lado, estes grupos reivindicavam muito fortemente sua participação nas decisões das políticas públicas e a viabilização da comercialização para o mercado institucional, já que a Lei nº 8.666/1993, a qual institui as normas para licitações e contratos da Administração Pública, impunha vários entraves burocráticos e requisitos para o enquadramento destes grupos nos processos licitatórios do Estado.

“...uma das grandes reivindicações do movimento (Movimento Sem-Terra - MST) era o fato deles não conseguirem vender para o mercado institucional. Esse era o grande problema, e essa pauta de reivindicação deles vinha, por diversas vezes, para todas as tomadas que eles faziam aqui em Brasília, a Marcha dos 100 mil, a Marcha dos 25 mil, todas elas, e não era somente a pauta do MST”. Depoente 1, FNDE.

“...(a origem da iniciativa de articulação da alimentação escolar com a produção da agricultura familiar) veio da pré-conferência do Consea, das conferências dos movimentos sociais, que sempre solicitaram a inclusão da agricultura familiar nas políticas públicas”. Depoente 8, FNDE.

“A origem (da iniciativa de vinculação da alimentação escolar com a produção da agricultura familiar) partiu da agricultura familiar dentro da discussão de mercados institucionais; que a agricultura familiar deveria ter um espaço privilegiado nos mercados institucionais porque dentro da legislação normal, a 8.666 por exemplo, ela não exercia esse espaço”. Depoente 2, MDA.

Paralelamente, a sociedade civil e profissionais ligados às áreas de saúde, nutrição e segurança alimentar também discutiam estes temas em vários foros de discussão, como as Conferências de Saúde e Conferências de Alimentação e Nutrição.

“...a gente vinha pautando essa discussão (como inserir a agricultura familiar no mercado institucional) nas Conferências de Saúde, na 1ª Conferência de Alimentação e Nutrição. Em 1986 a gente já pautou isso, já pautou o incentivo à agricultura familiar no mercado institucional de uma maneira geral”. Depoente 1, FNDE.

Neste período, especificamente no que diz respeito ao PNAE, com a descentralização da sua gestão a partir de 1994, abriu-se uma perspectiva de se permitir que os gestores, estando mais próximos da realidade de seus municípios, pudessem fortalecer os circuitos locais entre produção e comercialização e comprar localmente. Consequentemente, também se abria a possibilidade de se fornecer uma alimentação escolar mais variada, através da compra de um maior volume de alimentos frescos e condizentes com a cultura alimentar das diferentes regiões do país.

Entretanto, devido às dificuldades impostas pela Lei nº 8.666/1993, a implementação das compras locais era ainda muito difícil. Além disso, nesta época, dentro do próprio Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), o órgão responsável por executar o PNAE, havia incertezas e uma certa resistência interna quanto à implementação destas compras, pela falta de conhecimento de como colocá-la em prática, justamente com relação a como efetivar as compras sem descumprir a Lei nº 8.666/1993.

“A gente pode voltar ao processo de descentralização dos recursos da alimentação escolar, quando isso se deu ainda na época de 1993. Se fizer uma leitura da legislação, dos princípios, daquilo que motivou a descentralização dos recursos, foi a perspectiva de fortalecimento da vinculação da alimentação escolar com a produção local. O problema foi que isto foi feito lá atrás, pela metade. Logo em seguida houve a 2300 (Decreto-lei 2300/86), a legislação na época, e logo veio a Lei 8.666 que criou uma série de restrições.... E este processo de 1993 acabou ficando pelo meio do caminho porque, com a imposição da lei 8.666, mesmo com melhorias, e certamente houve melhorias na aquisição por diversos estados, não permitiu fazer esta relação direta com quem produz, seja os agricultores familiares ou suas organizações”. Depoente 7, Conab.

“Então o PAA começou a crescer, surgir e se consolidar na compra pela agricultura familiar, porque o receio que eu percebia dos órgãos do FNDE, dos gestores na época, se na FAE (Fundação de Assistência ao Estudante, antes responsável pela alimentação escolar) era centralizado e, para descentralizar foi uma tortura, foi uma luta, mas conseguiram descentralizar; mas muitos, ainda, eram contra a descentralização pelas denúncias de corrupção, pelos cardápios mal elaborados e toda essa questão, imagine agora comprar da agricultura familiar. Não tem quem manda, não tem documento, será um caos total, descontrole sem tamanho, então internamente era um problema”. Depoente 1, FNDE.

No início dos anos 2000, mais especificamente a partir de 2003, as ações relacionadas à SAN foram colocadas como prioridade na agenda de desenvolvimento do país e várias políticas relacionadas ao tema foram elaboradas e/ou fortalecidas. O momento era de intensas discussões sobre como colocar em prática a intersetorialidade nos campos do combate à fome e da alimentação e nutrição.

A Estratégia Fome Zero foi uma destas políticas e o PNAE, incluído como um de seus programas mais importantes, devido a seu amplo alcance (todos os municípios do país fornecem alimentação escolar) e enorme demanda de alimentos,

participou ativamente destas discussões, questionando qual seria o seu papel como política pública dentro do combate à fome e como poderia colocar em prática a sua capilaridade e intersetorialidade, no âmbito destas políticas.

“O objetivo maior do PNAE é que ele realmente é um programa intersetorial, e se ele é um programa intersetorial e está inserido na estratégia Fome Zero, como é que ele se articula com as outras políticas públicas....então a gente pensou, como ele é intersetorial e é o maior programa que tem no Brasil, que fornece o maior número de alimentos a uma quantidade imensa de setores, é o momento de você pensar em como se dissemina essa política pública de SAN integrada de fato”. Depoente 1, FNDE.

“Então o PNAE, como é uma política de maior capilaridade, se você for, através desta política, trabalhar este conceito intersetorial no campo do combate à fome, no campo da alimentação...isto vem de longe, não vem de agora. Com o Fome Zero se conseguiu criar uma estrutura... ou seja, o PNAE e as políticas públicas, dentro do combate à fome, qual o seu papel?”. Depoente 6, FNDE.

Neste período, identificou-se a necessidade de se atualizar o PNAE sob o ponto de vista orçamentário e, também, de modernizá-lo priorizando também seus aspectos sociais, e não somente os biológicos, através de ajustes quanto aos seus objetivos, cobertura, modalidades de compra, de participação social, entre outros importantes elementos.

Isto deveria ser feito, inicialmente, por meio de um conjunto de medidas e, posteriormente, por meio de um projeto de Lei. Pois também era fundamental elaborar um marco legal do Programa, uma normativa com caráter de lei, que o institucionalizasse como um programa de Estado e que tratasse das seguintes prioridades: o reconhecimento da alimentação escolar como instrumento de cumprimento do DHAA, a extensão da alimentação escolar aos estudantes do ensino médio, a inclusão da educação alimentar e nutricional de forma transversal no currículo escolar, a vinculação com a agricultura familiar, entre outros importantes aspectos.

“Há 10 anos estava suspenso (o aumento do) o per capita (do PNAE) e precisava haver uma correção, inclusive isto estava deteriorando muito o programa. Eu acho que, naquele momento, o programa estava extremamente fragilizado. Este era o

grande problema que tinha de saída. Eu levei ao Presidente esta proposta, ele se sensibilizou, sobretudo com o aspecto de que há 10 anos não era corrigido". Depoente 4, Consea.

"...porque na época...propunha muito isso, de avançar, não pode ficar só no per capita e a gente vinha começando a discutir essa questão...precisa fazer essa discussão mais aprofundada, precisa ampliar a nutrição para além do biológico e ver que é muito mais o social...". Depoente 1, FNDE.

"Havia algumas prioridades na Lei. Uma coisa era colocar a alimentação escolar como direito humano à alimentação.....Havia um outro ponto, e esta era uma reivindicação fortíssima. A gente ia em diferentes partes do país e que vinha à tona, que era estender a alimentação escolar ao ensino médio....Então este era um outro ponto que precisava entrar e que entrou na Lei. E havia todo um lado da educação alimentar, que está presente na Lei. O lado de alimentação saudável e o aspecto da agricultura familiar". Depoente 4, Consea.

A criação do PAA pelo governo federal, em 2003, outro programa da Estratégia Fome Zero, também foi citada como fundamental para a efetivação da vinculação do PNAE com a produção local, posteriormente. O PAA foi o primeiro programa governamental que institucionalizou a compra de produtos dos agricultores familiares pelo Estado, dispensando-se as normas de licitação impostas pela Lei nº 8.666/1993. O PAA, portanto, abriu a possibilidade de inserção dos agricultores familiares nas compras estatais e trouxe uma série de experiências, muitas das quais foram incorporadas, mais tarde, pelo PNAE.

"Na verdade, quem ensinou a fazer isso (a compra institucional direta da agricultura familiar) foi o PAA. O PAA mostrou que era possível, por causa da 8.666. Eu não sei, também não estava na Comissão. Mas mesmo que tenha tido uma pessoa que verbalizou, na Comissão, eu tenho impressão que o projeto PNAE foi tomado pelo clima do PAA. Acho que a experiência do PAA, exitosa, aquela idéia, tenho impressão que foi isso...". Depoente 5, Consea.

"Mas quem abriu a porteira foi o PAA. O PAA apareceu...., eles enxergaram no PAA um enorme potencial e aí começaram a ir atrás...O estalo do PAA é que abriu o campo para estas outras iniciativas. E o PNAE é o PAA multiplicado por...". Depoente 5, Consea.

“...o PAA foi quem deu a escola, o PAA foi quem trilhou, foi quem abriu a possibilidade ou acumulou a experiência para que o FNDE, a alimentação escolar, viessem nesta esteira...”. Depoente 7, Conab.

Segundo alguns entrevistados, antes da publicação da Medida Provisória nº 455/2009 e da Lei nº 11.947/2009, existiam algumas experiências isoladas e pontuais de compras diretas para o PNAE em alguns municípios, mas que só eram possíveis graças aos esforços de gestores extremamente interessados e envolvidos na questão do desenvolvimento local. Foi somente com a instituição da modalidade de compras denominada chamada pública, a partir da publicação da Lei nº 11.947, que as compras locais para o PNAE tornaram-se realmente possíveis.

“Antes do PAA, várias prefeituras do Brasil já compravam diretamente da agricultura familiar, na época da ditadura...Se você for trabalhar a história de Dois Irmãos (município) e de três ou quatro municípios muito próximos, os prefeitos de origem comunista ou de origem....social, já faziam experiências em torno do pequeno produtor no seu município, experiências localizadas no Brasil”. Depoente 6, FNDE.

O papel de liderança do Consea nestas discussões e na construção e consolidação do Projeto de Lei que deu origem à Medida Provisória e, posteriormente, à Lei, foi amplamente destacado por vários dos entrevistados.

“O Consea teve um papel fundamental, porque foi através dele que a ideia (da vinculação da alimentação escolar com a produção da agricultura familiar) se consolidou num projeto e foi o Consea que apresentou o projeto, ele que capturou as contribuições e traduziu em uma proposta, liderou esse processo aqui dentro e depois foi para o congresso...”. Depoente 3, MDA.

“E o Consea sempre acompanhou, na verdade o PAA surge dentro do Consea, o Consea teve um papel fundamental. Se não fosse o Consea, não existiria o PAA e se não fosse o Consea, não existiria a lei que vincula no mínimo os 30%. Tanto para a elevação do per capita, como para a questão da modificação da Lei, o Consea foi fundamental neste processo”. Depoente 7, Conab.

4.2.3.2 Representação gráfica do modelo lógico

A seguir, as Figuras 1, 2 e 3 apresentam os esquemas gráficos do modelo lógico da iniciativa de vinculação do PNAE com a agricultura familiar, segundo modelo proposto por FERREIRA e col. (2009).

Figura 1- Referências básicas da iniciativa de vinculação do PNAE com a agricultura familiar.

*Agricultura familiar

**Declaração de Aptidão ao Pronaf

***Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

Figura 2 - Estrutura lógica para alcance dos resultados da iniciativa de vinculação do PNAE com a agricultura familiar.

Figura 3 - Resultados e efeitos da iniciativa de vinculação do PNAE com a agricultura familiar.

As informações apresentadas nas figuras citadas foram sistematizadas segundo os seguintes elementos:

Objetivos

O esquema apresenta os objetivos gerais e específicos da vinculação. Ambos referem-se à uma mudança de situação, isto é, o que se espera que aconteça a partir da vinculação do PNAE com a agricultura familiar, sendo que o objetivo específico detalha as mudanças que se espera alcançar.

Público alvo

O público alvo de cada eixo constitui a população que será beneficiada diretamente pela vinculação. De um lado, estão os alunos que receberão a alimentação escolar contendo produtos da agricultura familiar e, de outro, os agricultores familiares, os quais fornecerão os produtos para as escolas. Somente os agricultores familiares e suas organizações que se enquadrem no Pronaf e possuam DAP física ou jurídica poderão participar deste processo.

Ações Meio

Esta categoria inclui as ações intermediárias, as quais foram realizadas pelas diversas instituições envolvidas no processo, mas que não eram dirigidas diretamente ao público-alvo. Podem ser consideradas como ações de “preparação” para colocar em prática as ações-fim, que são as ações propriamente implementadas. Estas ações-meio foram iniciadas no período em que o Projeto de Lei, que deu origem à Medida Provisória nº 455/2009, estava em trâmite. Exemplos de ações-meio são a construção de regulamentações, como a Resolução/CD/FNDE nº38, o desenvolvimento de estratégias governamentais, a criação de instâncias de articulação, entre outras. Como exemplo de instância de articulação local, pode-se mencionar a Comissão Estadual Intersetorial da Alimentação Escolar (CEIA), grupo formado por representantes das várias instituições vinculadas à agricultura e alimentação escolar a nível estadual, assim como ONG e academia⁸, com o objetivo de apoiar e fortalecer a implementação das compras locais para o PNAE no estado de São Paulo.

⁸Ação Fome Zero, Coordenaria de Assistência Integral (Cati), Conselho de Alimentação Escolar (CAE), Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição do Escolar (Cecane), Instituto de Terras do Estado de São Paulo (Itesp), Instituto Via Publica, Instituto Nacional de Colonização e Reforma

Ações implementadas

As ações implementadas para viabilizar a vinculação, em nível federal, estadual e local incluem as ações-fim, aquelas que têm como produtos os bens ou os serviços que, de alguma maneira, irão impactar o público-alvo. As respostas dos entrevistados foram sistematizadas em três grandes categorias de ações: 1) Ações de divulgação e sensibilização da Lei nº 11.947/2009, com ênfase nas compras da agricultura familiar; 2) Ações de capacitação e assessoramento para a implementação das compras da agricultura familiar e 3) Ações de monitoramento e avaliação da implementação das compras da agricultura familiar.

Estas ações eram dirigidas a todos os atores envolvidos no processo de implementação das compras locais pelo PNAE, nas distintas instituições e esferas de governo, isto é, os agricultores familiares, técnicos de instituições de assistência técnica, gestores dos setores de educação, administração e agricultura, nutricionistas, merendeiros, membros do Conselho de Alimentação Escolar (CAE).

Atividades

As ações foram desdobradas em atividades, as quais constituem o que o programa fez com os recursos disponíveis, isto é, os processos, os serviços e as intervenções que o programa usou para atingir os resultados.

Assim como as ações, as atividades são apresentadas segundo as três grandes categorias. As atividades foram realizadas pelas diversas instituições envolvidas no processo, como por exemplo, o MDA, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDS), a Conab, o FNDE, entre outras.

Produtos

Os produtos são os bens, serviços e/ou situações relacionados aos beneficiários do programa, os quais são gerados pelas ações/atividades implementadas. Espera-se que, com estes produtos, seja possível alcançar os

resultados propostos pela iniciativa de vinculação do PNAE com a agricultura familiar.

Resultados e efeitos

Os resultados estão diretamente relacionados aos objetivos, pois revelam se a mudança esperada, decorrente do programa/iniciativa, realmente ocorreu. Os dois são formulações de um mesmo objeto de mudança, sendo que o resultado mensura o alcance do objetivo.

Os entrevistados forneceram informações relativas aos resultados esperados, não diferenciando se seriam resultados a curto, médio ou longo prazo. Para a elaboração do modelo lógico, foram criadas algumas categorias de resultados. Os resultados intermediários apresentados estão relacionados aos objetivos específicos e os resultados finais estão relacionados aos objetivos gerais.

Como mencionado anteriormente, durante as análises das entrevistas e a elaboração da pré-montagem, considerou-se que algumas das ações referentes à vinculação da agricultura familiar com o PNAE, por si só, não seriam suficientes para alcançar alguns dos resultados propostos pelos entrevistados e que seriam necessárias outras estratégias, além da vinculação, para que fossem atingidos. Por conta disso, foram adicionadas duas colunas ao modelo lógico, introduzindo os conceitos *efeitos diretos* (que seriam os resultados a longo-prazo) e *efeitos indiretos*.

Como efeitos diretos, às vezes também chamados de impactos, foram consideradas as mudanças que podem estar relacionadas diretamente com as ações e com o resultado final da vinculação. Diferentemente dos resultados finais, eles, geralmente, são verificados após um período maior de exposição à intervenção, neste caso a compra da agricultura familiar pelo PNAE.

Os efeitos indiretos foram considerados as mudanças alcançadas, tanto em nível individual, quanto local, as quais, apesar de desejadas, não podiam ser garantidas direta e exclusivamente pelas ações do programa.

4.2.3.3 Identificação dos Fatores de Contexto da Implementação das Compras Locais pelo PNAE

Para a construção do modelo lógico, também é importante conhecer as possíveis influências do contexto com relação à implementação do programa/iniciativa em questão. Para isso, é fundamental identificar os principais fatores de contexto que podem favorecer ou limitar o desenvolvimento das ações e atividades planejadas (FERREIRA e col., 2009). Neste sentido, os entrevistados foram questionados sobre os principais pontos favoráveis e desfavoráveis para a efetivação das compras locais pelo PNAE, a nível federal, estadual e/ou local, na época de realização das entrevistas.

Dentre os elementos favoráveis destacam-se: a) a existência do PAA no município, pelo fato de significar uma predisposição local para a implementação das compras diretas e a existência de agricultores organizados e com DAP; b) a articulação intersetorial entre as instâncias envolvidas; e a existência de articulações locais como a CEIA. A presença destes fatores, em alguns municípios, facilitou a implementação da iniciativa.

Dentre os elementos desfavoráveis, foram mencionados dificuldades institucionais, de infra-estrutura, de logística, entre outros (Quadro 2).

Quadro 2 - Fatores de contexto da implementação das compras da agricultura familiar para o PNAE. Estado de São Paulo, 2012.

Fatores favoráveis	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Existência do PAA no município ✓ Articulação intersetorial entre as instâncias envolvidas ✓ Existência de articulações locais como a CEIA
Fatores desfavoráveis	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Dificuldade na emissão de documentação de agricultores, principalmente para povos e comunidades tradicionais, devido à insuficiência de técnicos ✓ Baixa capacidade operativa nos estados e municípios (emissão de nota fiscal, por exemplo) ✓ Processo de confrontação política local para quebrar sistema de compras por licitação e conseguir implementar nova modalidade de compras por chamada pública ✓ Dificuldade de entendimento da área da nutrição sobre a importância da vinculação ou da valorização da aquisição direta da agricultura familiar ✓ Dificuldade das organizações de agricultura familiar em ofertar uma pauta de produtos diversificados, na quantidade, regularidade e qualidade necessárias ✓ Marco legal precário, o qual gera dúvidas e insegurança jurídica nos gestores ✓ Insuficiente estruturação das cozinhas ✓ Falta de equipamentos relacionadas à produção e à logística de transporte dos produtos da agricultura familiar

	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Insuficiente coordenação dos instrumentos relativos à infraestrutura (de produção e de armazenamento; nas escolas) ✓ Articulação intersetorial pouco aprofundada de forma articulada ✓ Execução centralizada do FNDE ✓ Problemas de logística de entrega dos produtos ✓ Baixo limite de venda por DAP
--	---

Estes fatores de contexto devem ser constantemente analisados pelos gestores do programa/iniciativa e é importante que sejam elaboradas estratégias para mitigar as dificuldades que possam comprometer o seu sucesso. É importante citar que, à época das entrevistas, foi mencionado que várias destas estratégias já estavam sendo planejadas e implementadas pelas diferentes instituições envolvidas, sendo que algumas delas estão apresentadas no modelo lógico. Por exemplo, estudos para identificar com mais detalhes como era realizada a logística de distribuição dos alimentos até as escolas estavam sendo realizados nos municípios, com o objetivo de propor ações de melhoria.

4.2.4 Aplicação do Modelo Lógico

As informações obtidas com o modelo lógico serviram de subsídio para várias etapas da pesquisa. Elas auxiliaram na identificação dos atores chave a serem entrevistados, no desenvolvimento dos questionários a serem aplicados nos âmbitos do município, da escola e da agricultura e na identificação dos efeitos esperados.

Segundo identificado no modelo lógico, um dos efeitos esperados seria a melhoria das capacidades de organização, de produção e de comercialização dos agricultores familiares que venderam para a alimentação escolar. Assim, considerou-se fundamental conhecer como estava acontecendo a implementação das compras locais para o PNAE, no âmbito dos agricultores, ou seja, quem eram estes fornecedores, algumas características sócio-demográficas, quais alimentos venderam, assim como algumas possíveis mudanças advindas desta venda.

Desta maneira, a terceira etapa da pesquisa (e objeto deste estudo) constituiu-se da caracterização da venda e identificação de mudanças com relação à produção, comercialização e renda dos agricultores familiares.

4.3 CARACTERIZAÇÃO DA VENDA E IDENTIFICAÇÃO DAS MUDANÇAS

Como mencionado anteriormente, este estudo faz parte de uma pesquisa maior, em cuja 1ª etapa foi definida uma amostra.

4.3.1 Amostra da pesquisa principal

A pesquisa principal foi realizada no estado de São Paulo, localizado na região Sudeste do Brasil. Sua unidade da federação é subdividida em 15 mesorregiões, 63 microrregiões e 645 municípios que correspondem uma área total de 248 209,426 km², com 41.262.199 habitantes (IBGE, 2010).

Em um primeiro momento da pesquisa, definiu-se uma amostra geral de municípios. Em um segundo momento, definiu-se a amostra de agricultores familiares que seriam avaliados neste estudo.

Na 1ª etapa da pesquisa, foram selecionados 41 municípios do estado de São Paulo. O cálculo da amostra foi definido pelo método de Amostragem Aleatória Simples sem Reposição (AAS sem), através da fórmula:

$$n = \frac{z^2 p(1-p)N}{(N-1)e^2 + z^2 p(1-p)} \quad (I)$$

onde z é o percentil crítico de 95% da distribuição normal, p a proporção de municípios em não compliance com o PNAE e e representa a margem de variação (ou margem de erro).

Admitindo-se uma proporção de municípios em não compliance com o PNAE de 10%, margem de erro de 9%, perda de 15% e nível de confiança de 95%, a quantidade de municípios a ser avaliada foi de 41. A amostra foi alocada de modo proporcional ao tamanho dos estratos, ou seja, proporcional à quantidade de

municípios em cada região. A Figura 4 representa a amostra, sendo indicados em cor marrom os municípios sorteados⁹.

Figura 4 - Municípios sorteados na primeira etapa da pesquisa. Estado de São Paulo, 2012.

Foram utilizadas as bases cartográficas digitais na estrutura vetorial, em arquivo shapefile dos limites municipais do estado de São Paulo, disponibilizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010).

Com o intuito de contemplar, no processo amostral, as características regionais, socioculturais e agro-econômicas dos municípios, as 63 microrregiões foram reagrupadas por conveniência em seis regiões (estratos), considerando-se seus limites com outros estados e o Oceano Atlântico. Em seguida, a estratégia amostral adotada foi selecionar municípios nestes estratos.

⁹ Angatuba, Aramina, Avaí, Barra Bonita, Barueri, Capivari, Cunha, Floreal, Francisco Morato, Guarujá, Ilhabela, Itatinga, Júlio mesquita, Lavínia, Limeira, Lucélia, Maracaí, Marília, Meridiano, Mococa, Mogi Guaçu, Monte Azul Paulista, Monteiro Lobato, Orindiúva, Onda Verde, Ouro Verde, Peruíbe, Populina, Reginópolis, Registro, Ribeirão Bonito, Sabino, Sagres, São Sebastião da Grama, Sete Barras, Tabapuã, Torrinha, Turiúba, Uchoa, Valinhos, Vargem.

Dos 41 municípios, um se recusou a participar da pesquisa e dois apresentavam dificuldades de acesso, sendo que o total de municípios incluídos na pesquisa foi de 38. Dentre estes, identificou-se, por meio de contato telefônico com o nutricionista da alimentação escolar do município, quais haviam comprado diretamente da agricultura familiar em 2012, independentemente da porcentagem dos recursos do FNDE gastos nesta compra.

Verificou-se que, dos 38 municípios, 25 (66%) haviam comprado diretamente da agricultura familiar em 2012. Destes 25, 9 municípios (36%) compraram exclusivamente de agricultores/ associações/ cooperativas de outros municípios. Os 16 municípios restantes (64%) compraram de agricultores familiares individuais, associações e/ou cooperativas do mesmo município e, eventualmente, também de outros municípios.

A Figura 5 apresenta estes 16 municípios: Capivari, Floreal, Itatinga, Julio Mesquita, Lucélia, Maracaí, Mococa, Monteiro Lobato, Orindiúva, Ouro Verde, Populina, Registro, Sagres, Sete Barras, Tabapuã e Uchoa.

Figura 5 - Municípios onde foram realizadas as entrevistas dos agricultores familiares que venderam para a alimentação escolar de seus próprios municípios em 2012. Estado de São Paulo, 2012.

4.3.2 População de Estudo

Nos 16 municípios que foram identificados como compradores da agricultura familiar, foram entrevistados os agricultores familiares que venderam para o PNAE em 2012, individualmente ou por meio de associação ou cooperativa.

O critério de inclusão foi residir no município que comprou da agricultura familiar para abastecer o PNAE, ou seja, não foram incluídos no estudo agricultores

de fora que vendiam para o município, mesmo que por meio de uma associação/cooperativa do mesmo município.

Com base em informações fornecidas pelo nutricionista do programa de alimentação escolar do município e/ou os representantes das associações/cooperativas que venderam, constatou-se que 113 agricultores associados/cooperados e 31 agricultores individuais que residiam no mesmo município de compra venderam para o PNAE em 2012.

Tentou-se entrevistar todos os agricultores que eram elegíveis para participar do estudo; entretanto, alguns não puderam ser contatados e outros não compareceram às entrevistas, devido à falta de tempo, doenças ou impossibilidade de locomoção até o local das entrevistas.

Assim sendo, do total de 144 agricultores do mesmo município que venderam, houve uma perda de 23,6% e a amostra final ficou constituída por 110 agricultores familiares do mesmo município de compra que venderam ao PNAE em 2012 de forma individual, associada ou cooperada.

4.3.3 Coleta de Dados

No momento do contato telefônico com o nutricionista do programa do município, foram levantadas informações com relação ao tipo de grupo que efetuou a venda (agricultor individual, associação ou cooperativa). Quando a venda foi realizada por agricultor familiar individual, informações de identificação foram coletadas para posterior contato e agendamento da entrevista. Quando a venda foi realizada por meio de associação e/ou cooperativa, foram obtidos nome e telefone do representante.

Em um segundo momento, cada representante foi contatado e procedeu-se à identificação do número de agricultores que forneceram para o PNAE através desta associação/cooperativa e seu município de origem. O agendamento das entrevistas dos agricultores associados/cooperados foi realizado por meio do representante da

associação/cooperativa, que contatava diretamente cada agricultor de sua organização.

A coleta de dados foi realizada por meio de entrevista presencial, realizada pela pesquisadora principal e estudantes de nutrição capacitados especificamente para tal fim. Para a capacitação, foi elaborado um Manual do Pesquisador de Campo (Anexo 3).

Para a coleta de dados, foram utilizados questionários estruturados, os quais foram desenvolvidos pela equipe da pesquisa, contando com a colaboração de pessoas diretamente relacionadas com instituições do setor da agricultura¹⁰. Foram elaborados quatro questionários, descritos a seguir (Anexo 4):

- Planilha para associações/cooperativas (Questionário G - anexo): Aplicado aos representantes de associação/cooperativa, quando a venda ao PNAE foi realizada por algum destes grupos. A entrevista foi realizada por telefone, antes da ida a campo, para poder identificar quantos agricultores associados/cooperados forneceram para o PNAE em 2012 e quais/quantos eram do mesmo município, para o planejamento da logística de campo.
- Questionário para o agricultor familiar individual (Questionário H - anexo): Aplicado ao agricultor familiar que vendeu para o PNAE em 2012, individualmente.
- Questionário para o representante de associação/ cooperativa (Questionário I - anexo): Este questionário foi respondido pelo representante de cooperativa/ associação de agricultores que vendeu para o PNAE em 2012.
- Questionário para o agricultor familiar vendendo pela associação/cooperativa (Questionário J - anexo): Aplicado ao agricultor familiar associado/cooperado que forneceu produtos para a associação/cooperativa que vendeu para o PNAE em 2012.

¹⁰ Engenheiro agrônomo Carlos Eduardo Galletta, da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI) e Maria Judith Gomes, ex-delegada federal do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA/SP.

Após a elaboração dos instrumentos, foi realizado estudo piloto¹¹, com o objetivo de aprimorar os questionários. Nesta etapa, os questionários foram avaliados com relação aos seguintes aspectos: clareza das perguntas, adequação das opções de resposta, ordem e sequência das perguntas e tempo necessário para preenchimento. Após o piloto, os questionários passaram pelos ajustes necessários para a versão final.

A coleta de dados com os agricultores foi realizada entre os meses de maio a outubro de 2013.

4.3.4 Processamento dos Dados

Para garantir a precisão dos dados, após as entrevistas, todos os questionários passaram por dupla revisão, primeiramente pelo pesquisador de campo e, em um segundo momento, pela pesquisadora principal, com o objetivo de solucionar possíveis inconsistências. Após a revisão, os dados foram digitados no programa Epidata®.

4.3.5 Análises dos Dados

Para as análises estatísticas, foram utilizadas medidas de tendência central e dispersão para as variáveis quantitativas contínuas e proporções para as variáveis qualitativas categóricas. A comparação do canal de venda antes e após a venda para o PNAE foi feita pelo teste de McNemar. Todas as análises foram realizadas utilizando-se o software Stata®, versão 12.1.

¹¹ Os pilotos foram realizados em Cajamar e Araçoiaba da Serra. Em Cajamar, foram entrevistadas duas agricultoras familiares que venderam para o PNAE em 2012, individualmente. Em Araçoiaba da Serra, foram entrevistados dois representantes de cooperativas e um agricultor familiar individual que venderam para o PNAE em 2012.

4.3.6 Considerações Éticas

Todos os entrevistados assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo 5).

A pesquisa contou com a aprovação do Comitê de Ética da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (Anexo 2).

5. RESULTADOS

5.1 CARACTERIZAÇÃO DOS AGRICULTORES

A maioria dos agricultores era do sexo masculino (75,4%), apresentava idades entre 41 e 60 anos (57,3%) (média de 52.5 anos, variando de 24 a 85), tinha ensino fundamental incompleto e vendeu para o PNAE como agricultor associado ou cooperado (81,8%).

A média de tempo de atuação como agricultores familiares foi de 31 anos (variando de 1 a 80 anos; DP=20,3).

A grande maioria (90,9%) relatou que sua terra não era assentamento de reforma agrária. Dos entrevistados, 64,8% possuíam terra menor que 10 hectares e 7,4% declararam possuir terra com mais de 30 hectares.

A maior proporção dos produtores (71,8%) era proprietária da terra em que produzia, não contratava mão de obra (67,3%) e tinha outra renda além da produção agrícola (59,1%).

Tabela 1 - Número e porcentagem de agricultores familiares que venderam para o PNAE, segundo características sócio-demográficas, de terra e de trabalho. Municípios do estado de São Paulo, 2012.

Variáveis	n	%
Perfil do agricultor familiar		
Sexo		
M	83	75,4
F	27	24,6
Idade (anos)		
24-40	20	18,2
41-60	63	57,3
61-85	27	24,5
Escolaridade		
Analfabeto	4	3,6
Fundamental incompleto	58	52,7
Fundamental completo	14	12,7
Médio incompleto	5	4,6
Médio completo	21	19,1
Superior incompleto	1	0,9
Superior completo	7	6,4
Tipo de agricultor que realizou venda		
Individual	20	18,2
Associado	61	55,4
Cooperado	29	26,4
Caracterização da terra e do trabalho		
Local onde produz é assentamento de reforma agrária		
Sim	6	5,5
Não	100	90,9
NS/NR*	4	3,6
Tamanho da área de cultivo (hectare)		
< 10	70	64,8
10-30	24	22,2
> 30	8	7,4
NS/NR*	6	5,6
É proprietário da terra em que produz		
Sim	79	71,8
Não	31	28,2
Contrata mão de obra		
Sim	36	32,7
Não	74	67,3
Tem outra renda além da produção		
Sim	65	59,1
Não	44	40,0
NS/NR*	1	0,9

* NS/NR = Não sabe/ Não respondeu

5.2 VENDA PARA PNAE E PAA

Pouco menos da metade dos agricultores entrevistados (44,6%) vendia para o PAA antes de começar a vender diretamente para o PNAE. A maior parte começou a vender diretamente para o PNAE entre 2011 (47,3%) e 2012 (23,6%). Dos restantes, 9,1% começaram a vender em 2009, ano de publicação da Lei nº 11.947/2009, e 10% começaram a vender em 2010, primeiro ano em que a compra da agricultura familiar foi considerada obrigatória pelo FNDE.

Para 65 que responderam à questão (59,1% em relação ao total), a média do tempo de venda para o PNAE em 2012 foi de 6,7 meses, variando de 1 a 12 meses. Destaca-se que 42 agricultores não sabiam responder por quantos meses haviam vendido para o PNAE em 2012.

Dos 90 de agricultores que realizaram a venda por meio de associação ou cooperativa, 37,8% relataram que um dos motivos pelos quais se associaram/cooperaram era poder acessar o PNAE e/ou o PAA.

Tabela 2 - Número e porcentagem de agricultores familiares que venderam para o PNAE, segundo venda ao PAA e ano de início de venda ao PNAE. Municípios do estado de São Paulo, 2012.

Variáveis	n	%
Vendia para o PAA antes de começar a vender para PNAE		
Sim	49	44,6
Não	59	53,6
NS/NR*	2	1,8
Ano que iniciou venda direta para PNAE do município		
Antes de 2009	0	0,0
2009	10	9,1
2010	11	10,0
2011	52	47,3
2012	26	23,6
NS/NR*	11	10,0

* NS/NR = Não sabe/ Não respondeu

5.3 ALIMENTOS VENDIDOS PARA O PNAE

Os alimentos que foram vendidos por estes agricultores para a alimentação escolar em 2012 estão apresentados no Quadro 3. A quase totalidade era composta por produtos frescos, como frutas, verduras, legumes e tubérculos, em grande variedade. É possível observar, também, que a variedade de alimentos semi-processados vendida foi bastante reduzida.

Quadro 3 - Alimentos fornecidos pelos agricultores familiares que venderam para o PNAE. Municípios do estado de São Paulo, 2012.

Grupo de alimentos	Alimentos
Frutas	Laranja, melancia, polpa de frutas (acerola, goiaba, maracuja), goiaba, jabuticaba, banana, mexerica, maracuja, manga, abacate, limao, mamao, coco, morango, caqui, maná, jaca, acerola.
Verduras	Coentro, escarola, espinafre, hortela, alface, acelga, cheiro verde, cebolinha, couve, almeirão, salsinha, rucula, chicória.
Legumes e tubérculos	Tomate, abobrinha, cenoura, pepino, repolho, brocoli, cebola, abobora paulista, chuchu, berinjela, pimentão, pupunha, couve flor, quiabo, jilo, milho, rabanete, maxixe, alho, beterraba, batata, mandioca, inhame, batata doce.
Leguminosas	Feijao, vagem.
Outros	Leite, café, mel, pão.

5.4 CANAIS DE COMERCIALIZAÇÃO DOS AGRICULTORES

Em 2012, praticamente metade dos agricultores (46,4%) deixou de vender para o PNAE algum produto que produzia (Tabela 3). Os produtos que eram produzidos e que deixaram de ser vendidos foram: melão, abacaxi, carambola, cana

de açúcar, agrião, nabo, cará, pimenta, carneiro, gado, peixe, farinha de mandioca, queijo e rapadura. O motivo alegado em maior proporção (31,4%) para a não comercialização ao PNAE foi que os produtos não faziam parte da lista dos produtos da chamada pública. Outros motivos citados foram que os produtos já tinham mercado garantido (19,6%) e que os alunos não aceitavam tais produtos (11,8%).

Para 17,3% dos agricultores, a alimentação escolar era o mercado exclusivo de um ou mais de seus produtos, isto é, estes produtos não eram comercializados em outros mercados. A principal razão alegada (57,9%) foi de que não produziam em quantidade suficiente para fornecer para outros mercados.

Vários agricultores (41,8%) relataram que a totalidade ou uma parte de sua produção era orgânica. Destes, 8,7% (n=4) tinham certificação de produtos orgânicos e 76,2% dos produtores que produziam orgânicos relataram que a totalidade ou alguns dos produtos orgânicos eram vendidos para a alimentação escolar.

Do total de agricultores, 26,4% também vendiam para outros municípios do mesmo estado e nenhum vendia para municípios de outros estados.

Tabela 3 - Número e porcentagem de agricultores familiares que venderam para o PNAE, segundo canais de comercialização. Municípios do estado de São Paulo, 2012.

Variáveis	n	%
Deixou de vender para o PNAE algum produto que produzia		
Sim	51	46,4
<i>Por que deixou de vender para o PNAE algum produto que produzia</i>		
Não fazia parte da lista dos produtos da alimentação da chamada pública	16	31,4
Produto já tinha mercado garantido	10	19,6
Alunos não aceitam produto	6	11,8
Difícil cumprir cronograma/ Não tinha produto no dia/Não tem produto o ano todo	3	5,9
Produto não foi solicitado pela cooperativa	2	3,9
Preço pago pelo PNAE estava baixo	1	1,9
Já havia atingido a cota de venda por DAP	1	1,9
Acordo de produtos entre membros da cooperativa	1	1,9
Mais de um dos motivos acima	4	7,8
NS/NR*	7	13,7
Não	59	53,6
Vendeu produtos somente para o PNAE (não foi comercializado em outros mercados)		
Sim	19	17,3
<i>Por que produto(s) não foi(ram) comercializados em outros mercados</i>		
Produção em quantidade insuficiente	11	57,9
Preço no mercado estava muito baixo	2	10,5
Dificuldade para transportar produtos até outros mercados	2	10,5
NS/NR*	4	21,1
Não	85	77,3
NS/NR*	6	5,4
Vendeu produtos para o PNAE de outros municípios		
Sim	29	26,4
<i>Para quais municípios vendeu</i>		
Outros municípios do mesmo estado	29	100,0
Não	73	66,4
NS/NR*	8	7,2

* NS/NR = Não sabe/ Não respondeu

5.5 APOIO INSTITUCIONAL AOS AGRICULTORES FAMILIARES

Foram levantadas informações com relação ao apoio institucional que o agricultor familiar recebeu durante o processo de venda. A maioria (63,60%) relatou não ter sido contatada pelo nutricionista do município antes do início da venda para a identificação dos alimentos produzidos. A maior parte dos produtores (64,6%)

também relatou não ter recebido apoio do nutricionista do município durante o processo de venda ao PNAE. Entre os que relataram ter recebido apoio deste profissional, alguns dos tipos de apoio mencionados foram: orientações gerais sobre o processo de compra/venda da agricultura familiar, divulgação da demanda dos produtos da alimentação escolar e orientações sobre a embalagem dos produtos.

Praticamente metade dos agricultores familiares (53,7%) relatou ter recebido apoio de algum órgão ou instituição da agricultura para poder vender ao PNAE, sendo que as instituições mais citadas foram Órgão Municipal da Agricultura/ Casa da Agricultura e Secretaria Estadual de Agricultura/ Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI).

Tabela 4 - Número e porcentagem de agricultores familiares que venderam para o PNAE, segundo variáveis de apoio institucional. Municípios do estado de São Paulo, 2012.

Variáveis	n	%
Nutricionista do município realizou contato para identificar produtos produzidos		
Sim	39	35,5
Não	70	63,6
NS/NR*	1	0,9
Para vender para o PNAE, recebeu apoio do nutricionista do município		
Sim	36	32,7
Não	71	64,6
NS/NR*	3	2,7
Para vender para o PNAE, recebeu apoio de algum órgão ou instituição da agricultura		
Sim	59	53,7
Não	50	45,4
NS/NR*	1	0,9

* NS/NR = Não sabe/ Não respondeu

5.6 MUDANÇAS A PARTIR DA VENDA PARA O PNAE

Foram levantadas algumas informações com relação a possíveis mudanças que a venda para o PNAE pudesse ter ocasionado na produção, comercialização e renda dos produtores fornecedores, assim como nos preços de seus produtos em outros mercados.

A maioria (76,4%) relatou aumento de sua renda após o início das vendas ao PNAE.

Para 43,6% dos agricultores, o preço pago pelo PNAE por seus produtos era mais alto que o de outros mercados onde os comercializavam e 20,9% consideraram que o preço pago pelo PNAE era mais baixo. Para 17,3%, os preços dos produtos nos outros mercados mudou depois que a alimentação escolar começou a comprá-los diretamente da agricultura familiar, sendo que, destes, a maioria (73,7%) relatou que os preços aumentaram nos outros mercados.

Do total de produtores entrevistados, 34,6% relataram que passaram a produzir novos produtos para comercializar. A maioria relatou aumento da quantidade produzida (63,6%) e da área cultivada (54,6%). Cerca de um terço (36,4%) dos produtores mudou a maneira como passou a planejar a produção, sendo que as mudanças mais citadas foram: planejamento da produção em seus distintos aspectos (aumentar variedade, rodiziar produção, organizar produção para diminuir perdas) e atender demanda de quantidade e de qualidade da alimentação escolar.

Um pouco mais que a metade dos entrevistados (52,7%) afirmou que passou a utilizar mais técnicas e/ou insumos e 40,9% relataram ter investido mais em infraestrutura, sendo citados adubo orgânico, sistemas de irrigação, máquinas e estufa.

Tabela 5 - Número e porcentagem de agricultores familiares que venderam para o PNAE, segundo mudanças na produção, comercialização e renda. Municípios do estado de São Paulo, 2012.

Variáveis	n	%
Houve aumento da renda após começar a vender para o PNAE?		
Sim	84	76,4
Não	23	20,9
NS/NR*	3	2,7
Como é o preço pago pelo PNAE em relação aos outros mercados onde comercializa seus produtos?		
Mais alto	48	43,6
Igual	24	21,8
Mais baixo	23	20,9
Para alguns produtos é mais baixo, para outros mais alto / Depende do produto/época	9	8,2
NS/NR*	6	5,5
Depois que o PNAE começou a comprar diretamente dos agricultores familiares, houve mudança dos preços dos produtos nos outros mercados		
Sim	19	17,3
<i>O que ocorreu com os preços destes produtos nos outros mercados?</i>		
Ficaram mais altos	14	73,7
Preços variaram (para cima ou para baixo)	4	21,0
Ficaram mais baixos	1	5,3
Não	73	66,4
NS/NR*	18	16,3
Depois que começou a vender para a alimentação escolar:		
Passou a produzir novos produtos para comercializar		
Sim	38	34,6
Não	72	65,4
NS/NR	0	0
Aumentou a quantidade da produção		
Sim	70	63,6
Não	40	36,4
NS/NR	0	0
Houve aumento da área cultivada		
Sim	60	54,6
Não	49	44,5
NS/NR	1	0,9
Houve mudanças na maneira como passou a planejar a produção		
Sim	40	36,4
Não	69	62,7
NS/NR	1	0,9
Passou a usar mais técnicas/insumos		
Sim	58	52,7
Não	52	47,3
NS/NR	0	0
Investiu mais em infraestrutura		
Sim	45	40,9
Não	65	59,1

NS/NR

0

0

* NS/NR = Não sabe/ Não respondeu

Os agricultores foram questionados com relação aos mercados onde comercializavam seus produtos antes de começar a vender para o PNAE e os mercados onde vendiam seus produtos na época da entrevista, além do PNAE. Dos 34 agricultores que vendiam seus produtos na feira antes de vender para o PNAE (o que representa 30,9% do total da amostra), 11 (32,4%) deixaram de vender neste mercado depois ($p=0,023$). Dos 21 agricultores que comercializavam para o Ceasa antes de vender para o PNAE, 11 (52,4%) deixaram de vender depois ($p=0,001$). Dos 37 agricultores que vendiam para sacolão/ quitanda antes de vender para a alimentação escolar, 10 (27,0%) deixaram de vender depois ($p=0,0026$). E dos 39 agricultores que vendiam sua produção para o atravessador antes de comercializar para o PNAE, 17 (43,6%) não vendiam mais para eles depois de começar a vender para o alimentação escolar ($p=0,0026$). Observa-se que houve diminuição significativa na venda para outros canais após comercializar para o PNAE, com exceção do supermercado (Tabela 6).

Tabela 6 - Mudança ocorrida nos canais de comercialização dos agricultores familiares antes e depois das vendas para o PNAE. Estado de São Paulo, 2012.

Canal de comercialização	Vendiam antes de comercializar para PNAE	Deixaram de vender depois de comercializar para PNAE		P (MN)
	n	n	%	
Feira	34	11	32,4	0,0225
Supermercado	45	11	24,4	0,0574
Ceasa	21	11	52,4	0,0010
Sacolão/ Quitanda	37	10	27,0	0,0026
Atravessador	39	17	43,6	0,0026

6. LIMITAÇÕES DO ESTUDO

Para a construção do modelo lógico, foram entrevistados alguns dos principais atores, no âmbito governamental e da sociedade civil, que participaram da elaboração do Projeto de Lei que deu origem à Lei nº 11.947/2009. Não foi possível entrevistar os atores representantes dos agricultores familiares e de suas organizações/ instituições. Entretanto, é importante ressaltar que vários dos entrevistados tinham contato/ vinculação com os movimentos sociais e setores da agricultura familiar e que forneceram informações, também levando em conta a perspectiva destes grupos.

Alguns dos municípios onde seriam realizadas as entrevistas dos agricultores familiares que venderam para a alimentação escolar de seus próprios municípios em 2012 eram muito distantes, o que dificultou a logística e encareceu o orçamento da pesquisa. Foi necessário contar, também, com recursos de outros projetos para a coleta de dados.

Devido às razões citadas previamente, não foi possível entrevistar todos os 144 agricultores que venderam para os seus 16 municípios em 2012, havendo uma perda de 23,6%. Apesar desta perda, considera-se que a amostra final deste estudo, composta por 110 agricultores, é de importante magnitude. Além disso, é importante relatar que não se tem conhecimento de estudos que investigaram os efeitos das compras diretas da agricultura familiar em uma amostra de agricultores familiares deste porte.

Uma outra limitação foi a falta de uma descrição dos municípios onde se realizaram as entrevistas, com relação a porte, vocação agrícola e outros elementos. Seria importante, em um segundo momento, fazer uma reflexão sobre as implicações do recorte dos municípios para os resultados encontrados.

7. DISCUSSÃO

Ao longo dos últimos anos, o Programa de Alimentação Escolar do Brasil acompanhou as mudanças estruturais ocorridas no país, com relação à articulação das políticas de proteção e de desenvolvimento social. Neste sentido, o PNAE passou a adquirir uma dimensão de prática pedagógica e atividade educativa, dirigida à promoção da saúde, da SAN e do DHAA.

Um dos marcos da política de alimentação escolar foi a aprovação da Lei nº 11.947/2009, também chamada de Lei de Alimentação Escolar, regulamentada pela Resolução/CD/FNDE nº38 e, posteriormente, pela Resolução/CD/FNDE nº26. Estas legislações contribuíram com vários ajustes ao Programa, do ponto de vista conceitual, orçamentário, de cobertura, de modalidades de compra, participação social, entre outros importantes aspectos.

Esta Lei fortalece uma nova visão intersetorial da política de alimentação escolar, pois contém elementos que vinculam o PNAE à política de saúde, à política de educação, à política que protege os direitos das minorias, quando trata das comunidades indígena e quilombola, e à agroecologia, quando se prioriza a compra de produtos orgânicos, por exemplo.

Uma das principais mudanças implementadas com esta legislação foi a obrigatoriedade da compra direta de alimentos dos agricultores familiares ou de suas organizações. Como destacado no modelo lógico desenvolvido, esta vinculação tem como objetivo promover uma alimentação escolar variada e saudável, composta por alimentos regionais, quantidades adequadas de frutas, verduras e legumes e baixa quantidade de alimentos processados. Ela também objetiva estimular circuitos locais de comércio e fomentar a produção agrícola local, com o consequente fortalecimento da agricultura familiar. Segundo o modelo lógico elaborado, um dos resultados esperados da vinculação é a melhoria das capacidades de organização, de produção e de comercialização dos agricultores fornecedores.

Com base nisso, a discussão realizada a seguir estará centrada em dois aspectos. Um deles é a caracterização da venda direta para o PNAE em 2012, em alguns municípios de São Paulo, quanto a características sócio-demográficas dos

agricultores, ano de início de venda, alimentos vendidos, entre outras. Além disso, serão discutidos alguns efeitos observados com relação à organização, produção, comercialização e renda dos agricultores fornecedores.

O presente estudo evidencia que muitos agricultores já estão se beneficiando da vinculação direta com o programa de alimentação escolar em alguns municípios do estado de São Paulo.

Nos 16 municípios, pelo menos 110 agricultores foram beneficiados com a venda de alimentos para o PNAE em 2012, sem considerar os demais que venderam e não foram entrevistados e os agricultores dos outros municípios que também forneceram para os municípios deste estudo.

Até o momento, o número de estudos que avaliaram o processo de vinculação da agricultura familiar com o PNAE é restrito. Entretanto, alguns estudos vêm avaliando as vendas diretas para o PAA. Como os dois programas são similares em alguns aspectos e ambos promovem as compras públicas diretamente da agricultura familiar, alguns elementos do PAA também serão utilizados como subsídio para as discussões dos resultados.

Os resultados deste estudo permitem observar que a maioria dos agricultores avaliados que forneceram para o PNAE em 2012 era do sexo masculino. Entretanto, pode-se afirmar que porcentagem considerável de agricultoras ($\frac{1}{4}$ em relação ao total) também estava inserida na iniciativa de compras públicas para a alimentação escolar.

Segundo dados do Censo Agropecuário 2006, as mulheres representavam $\frac{1}{3}$ do total de agricultores familiares do país, número equivalente a 4,1 milhões de pessoas (FRANÇA e col., 2009). Especificamente no estado de São Paulo, elas representavam 26% do total de 328.177 agricultores familiares (IBGE, 2009). Assim, observa-se que a porcentagem de agricultoras que venderam para o PNAE em 2012, na amostra deste estudo, vai ao encontro da porcentagem de agricultoras encontrada a nível nacional e estadual.

Um dos efeitos esperados das compras públicas da agricultura familiar, incluindo as compras para o PNAE, é a melhoria e fortalecimento das capacidades institucionais dos agricultores (INSTITUTO CIDADANIA, 2001; GAZOLLA e SCHNEIDER, 2007).

Pôde-se observar que a grande maioria dos produtores que vendeu para o PNAE o fez por meio de associação ou cooperativa e proporção considerável (37,7%) relatou que uma das razões pelas quais se associou/cooperou foi para poder acessar o PNAE e/ou o PAA.

Para poder vender ao PNAE e PAA, os agricultores devem estar cadastrados no Pronaf, apresentar documentação e projeto de venda adequados e, em municípios de médio e grande porte, preferencialmente estar organizados em associações ou cooperativas. O associativismo e o cooperativismo são fundamentais para o fortalecimento institucional, produtivo e comercial destes agricultores (FAO, 2014).

De acordo com o relato dos agricultores, pode-se sugerir que a vinculação do PNAE com as compras locais, por meio do PNAE (e do PAA) parece estar cumprindo um importante papel de incentivo à organização e associação das famílias agricultoras e, desta maneira, contribuindo para seu fortalecimento institucional.

Entretanto, segundo CERQUEIRA e col. (2006. p. 76), é importante destacar que “...o incipiente grau organizativo não pode se constituir em um elemento de exclusão, já que são justamente aqueles com organizações representativas mais frágeis (ou mesmo sem organizações) que mais dificuldades possuem nas relações com o mercado”.

Por isso, torna-se importante adotar medidas para apoiar o fortalecimento das capacidades organizativas dos agricultores familiares que queiram vender ao Programa e ainda não o estejam fazendo, e também, para incluir aqueles produtores individuais que, por alguma razão, optem por não se associar ou cooperar.

Quase metade (44,6%) dos agricultores avaliados já vendia para o PAA antes de iniciar as vendas para o PNAE. CAMARGO e col. (2013), ao avaliar, em 2012, agricultores na Regional Norte do estado de São Paulo que participavam do PAA e/ou PNAE, encontraram que 29% participavam do PAA e que destes, 37,5% participavam também do PNAE; apenas 3,7% participavam exclusivamente do PNAE.

Nossos resultados e os de CAMARGO e col. (2013) parecem indicar que existe uma aproximação entre estes dois programas e que a inserção no PAA pode estar funcionando como uma porta de entrada para a participação no PNAE,

programa cuja operacionalização demanda maior capacidade de gestão e organização por parte dos agricultores e suas organizações.

É interessante notar que uma grande parcela dos entrevistados não sabia responder por quantos meses havia fornecido para o PNAE em 2012. Uma das possíveis explicações para este fato seria que, como a maioria vendia para a alimentação escolar por meio de associação ou cooperativa, quem realizava o contato com o nutricionista e/ou setor de compras, preparava a documentação e entregava os produtos eram os representantes destas organizações. Muitas vezes, o agricultor apenas fornecia o produto solicitado pelo representante, sem saber exatamente o seu destino.

Por outro lado, para a parcela que respondeu à questão, a média de tempo de venda para o PNAE, em 2012, foi de 6,7 meses, variando de 1 a 12 meses. Sabe-se que o tempo de venda de cada produtor varia segundo vários fatores: a data em que é publicada a chamada pública, a data em que é assinado o contrato, a sazonalidade do produto produzido, a disponibilidade de produtos, por cada produtor, na hora da entrega, tipos de produtos solicitados pelo representante a cada produtor, no caso da venda feita por associação ou cooperativa, entre outros. Uma das vantagens de se vender ao PNAE é que ele representa uma demanda de grande variedade de alimentos, durante todo o ano letivo. Entretanto, atrasos na publicação da chamada pública e a compra de produtos por apenas um período curto de tempo foram algumas das considerações feitas pelos agricultores, o que levou, vários deles, a vender por pouco tempo.

Com relação ao ano de início da venda, apesar da Lei nº 11.947/2009 ter sido publicada em 2009, observa-se que pequena parcela de agricultores iniciou a venda entre 2009 e 2010, e que o pico do início da venda deu-se em 2011. Estudo de RODRIGUEZ e col. (ainda não publicado), analisando 25 municípios do estado de São Paulo, incluindo os mesmos 16 municípios deste estudo, verificou que 60% deles também começaram a comprar a partir de 2011. Isto é, não somente a maioria dos agricultores deste estudo começou a vender em 2011, mas a maioria dos municípios também começou a comprar neste mesmo ano.

Como já mencionado, o processo de implementação das compras diretas da agricultura familiar é bastante complexo e envolve diversas instâncias e atores e

requer múltiplas estratégias, tanto a nível nacional, como local. Segundo mostrado no modelo lógico, desde a elaboração do Projeto de Lei que deu origem à Medida Provisória nº 455/2009 e, posteriormente, à Lei nº 11.947/2009, várias ações foram implementadas, dirigidas a todos os atores envolvidos, nas distintas esferas de governo. Levando estes fatores em conta e, dada a complexidade desta iniciativa, considera-se que o processo de implementação das compras locais para o PNAE avançou positivamente nos municípios de São Paulo, até o ano de 2012. É necessário, contudo, verificar como o processo avançou e está se desenvolvendo, desde então.

Com relação aos alimentos que foram vendidos ao PNAE, é meritório destacar a venda de grande diversidade de produtos frescos, como frutas, verduras e legumes. Houve pequena venda de alimentos semi-processados, e todos podem ser considerados alimentos saudáveis, como as polpas de frutas, leite, café, mel e pão.

É importante mencionar que estes produtos não representam a totalidade dos alimentos comprados da agricultura familiar para a alimentação escolar por estes municípios. Os municípios podem ter adquirido outros produtos de agricultores do mesmo município que não foram entrevistados, assim como de agricultores de outros municípios.

Tampouco é possível inferir sobre a qualidade dos cardápios escolares somente com base nos alimentos vendidos por estes agricultores, o que somente pode ser aferido com base na sua análise nutricional.

De qualquer maneira, pode-se constatar que os produtos que estão sendo vendidos à alimentação escolar por estes produtores são, em sua grande maioria, alimentos básicos, variados, saudáveis e pautados na sazonalidade e diversificação agrícola da região e que, portanto, estão de acordo com as recomendações do FNDE para uma alimentação saudável e adequada. Estes resultados vão ao encontro dos achados de CAMARGO e col. (2013), que encontraram que os principais produtos vendidos pelos agricultores familiares ao PNAE e/ou PAA foram mandioca, hortaliças e frutas.

TRICHES e SCHNEIDER (2010), em estudo sobre dois municípios do Rio Grande do Sul que iniciaram as compras da agricultura familiar para a alimentação escolar ainda antes da Lei nº 11.947/2009, por meio de licitação, encontraram maior

frequência no recebimento de produtos frescos, maior variabilidade e melhor qualidade dos alimentos. Melhora da qualidade e diversificação das refeições, com inserção de produtos frescos e diminuição de produtos industrializados, também foram verificados em creches e escolas que recebiam alimentos dos agricultores familiares por meio do PAA (ZIMMERMANN e col., 2008).

Os resultados deste estudo sugerem que a iniciativa de vinculação da agricultura familiar com a alimentação escolar pode estar cumprindo um de seus principais objetivos, que é contribuir para o fornecimento de uma alimentação escolar variada e saudável, composta por alimentos regionais, quantidades adequadas de frutas, verduras e legumes e baixa quantidade de alimentos processados. E que esta iniciativa possa estar contribuindo, além disso, para a formação de hábitos alimentares saudáveis e para o cumprimento do direito humano à alimentação saudável e adequada pelos estudantes.

Obviamente, uma alta frequência de venda de alimentos frescos é muito positiva, sob o ponto de vista nutricional e de estímulo a hábitos alimentares saudáveis. Entretanto, a baixa frequência na venda de alimentos semi-processados pode, também, representar uma dificuldade destes produtores em agregar valor a seus produtos e/ou em cumprir com as normas sanitárias mais rígidas estabelecidas para estes produtos. Uma das razões pelas quais os agricultores podem estar conseguindo vender o mel é porque este produto possui exigências sanitárias mais simples e fáceis de serem adotadas (CAMARGO e col., 2013).

Praticamente metade dos agricultores (46,4%) relatou que deixou de vender para o PNAE algum produto que produzia. Os motivos alegados foram que estes produtos não faziam parte da chamada pública, que já possuíam outro mercado garantido e/ou que estes alimentos não eram aceitos pelo alunos. Os produtos não vendidos ao PNAE foram: melão, abacaxi, carambola, cana de açúcar, agrião, nabo, cará, pimenta, carneiro, gado, peixe, farinha de mandioca, queijo e rapadura.

O fato de estes produtos não terem sido vendidos por estes agricultores não significa que não foram adquiridos de outros agricultores para a alimentação escolar destes municípios. Seria interessante aprofundar estas análises e verificar se, realmente, não faziam parte das chamadas públicas e, em caso positivo, a razão para tal fato, já que muitos destes alimentos são frutas, as quais poderiam estar sendo

utilizadas pela alimentação escolar. Mesmo a cana de açúcar e a rapadura poderiam ser consumidas, em pequenas quantidades, em diversas preparações oriundas da culinária brasileira nas escolas.

Produtos “*in natura*”, sem nenhum tipo de processamento, como frutas, verduras e legumes não necessitam passar por avaliação sanitária (FNDE, 2014a). Por outro lado, a comercialização de alimentos de origem vegetal que passaram por algum tipo de processamento, como a rapadura e a farinha de mandioca, e de produtos de origem animal, como o carneiro, gado, peixe e queijo requer o cumprimento de normas sanitárias. Os produtos listados acima podem ser vendidos para a alimentação escolar, desde que cumpram com os requisitos higiênico-sanitários estabelecidos.

Seria recomendável avaliar as condições sanitárias destes produtos e verificar se o Serviço de Inspeção Municipal (SIM) ou o Sistema Único de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA) já foram implementados nestes municípios. A falta de conformidade com as exigências sanitárias, assim como a inexistência destes serviços em muitos municípios têm impossibilitado a venda de alguns produtos da agricultura familiar (TRICHES e SCHNEIDER, 2010; CHMIELEWSKA e col., 2010; MOTTER e TEO, 2012).

Como ressaltado por CHMIELEWSKA e col. (2010, p. 26): “...a comercialização de produtos beneficiados enfrenta dificuldades consideráveis em matéria de cumprimento da regulamentação sanitária, pois os regulamentos sanitários instituídos pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária não são de fácil cumprimento para as pequenas organizações de produtores”.

Recentemente, foi publicada a Resolução ANVISA/DC nº 49 DE 31/10/2013, a qual estabelece as normas para a regularização do exercício de atividades que sejam objeto de fiscalização pela vigilância sanitária, exercidas pelo microempreendedor individual, pelo empreendimento familiar rural e pelo empreendimento econômico solidário, que sejam produtores de bens e prestadores de serviços sujeitos à ação da vigilância sanitária. Esta legislação institui procedimentos menos burocráticos e tem o objetivo de facilitar e orientar seu público-alvo com relação às condições sanitárias dos alimentos produzidos e comercializados.

Apesar de vários agricultores (41,80%) relatarem que a totalidade ou uma parte de sua produção era orgânica, apenas quatro destes (8,70%) tinham certificação. A compra de alimentos orgânicos e/ou agroecológicos é priorizada pelo PNAE e, inclusive, estes produtos podem ter seu valor acrescido em até 30% em relação aos preços estabelecidos para produtos convencionais (BRASIL, 2013a).

Entretanto, a obtenção da certificação de produtos orgânicos é um processo complexo, que demanda assistência técnica e recursos para obtenção do selo. Entre as várias dificuldades encontradas pelos agricultores familiares no processo de produção de orgânicos, destacam-se a dificuldade na obtenção da certificação orgânica, na obtenção de insumos, dificuldade em obter financiamento e em obter assistência técnica, entre outras (DULLEY e col., 2003).

VRIESMAN e col. (2012. p. 1) destacam que:

a expansão dos serviços de ATER (assistência técnica e extensão rural) para auxiliar os produtores na garantia da qualidade dos alimentos orgânicos é essencial para assegurar ao mercado consumidor a credibilidade desses produtos e é fundamental para consolidar o potencial da agricultura orgânica como instrumento para o desenvolvimento da agricultura familiar. Deve-se buscar a instituição de políticas públicas que possibilitem o acompanhamento técnico qualificado junto aos produtores rurais.

Faz-se necessário, portanto, aprofundar estas análises para poder identificar os motivos pelos quais estes agricultores não são certificados e buscar mecanismos para facilitar este processo. A certificação dos produtos também facilitaria a venda e a consequente chegada destes alimentos às escolas.

Com relação ao apoio que os agricultores familiares receberam do nutricionista do município para poder vender ao PNAE, a maioria relatou não ter sido contatado para mapeamento de sua produção, nem para assistência durante o processo de venda.

O papel do nutricionista é fundamental no processo de planejamento e execução do PNAE, assim como para a exitosa implementação das compras locais, pois ele é responsável, entre outras atividades, pelo planejamento dos cardápios, os quais determinarão os produtos a ser adquiridos, assim como pelo seu recebimento. Por isso, é importante que, durante todo o processo, exista uma interlocução direta

entre os envolvidos, especialmente entre o nutricionista e os produtores, desde o mapeamento inicial dos produtos da região, até a aquisição e entrega dos alimentos. Além disso, durante o processo de compra e recebimento dos alimentos, muitas vezes surge a necessidade de substituição de algum produto e/ou remanejamento do cronograma de compra e entrega, o que deve ser feito sob a supervisão do nutricionista (SOARES e col., 2013).

O fato de a maioria dos agricultores ter mencionado ausência de visita ou apoio não significa que o nutricionista do programa não tenha realizado o mapeamento dos produtos da agricultura familiar. Para identificar a diversidade e a quantidade dos alimentos da agricultura familiar que serão utilizados no cardápio da alimentação escolar, o nutricionista responsável técnico pelo PNAE pode obter estas informações reunindo-se com o CAE, a Secretaria de Agricultura, as entidades locais de ATER e as entidades representativas da agricultura familiar. Não há necessidade, portanto, de se contatar pessoalmente e, tampouco, a totalidade dos agricultores do município (FNDE, 2014a). Entretanto, os dados obtidos neste estudo não permitem identificar se o nutricionista realizou contato com estes demais órgãos e atores chave do processo.

Quanto ao apoio recebido, pelos agricultores, de algum órgão ou instituição da agricultura, apenas um pouco mais da metade (53,70%) relatou ter recebido assistência para poder vender ao PNAE, sendo que as instituições mais citadas foram instituições/órgãos públicos, como o Órgão Municipal da Agricultura ou CATI (órgão de assistência técnica e extensão rural do estado de São Paulo, chamado de ATER nos demais estados do país).

Para tornar possível a operacionalização e execução das compras diretas para a alimentação escolar, de forma adequada e consistente, é necessário que existam agricultores familiares organizados e capazes de suprir o mercado de alimentação escolar, com alimentos que respeitem os hábitos alimentares dos estudantes, em quantidade e qualidade suficientes, durante todo o ano letivo, a preços competitivos. E, para isso, é essencial que o setor da agricultura familiar esteja bem desenvolvido.

Neste sentido, os serviços de ATER são fundamentais para o aumento e fortalecimento das capacidades institucionais, de produção e comercialização dos agricultores familiares. Serviços de extensão agrícola constituem o principal canal de

informação, tecnologia e conhecimento para apoiar os agricultores a melhorar sua produção (FAO, 2012).

Contudo, “a agricultura familiar do estado de São Paulo, como na maior parte do Brasil, enfrenta dificuldades como a descapitalização, a falta ou a insuficiência dos serviços de assistência técnica e extensão rural (ATER) e a pouca ou nenhuma infraestrutura instalada na propriedade...” (CAMARGO e col., 2013).

Ainda segundo os mesmos autores, entrevistando agricultores, gestores públicos, técnicos, extensionistas, acadêmicos e estudantes, com o objetivo de debater a implantação do PNAE e o andamento do PAA em São Paulo, em 2011,

a falta de ATER foi um dos problemas apontados tanto por agricultores quanto por gestores. Ambos reconhecem a importância desse serviço para capacitar os agricultores, ajudar a elaborar os projetos de venda e colocar agricultores e prefeitura em contato. Mas ambos também concordam quanto à realidade da ATER paulista: sucateada, insuficiente, sem investimentos e com técnicos que pouco podem fazer frente ao número de famílias que tem que atender. (p. 12).

Uma forte articulação e diálogo entre os atores e órgãos dos distintos setores envolvidos é fundamental para o êxito das compras institucionais da agricultura familiar. A execução e/ou fortalecimento das compras diretas para a alimentação escolar é um processo bastante complexo, uma vez que a sua implementação efetiva requer uma série de condições que vão muito além do campo de atuação da instituição diretamente responsável pela alimentação escolar. Setores como educação, agricultura, planejamento, compras, sociedade civil, organizações não governamentais (ONGs) devem trabalhar articuladamente com os agricultores familiares e suas representações, a nível nacional, estadual e local.

No processo de compras públicas da agricultura familiar, “evidencia-se a necessidade de articulação entre produção e consumo, com a finalidade de estruturar um cronograma de produção e entrega que vá ao encontro das necessidades dos produtores e atenda de forma regular às necessidades dos consumidores” (SOARES e col., 2013, p.49).

Apesar da citada falta de apoio do nutricionista e de órgãos/instituições da agricultura por muitos agricultores, é interessante observar que eles estavam

conseguindo vender para o PNAE. Ainda assim, ressalta-se a importância de buscar mecanismos para potencializar estes apoios e poder vencer os desafios enfrentados no processo, como a certificação dos produtos orgânicos e publicação das chamadas públicas em tempo adequado.

Alguns dos possíveis resultados que se esperam alcançar a partir da vinculação direta da agricultura familiar com os mercados institucionais, como o PNAE e o PAA, são a melhoria das capacidades institucionais, de produção e comercialização, assim como o aumento da renda dos agricultores familiares (INSTITUTO CIDADANIA, 2001; GAZOLLA e SCHNEIDER, 2007; SCHMITT, 2005).

Com base no relato dos agricultores deste estudo, foi possível identificar algumas mudanças ocorridas após o início da venda para o PNAE. Aumento da produção e da área cultivada e utilização de mais técnicas e insumos, como adubos orgânicos e irrigação, foram relatados pela maioria. Plantio de novos produtos, mudanças no planejamento da produção e investimento em infraestrutura, também foram verificados em parcela considerável.

A participação no PAA e/ou PNAE também influenciou positivamente a produção agrícola e a renda da maioria ou de parcela considerável dos agricultores beneficiários, segundo CAMARGO e col (2013).

Não se tem conhecimento sobre outros estudos que avaliaram a influência das compras locais para o PNAE. Alguns estudos sobre o PAA também encontraram efeitos positivos. Aumento da área cultivada e/ou da diversidade de produtos dos agricultores beneficiários do PAA e aumento da renda a partir de sua entrada no programa foram relatados por CHMIELEWSKA e col. (2010).

Aumento e diversificação da produção (ZIMMERMANN e FERREIRA, 2008; ANDRADE JR., 2009), organização e planejamento da oferta (DELGADO e col., 2005; ZIMMERMANN e FERREIRA, 2008), investimentos na propriedade e aquisição de equipamentos para agroindústria (ANDRADE JR., 2009) também foram encontrados por outros autores avaliando efeitos do PAA. Por outro lado, VIEIRA (2008) não encontrou efeitos com relação ao aumento da quantidade, diversificação e planejamento da produção e, tampouco, com relação à inserção em novos mercados e na melhora no preço dos produtos na região.

De maneira geral, estes resultados apontam para várias mudanças positivas que estão ocorrendo no modo de produção e comercialização dos agricultores familiares, como consequência das vendas institucionais, seja por meio do PNAE ou do PAA. Estes programas estabelecem critérios rígidos de qualidade para os produtos, os quais, muitas vezes, não precisavam ser cumpridos quando as vendas eram realizadas para intermediários, por exemplo. Da mesma maneira, para vender ao PNAE, é necessário cumprir com o cronograma e as quantidades estabelecidas e, por isso, alguns dos efeitos verificados foram mudanças no planejamento, como aumento, diversificação e rodízio da produção e organização da produção para diminuir perdas, com o objetivo de atender às demandas do Programa.

Segundo salientado por GHIZELINI (2006),

O processo de comercialização apresenta-se como um dos principais dilemas da agricultura familiar, sendo que a produção é em quantidade reduzida e em pequena escala, o que dificulta, na lógica capitalista, a comercialização direta com comerciantes ou consumidores. Desta forma, os agricultores familiares ficam restritos a comercializarem sua produção com “atravessadores” ou mesmo com as grandes cooperativas, que pagam segundo as regras de mercado, ou seja, pagam o menor preço possível.

Os resultados destes vários estudos citados acima mostram que a venda direta para estes programas têm ajudado os agricultores a superar vários dos problemas relacionados à produção e comercialização, e a se preparar melhor, do ponto de vista produtivo e comercial.

A possibilidade de contribuição do PNAE para o aumento de renda dos agricultores fornecedores e para a regulação dos preços dos produtos comercializados nos mercados também foi investigada neste estudo.

A maioria dos produtores (76,4%) relatou aumento de sua renda após o início das vendas ao PNAE. Efeito positivos nas rendas dos agricultores beneficiários do PAA também foram verificados por MATTEI (2007) e CHMIELEWSKA e col. (2010).

Com relação à contribuição do PNAE para a regulação dos preços no mercado, o preço pago pelo PNAE foi considerado mais atrativo do que outros

mercados por 43,6% dos entrevistados. Mudança no preço dos produtos nos outros mercados, depois que a alimentação escolar começou a comprá-los diretamente da agricultura familiar, foi verificada por pequena parcela dos agricultores (17,3%), sendo que a maioria deles (73,7%) relatou que a mudança verificada foi o aumento do preços nos outros mercados.

A Lei nº 11.947/2009 implementou uma modalidade alternativa de compra direta da agricultura familiar para a alimentação escolar, a chamada pública, dispensando os produtores do processo tradicional de licitação, modalidade que sempre segue o critério do menor preço. A chamada pública permite que os preços dos produtos vendidos para o PNAE sejam os praticados no âmbito local, utilizando os valores de referências de pesquisa no mercado local ou regional, e dando-se preferência a produtos locais e da safra (BAVARESCO e MAURO, 2012).

Ao abordar políticas agrícolas e segurança alimentar, Maluf¹², citado por CERQUEIRA e col. (2006), ressalta que as políticas de comercialização devem objetivar “assegurar a renda dos pequenos e médios produtores agrícolas; regular diretamente a esfera do atacado e, indiretamente, a relação entre os preços no atacado e os preços no varejo; e atender a programas especiais ligados à questão alimentar” (p.61).

O aumento da renda da maioria dos agricultores, o preço pago pelo PNAE, considerado mais atrativo por parcela considerável do grupo estudado, aliado ao aumento do preço dos produtos em outros mercados (ainda que este efeito tenha sido observado por parcela reduzida dos entrevistados) apontam para a possibilidade de que esta iniciativa esteja, de fato, contribuindo para a geração de renda dos produtores fornecedores e como mecanismo de regulação e sustentação de preço dos produtos.

Este estudo também investigou a ocorrência de mudanças nos canais de comercialização utilizados pelos agricultores familiares, comparando os mercados onde vendiam antes de iniciar as vendas para o programa e no momento da pesquisa, além do PNAE.

¹² Maluf R. Políticas agrícolas e de desenvolvimento rural e a segurança alimentar. In: LEITE, Sérgio (Org.). Políticas públicas e agricultura no Brasil. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2001 apud (Cerqueira e col., 2006).

Pôde ser verificado que, após iniciar as vendas para o PNAE, porcentagem significativa de agricultores deixaram de comercializar nos seguintes canais: feira, Ceasa, sacolão/quitanda, atravessador. O único canal que não demonstrou mudança significativa foi o supermercado. Não é possível afirmar que os agricultores migraram, necessariamente, destes mercados para o PNAE. Entretanto, os dados permitem sugerir que a entrada no PNAE possa ter provocado uma movimentação entre os canais de comercialização comumente utilizados pelos produtores.

Um fato extremamente positivo desta movimentação é a diminuição da venda para o atravessador. Com base nisso, por um lado, é possível sugerir que a venda para o PNAE esteja efetivamente contribuindo para reduzir a dependência dos agricultores em relação aos intermediários. Por outro lado, a diminuição dos demais canais de comercialização (feira, Ceasa, sacolão/quitanda), por vários agricultores, deve ser vista com cautela, já que não se objetiva que o agricultor fique “refém” do PNAE e/ou do PAA e venda somente a estes programas. Além disso, quando os agricultores deixam de vender nestes outros mercados, pode haver uma falta de seus produtos nos equipamentos públicos destinado à população geral, como feiras e sacolões. Portanto, seria importante aprofundar estas análises e verificar, também, se os demais agricultores entrevistados chegaram a ampliar seus mercados.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Programa Nacional de Alimentação Escolar do Brasil passou por importantes estruturações ao longo dos últimos anos e, atualmente, é considerado um modelo de PAE, especialmente entre os países da América Latina e Caribe e da África.

Um de seus grandes avanços foi a implementação da Lei nº11.947/2009, a qual trouxe importantes mudanças, entre elas a institucionalização das compras diretas da agricultura familiar. Entretanto, como verificado ao longo deste estudo, o PNAE e a implementação desta iniciativa não estão isentos de desafios.

Este estudo propiciou a elaboração de um modelo lógico da iniciativa de vinculação do PNAE com a agricultura familiar, o qual mostrou que a implementação desta iniciativa é um processo bastante complexo, que envolve órgãos, instituições e atores de distintos setores, em todos os níveis de governo, e não apenas da instituição responsável diretamente pela alimentação escolar no país. E, para que esta iniciativa seja exitosa, é necessário que exista uma forte articulação entre todos, de forma abrangente e coordenada.

A partir deste instrumento, também evidenciou-se que os objetivos e resultados esperados desta iniciativa vão mais além do que a simples troca de fornecedores para a alimentação escolar; e que, como tal, ela deve ser compreendida como uma estratégia multi-setorial de melhoria da qualidade da alimentação escolar, de desenvolvimento local, de fortalecimento da agricultura familiar, de aproximação de distintos setores/atores (incluindo agricultores familiares e comunidade escolar) para a discussão sobre formação de hábitos alimentares saudáveis, de realização da SAN e de cumprimento do DHAA.

A recente implementação da Lei e a escassez de investigações enfocando especificamente nas compras locais para o PNAE ressaltam a importância deste estudo, principalmente em uma amostra deste porte, para se conhecer como este processo está ocorrendo e se os resultados esperados estão sendo alcançados.

Considera-se importante chamar a atenção para um aspecto deste estudo. Vários agricultores desta amostra já vendiam para o PAA antes de vender para o

PNAE. Apesar do cuidado, durante as entrevistas, para tentar, ao máximo, focar as perguntas somente na venda para o PNAE, sabe-se que estas iniciativas podem se sobrepor, já que beneficiam o mesmo grupo de produtores. Com relação a este ponto, uma outra limitação deste estudo foi não contar com uma metodologia que pudesse estabelecer uma linha clara de separação entre as ações e efeitos dos dois programas.

Sabe-se, portanto, que muitos dos efeitos encontrados neste estudo podem ter tido alguma influência do PAA. Por este motivo, tomou-se sempre o cuidado para não afirmar categoricamente que os efeitos encontrados fossem exclusivamente da venda ao PNAE.

De qualquer maneira, a identificação deste provável ponto de inserção entre os dois programas deve ser considerado, em nossa opinião, como algo positivo, já que demonstra a aproximação e capilaridade destas duas políticas as quais, segundo mostrado neste e em outros estudos, parecem estar, de fato, sendo acessadas pelos agricultores e produzindo vários resultados positivos.

9. CONCLUSÕES

Por meio do presente estudo, foi possível conhecer algumas características dos agricultores familiares que venderam diretamente para o PNAE, em 16 municípios do estado de São Paulo, em 2012:

- A maioria era do sexo masculino, com idades entre 41 e 60 anos.
- A venda foi realizada, em grande parte, por agricultores associados ou cooperados.
- Um pouco menos da metade já vendia para o PAA antes de começar a vender para o PNAE e começou a vender para a alimentação escolar em 2011.
- Praticamente $\frac{1}{4}$ dos entrevistados vendia, também, para outros municípios de São Paulo, e nenhum vendia para municípios de outros estados.
- Os alimentos vendidos constituíram-se, em sua maioria, por produtos frescos, como frutas, verduras, legumes e tubérculos, e em grande variedade. A variedade de alimentos semi-processados vendida foi bastante reduzida.
- Vários dos agricultores tinham produção orgânica, mas apenas uma minoria era certificada.
- A maioria dos agricultores não foi contatada pelo nutricionista do município antes do início da venda para a identificação dos alimentos produzidos, tampouco recebeu apoio deste profissional durante o processo de venda ao PNAE.

- Praticamente metade dos agricultores recebeu apoio de algum órgão ou instituição da agricultura durante o processo de venda, sendo que as instituições mais citadas foram órgãos municipais ou estaduais.

O presente estudo também demonstrou que as vendas diretas, apesar de relativamente recentes, parecem já estar promovendo alguns resultados importantes. Como aspectos positivos da iniciativa de vinculação do PNAE com a agricultura familiar, podem ser destacados, resumidamente:

- Fornecimento de alimentos frescos e saudáveis para a alimentação escolar, contribuindo para o papel do PNAE como estratégia de promoção de hábitos alimentares saudáveis e adequados.
- Tendência de fortalecimento organizacional dos agricultores familiares para poder vender ao PNAE, a partir de sua associatividade/cooperativismo.
- Aumento da renda dos produtores fornecedores.
- Aumento da produção e da área cultivada e utilização de mais técnicas e insumos pela maioria dos produtores, após o início da comercialização de produtos para o PNAE.
- Diversificação e mudanças no planejamento da produção e investimento em infraestrutura por parcela considerável de produtores;
- O preço pago pelo PNAE é considerado mais vantajoso do que outros mercados por praticamente metade dos agricultores e desta maneira, as vendas para o PNAE podem estar exercendo um papel de regulação e sustentação de preços em alguns municípios, beneficiando diretamente os produtores atendidos pelo programa.

- Diminuição da venda dos produtos dos agricultores familiares aos intermediários, após o início da venda direta para o PNAE.

O estudo também identificou alguns pontos que precisam ser melhorados, para poder fortalecer a iniciativa e otimizar os resultados alcançados:

- É necessário certificar-se de que os agricultores familiares recebam o apoio necessário por parte do nutricionista do programa, tanto durante o processo de mapeamento da produção local, quanto durante todo o processo de venda.
- É importante fortalecer o apoio dado aos agricultores familiares por parte das instituições/ atores vinculados à agricultura, na esfera local, para fortalecimento de suas capacidades institucionais, de produção e comercialização.
- Evidenciou-se a necessidade de se buscar mecanismos de apoio aos agricultores na certificação de seus produtos orgânicos:
- É importante buscar mecanismos para que as chamadas públicas sejam publicadas a tempo para que os agricultores possam planejar sua produção e que contemplem a compra dos produtos durante todo o ano letivo.

10. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Andrade Jr RC. O Programa de aquisição de alimentos da agricultura familiar (PAA): o caso da Cooperativa Agropecuária Regional de Pequenos Produtores de Mafra (COOARPA) [dissertação]. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, 2009.
- Anvisa. Inclusão Produtiva com segurança sanitária: RDC 49/2013 - norma comentada. Brasília. 2014.
- Balaban DS; Peixinho A. Ten key elements for the introduction of sustainable national programs. Brasília. 2008.
- Bavaresco PA, Mauro F. Agricultura familiar brasileira no Programa Nacional de Alimentação Escolar: garantia de mercado aos agricultores e de segurança alimentar e nutricional aos alunos da rede pública de ensino. Santiago, Chile: FAO, 2012. Fórum de especialistas: Programas de Alimentação Escolar para América Latina e Caribe. [Acesso em 6 out 2014]. Disponível em: http://www.rlc.fao.org/fileadmin/templates/fondobrasil/documentos/Foro_experitos/Articulos/Artigo_Pedro_Bavaresco.pdf.
- Belik W, Souza LR. Algumas reflexões sobre os programas de alimentação escolar na América Latina. Planejamento e Políticas Públicas. 2009; 33.
- PNAE- eficiência administrativa, controle social e desenvolvimento local_belik_chaim_2009
- Brasil. Lei nº 8.913, de 12 de julho de 1994. Dispõe sobre a municipalização da merenda escolar. Diário Oficial da União, 13 de Jul 1994.
- Brasil. Lei nº 8.666, de 25 de fevereiro de 1993. Regulamenta o artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Diário Oficial da União, 26 de fev 1994.
- Brasil, Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996. Cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, e dá outras providências. Diário Oficial da União 01 jul 1996; Seção 1.
- Brasil. Medida Provisória nº1.784, de 14 de dezembro de 1998. Dispõe sobre o repasse de recursos financeiros do Programa Nacional de Alimentação Escolar,

institui o Programa Dinheiro Direto na Escola, e dá outras providências. Diário Oficial da União, 15 de dez 1998; Seção 1.

Brasil. Medida Provisória nº 1979-19 de 2 de junho de 2000. Dispõe sobre o repasse de recursos financeiros do Programa Nacional de Alimentação Escolar, institui o Programa Dinheiro Direto na Escola, e dá outras providências. Diário Oficial da União, 03 de jun 2000.

Brasil. Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003. Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências. Diário Oficial da União, 03 julh 2003; 1

Brasil. Lei nº 11.326 de 24 julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Diário Oficial da União, 25 jul 2006.

Brasil. Medida Provisória nº 455 de 28 de janeiro de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica, altera a Lei no 10.880, de 9 de junho de 2004, e dá outras providências. Diário Oficial da União 2009; 29 jan.

Brasil. Lei nº11.947 de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Diário Oficial da União, 17 jun 2009a.

Brasil. Resolução/CD/FNDE nº38, de 16 de julho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. Diário Oficial da União, 17 jul 2009b.

Brasil. Resolução/CD/FNDE Nº26, de 17 de junho de 2013. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Diário Oficial da União, 18 jun 2013.

Bundy D, Burbano C, Grosh M, Gelli A, Jukes M, Drake L. Rethinking School Feeding: Social Safety Nets, Child Development, and the Education Sector. Rome. WFP. 2009.

Camargo RAL, Baccarin JG, Silva DBP. O papel do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no

- fortalecimento da agricultura familiar e promoção da segurança alimentar. Temas de Administração Pública [periódicos na Internet]. 2013 [acesso em 20 ago 2014]; 8 (2) Disponível em <http://seer.fclar.unesp.br/temasadm/article/view/6846>.
- Cassiolato M, Gueresi S. Como Elaborar Modelo Lógico: Roteiro para formular programas e organizar avaliação. (Nota Técnica nº 6). Brasília (DF): Ipea, 2010
- Cerqueira PS, Rocha AGP, Coelho VP. Agricultura familiar e políticas públicas: algumas reflexões sobre o Programa de Aquisição de Alimentos no estado da Bahia. Revista Desenbahia. 2006; 5: 55-78.
- Chmielewska D, Souza D, Lourete AA. O Programa de Aquisição de Alimentos da agricultura familiar (PAA) e as práticas dos agricultores participantes orientadas ao mercado: estudo de caso no estado de Sergipe. Texto para discussão nº 1510, Brasília (DF), Ipea. 2010.
- Coimbra MA. Alimentação escolar no Brasil: Política e Instituição. Brasília, 1981.
- Corá MAJ, Belik W, organizadores. Projeto Nutre SP: análise da inclusão da agricultura familiar na alimentação escolar do estado de São Paulo. São Paulo, 2012.
- Delgado G, Conceição JCPR, Oliveira JJ. Avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos da agricultura familiar (PAA). Texto para discussão nº 1145, Brasília (DF), Ipea. 2005.
- Devereux S, Sabates-Wheeler R, Martínez AP. Home Grown School Feeding and Social Protection. Institute of Development Studies (IDS). Brighton. 2010.
- Dulley RD, Silva V, Andrade JPS. Estrutura produtiva e adequação ao sistema de produção orgânico. Informações Econômicas. 200.; 3 (11).
- Espejo F, Burbano C, Galliano E. Home-grown School Feeding: a framework to link school feeding with local agricultural production. Rome, WFP. 2009.
- FAO - Food and Agriculture Organization. Marco Estratégico de Mediano Plazo de Cooperación de la FAO en Agricultura Familiar en América Latina y el Caribe 2012 – 2015. Documento de consulta con los países miembros. 2012.
- FAO - Food and Agriculture Organization. Alimentación escolar y las posibilidades de compra directa de la agricultura familiar. Estudio de caso en ocho países. Santiago. 2013a.

- FAO - Panel de Expertos Programas de Alimentación Escolar para América Latina. Santiago: Oficina Regional de FAO para América Latina y el Caribe. 2013b.
- FAO - Food and Agriculture Organization. Agricultura Familiar en América Latina y el Caribe: Recomendaciones de Política. Santiago. 2014.
- Ferreira H, Cassiolato M, Gonzalez R. Uma experiência de desenvolvimento metodológico para avaliação de programas: O modelo lógico do Programa Segundo Tempo. Texto para discussão nº 1369. Brasília (DF), Ipea, 2009.
- FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Aquisição de produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar. Brasília (DF). 2014a.
- FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação [homepage na internet].[acesso em 10 ago 2014b]. Disponível em:
<http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar>
- França CG, Grossi ME, Marques VPMA. O censo agropecuário 2006 e a agricultura familiar no Brasil. Brasília: MDA, 2009.
- Gazolla M, Schneider S. O Papel da Agricultura Familiar para a Segurança Alimentar: uma análise a partir do Programa Fome Zero no município de Constantina/RS. Sociedade e Desenvolvimento Rural. [acesso em 12 jul 2014]: 0 (0). disponível em www.ufrgs.br/pgdr/arquivos/406.pdf
- Ghizelini AM. Políticas Públicas de Segurança Alimentar como processo de intervenção direta na produção e no consumo de alimentos no Brasil. In: Anales del VII Congreso Latinoamericano de Sociologia Rural [evento na internet]; 2006; Quito, Ec. Buenos Aires: Asociación Latinoamericana de Sociología Rural 2006 [acesso em 29 de jun 2010]. Disponível em:
<http://www.alasru.org>
- Guanziroli CE, Cardim SECS, coordenadores. Novo Retrato da Agricultura Familiar: O Brasil Redescoberto. Projeto de Cooperação Técnica INCRA / FAO. 2000.
- Grisa C, Schmitt CJ, Mattei LF, Maluf RS, Leite SP. Contribuições do Programa de Aquisição de Alimentos à segurança alimentar e nutricional e à criação de mercados para a agricultura familiar. *Agriculturas*. 2011;8(3): 34-41.
- Hartz ZMA. Avaliação dos programas de saúde: perspectivas teórico metodológicas e políticas institucionais. *Ciênc. saúde coletiva*. 1999; 4(2):341-353.

- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo agropecuário 2006. Agricultura familiar. Primeiros resultados. Brasil, grandes regiões e unidades da federação. Rio de Janeiro. 2009.
- Instituto Cidadania. Projeto Fome Zero: uma proposta de política de segurança alimentar para o Brasil. Brasília. 2001.
- IICA - Instituto Interamericano de Cooperación para la Agricultura. La Contribución del IICA al Desarrollo de la Agricultura y las Comunidades Rurales: Informe Anual 2008. Managua. 2009.
- Kellogg Foundation Wk. Logic Model Development Guide 2004.[S.l.: s.n.]
- Mattei L. Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA): antecedentes, concepção e composição geral do programa. Cadernos do CEAM (UnB). 2007; 07: 33-44.
- Mclaughlin JA, Jordan GB. Using logic models. In: Wholey JS, Hatry HP, Nowcomer KE, editores. Handbook of Practical Program Evaluation. Washington: Jossey-Bass, 2004: 7-32.
- MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário. Agricultura Familiar no Brasil e o Censo Agropecuário 2006. Brasília, 2009.
- MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário [homepage na internet]. [acesso em 7 out 2014].
- Mattei L. Políticas públicas de combate à fome: o caso do programa de Aquisição de alimentos da agricultura familiar no estado de Santa Catarina. Sociedade e Desenvolvimento Rural. 2007b; 1(1).
- Millar A, Simeone RS, Carnevale JT. Logic models: a systems tool for performance management. Evaluation and Program Planning 2001; 24: 73-81.
- Motter AF, Teo CRPA. Agricultura familiar: desafios e dificuldades na aproximação com o Programa Nacional de Alimentação Escolar. Congresso Virtual Brasileiro de Educação, gestão e promoção da saúde saude.convibra.com.br. 2012.
- Peixinho AML. A trajetória do Programa Nacional de Alimentação Escolar no período de 2003-2010: relato do gestor nacional. Ciênc. saúde coletiva. 18(4):909-916. 2013.

- Santos LMP, Santos SMC, Santana LAA, Henrique FCS, Mazza RPD, Santos LAS, Santos LS. Avaliação de políticas públicas de segurança alimentar e combate à fome no período 1995-2002. 4 – Programa Nacional de Alimentação Escolar. Cad. Saúde Pública, 2007; 23(11):2681-2693.
- Saraiva EB, Silva APF, Sousa AA, Cerqueira GF, Chagas CMS, Toral N. Panorama da compra de alimentos da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar. Ciênc. saúde coletiva 2013;18(4): 927-935.
- Schirmann GS, Rosar DB, Pereira AAA. O programa de aquisição de alimentos (PAA) como estratégia de promoção da agricultura familiar. Revista Brasileira de Agroecologia. 2007; 2(2):324-327.
- Schmitt CJ . Aquisição de alimentos da agricultura familiar: Integração entre política agrícola e segurança alimentar e nutricional. Revista de Política Agrícola. 2005; (2)
- Schneider S, Mattei L, Cazella AA. Histórico, caracterização e dinâmica recente do Pronaf –Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. In: Schneider S, Silva MK, Marques PEM, organizadores. Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural. Porto Alegre, 2004: 21-50.
- Sidaner E, Balaban D, Burlandy L. The Brazilian school feeding programme: an example of an integrated programme in support of food and nutrition security. Public Health Nutrition. 2012:1-6.
- Slater B, Schwartzman F, Januario BL, Ramos JF. Situação dos municípios do estado de São Paulo com relação à compra direta de produtos da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Rev Bras Epidemiol. 2013; 16(1): 223-226.
- Soares P, Martinelli SS, Melgarejo L, Cavalli SB. Fornecimento de alimentos da agricultura familiar para a alimentação escolar: o exemplo do Programa de Aquisição de Alimentos. Segurança Alimentar e Nutricional. 2013; 20(1): 41-51.
- Spinelli MAS; Canesqui AM. O programa de alimentação escolar no estado de Mato Grosso: da centralização à descentralização (1979 - 1995). Rev. Nutr. 2002;105-117.

- Stolarski MC, Castro D. Caminhos da alimentação escolar no Brasil: análise de uma política pública no período de 2003-2004. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*. 2007; 113: 31-58.
- Sturion GL; Silva MV; Ometto AMH; Furtuoso MCO; Pipitone MAP. Fatores condicionantes da adesão dos alunos ao Programa de Alimentação Escolar no Brasil. *Rev. Nutr.* 2005; 18(2):167-181.
- Triches RM, Schneider S. Alimentação escolar e agricultura familiar: reconectando o consumo à produção. *Saúde Soc.* 2010; 19(4): 933-945.
- Turpin ME. A Alimentação escolar como fator de desenvolvimento local por meio do apoio aos agricultores familiares. *Segurança Alimentar e Nutricional*. 2009; 16(2): 20-42.
- UN – United Nations. World Summit Outcome. New York, 2005.
- USDA - United States Department of Agriculture. How Local Farmers and School Food Service Buyers Are Building Alliances. Lessons Learned from the USDA Small Farm/School Meals Workshop; 2000.
- Vriesman AK, Engelenhoven IV, Rocha CH, Weirich Neto PH, Santos EN. Assistência técnica e extensão rural para a certificação de produtos orgânicos da agricultura familiar..In: 10o Conex, 2012, Ponta Grossa. 10o Conex, 2012.
- Vieira DFA. Influência do Programa de Aquisição de Alimentos na comercialização dos produtos da agricultura familiar: o caso do município de Paracatu em Minas Gerais [dissertação]. Brasília: Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária, Universidade de Brasília, 2008,
- WFP - World Food Programme. State of School Feeding Worldwide. Rome, 2013.
- Zimmermann SA, Ferreira AP. El programa de adquisición de alimentos de la agricultura familiar em Mirandiba-PE. In: Scotto G. Aun hay tiempo para el sol: pobrezas rurales y programas sociales. Rio de Janeiro: ActionAid, 2008

ANEXOS

Anexo 1 – Declaração Foro de Expertos

DECLARACION

Foro de Expertos sobre Programas de Alimentación Escolar Sostenibles para América Latina y el Caribe Santiago, 11-13 de septiembre, 2012

Las y los participantes del Foro de Expertos sobre Programas de Alimentación Sostenibles en América Latina, realizado entre el 11 y 13 de septiembre de 2012, en la Oficina Regional de FAO-RLC en Santiago de Chile, con el firme propósito de fortalecer los Programas de Alimentación Escolar en América Latina y el Caribe;

Reconocemos:

1. Que en América Latina y el Caribe viven más de 52 millones de personas que padecen hambre, y que además hay una alta proporción de niñas y niños malnutridos, por déficit o por exceso, que conjuntamente con las mujeres, son los sectores de atención prioritaria.
2. Que el hambre y la malnutrición y los bajos indicadores de educación generan considerables costos económicos y sociales.
3. Que el Derecho a una Alimentación adecuada es un derecho humano, inherente a toda persona, y que deriva del Pacto Internacional de Derechos Económicos, Sociales y Culturales (PIDESC), que lo define como: “tener acceso, de manera regular, permanente y libre, sea directamente, sea mediante compra en dinero, a una alimentación cuantitativa y cualitativamente adecuada y suficiente, que corresponda a las tradiciones culturales de la población a que pertenece el consumidor y que garantice una vida psíquica y física, individual y colectiva, libre de angustias, satisfactoria y digna”.

4. Que el derecho a la educación de calidad también es un derecho humano universal y la base para el desarrollo humano y para el desarrollo económico y social.
5. Que aunque gran parte de los países presentan fuertes déficit en su producción de alimentos, la Región produce lo suficiente para alimentar a toda la población, y que por tanto existen condiciones para superar el hambre y la malnutrición con mejores políticas de educación, productivas y de distribución del ingreso.
6. Reconocemos que la alimentación escolar contribuye a la educación, a la salud y al fortalecimiento de las capacidades y de las potencialidades humanas, en un sentido amplio, que son fundamentales para el desarrollo de la Región.

En este contexto,

Recordamos:

1. La Carta de las Naciones Unidas de 1945; y especialmente la Declaración Universal de Derechos Humanos de 1948, que destaca la protección social a la infancia con acceso a la educación y a la alimentación; el Pacto Internacional de Derechos Económicos, Sociales y Culturales (PIDESC) de 1966; la Convención sobre los Derechos del Niño de 1989; la Convención sobre la eliminación de todas formas de discriminación de 1965; la carta de Ottawa para la promoción de la Salud de 1986; la Cumbre Mundial por la Seguridad Alimentaria celebrada en FAO en 1996; y los Objetivos del Milenio (ODM) del año 2000; el Relatorio de Delors UNESCO de 2000; la Estrategia Mundial sobre Régimen Alimentario, Actividad Física y Salud OMS, 2004.
2. Que en la Cumbre Mundial de Seguridad Alimentaria de 2009, los países firmantes afirmaron: “el derecho de toda persona a tener acceso a alimentos suficientes, sanos y nutritivos en consonancia con la realización progresiva del derecho a una alimentación adecuada en el contexto de la seguridad alimentaria nacional”.
3. Que la erradicación del hambre, de la desnutrición, la reducción y control de las enfermedades crónicas no transmisibles y la construcción de

hábitos saludables, son metas urgentes que demandan el esfuerzo y compromiso de todos los actores de la sociedad.

4. Que el aprendizaje, el rendimiento, la permanencia de los estudiantes en la escuela y el desarrollo humano, están fuertemente asociados a las condiciones de alimentación escolar sostenible ofrecidas en la escuela.

En este contexto, consideramos:

1. Que los Programas de Alimentación Escolar (PAE) han adquirido un creciente reconocimiento como instrumento de protección social, y de aplicación del Derecho Humano a la Alimentación, entendido éste como uno de los componentes claves del desarrollo humano sostenible.
2. Que los PAE son un factor de protección y prevención de riesgo en relación a: (a) la limitación del aprendizaje y del rendimiento escolar; (b) la evasión escolar; (c) la disminución del presupuesto familiar ya que el PAE puede ser entendido como una transferencia de recursos a las familias más vulnerables; (d) la inseguridad alimentaria y nutricional en situaciones de inestabilidad financiera, política y ambiental; (e) las deficiencias nutricionales y a las enfermedades crónicas no transmisibles.
3. Que la demanda creada por los PAE representa un gran potencial para el desarrollo de la agricultura familiar y de los mercados locales, contribuyendo al desarrollo económico local, a la reducción del ciclo de pobreza y a la promoción de la seguridad alimentaria y nutricional.
4. Que es necesario promover y desarrollar acciones que fortalezcan el proceso de institucionalización de programas y políticas de Alimentación Escolar, a través de mecanismos apropiados a cada nivel territorial: local, regional y nacional.

Por lo tanto,

Entendemos que los Programas de Alimentación Escolar Sostenibles deben considerar como metas a corto, mediano y largo plazo:

1. Amplio compromiso de todos los actores involucrados en los PAE, (Gobierno, Parlamentos, organismos gubernamentales, no

gubernamentales e internacionales, sector privado, comunidad educativa y diversos actores de la sociedad).

2. Capacidad financiera del Gobierno, que le permita asignar y comprometer una partida presupuestaria a largo plazo.
3. Marcos legales y normativos claros que regulen la implementación, fiscalización y control social de los PAE.
4. Articulación intersectorial e interinstitucional y con políticas públicas de educación, salud, desarrollo social y económico, agricultura, entre otras.
5. Principios, directrices y objetivos claros y adecuados a la realidad y necesidad de cada país.
6. Cumplimiento de recomendaciones nutricionales y de calidad alimentaria claramente definidas.
7. Amplio respeto por la cultura y la diversidad.
8. Sostenibilidad económica, social y ambiental de los PAE.
9. Desarrollo y fortalecimiento de capacidades para la sostenibilidad de los PAE a los actores sociales involucrados en la alimentación escolar.
10. Fortalecimiento de la escuela como espacio saludable y educativo.
11. Promoción de la educación para la seguridad alimentaria y nutricional y la formación de hábitos saludables, por medio de instrumentos pedagógicos como los huertos escolares, eje para involucrar a la comunidad educativa.
12. Adecuación de la oferta de alimentos a la cultura local, a las necesidades especiales alimentarias, a los grupos etarios, necesidades nutricionales y sanitarias.
13. Infraestructura y equipamiento adecuados para la preparación y consumo de los alimentos.
14. Vinculación con mercados locales, especialmente con la agricultura familiar.
15. Sistemas de diagnóstico, monitoreo, evaluación.
16. Participación y control social, que incluyan mecanismos de transparencia.

Santiago de Chile, 13 de septiembre de 2012.

Los abajo firmantes respaldamos la Declaración emitida por el Foro de Expertos sobre Programas de Alimentación Sostenibles, con el firme propósito de fortalecer los Programas de Alimentación Escolar en América Latina y el Caribe:

Anexo 2 - Aprovação do Comitê de Ética e Pesquisa da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo

COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA - COEP

Faculdade de Saúde Pública
Universidade de São Paulo

OF.COEP/014/12

31 de janeiro de 2012.

Prezadas pesquisadora e orientadora,

O Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, em sua 1.ª/12 Sessão Ordinária, realizada em 27/01/2012, analisou de acordo com a Resolução n.º 196/96 do Conselho Nacional de Saúde e suas complementares, o protocolo de pesquisa n.º 2310, intitulado "AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO E DOS POSSÍVEIS EFEITOS DAS COMPRAS LOCAIS DIRETAMENTE DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE)", do grupo III, sob responsabilidade da pesquisadora Flávia Schwartzman e orientação da Professora Betzabeth Slater Villar, considerando-o APROVADO.

Cabe lembrar que, de acordo com a Res. CNS 196/96, são deveres do(a) pesquisador(a): 1) Comunicar de imediato qualquer alteração no projeto e aguardar manifestação deste Comitê de Ética em Pesquisa para dar continuidade à pesquisa; 2) Manter sob sua guarda e em local seguro, pelo prazo de 5 (cinco) anos, os dados da pesquisa, contendo fichas individuais e todos os demais documentos recomendados pelo COEP, no caso eventual auditoria; 3) Comunicar formalmente a este Comitê por ocasião do encerramento da pesquisa; 4) Elaborar e apresentar relatórios parciais e final; 5) Justificar perante o COEP interrupção do projeto ou a não publicação dos resultados.

Atenciosamente,

Prof. Tit. Claudio Leone

Coordenador do Comitê de Ética em Pesquisa - FSP/USP

Ilm.ª Sr.ª
Prof.ª Dr.ª Betzabeth Slater Villar
Departamento de Nutrição
Faculdade de Saúde Pública da USP

Anexo 3 - Manual do Pesquisador de Campo

MANUAL DO PESQUISADOR DE CAMPO

Pesquisa “O encontro entre o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e a Agricultura Familiar: avaliação do processo de implementação e dos possíveis efeitos das compras locais, segundo a lei 11.947/2009”.

Nome do Pesquisador Responsável: Prof^a. Dr^a Betzabeth Slater Villar

Instituição Sede do Projeto: Departamento de Nutrição da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo

Número do Processo: 2011/07932-0

Número do protocolo no Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Saúde Pública- USP: OF.COEP/027/12 e 2310

SÃO PAULO

2012

Adaptado de:

**“Manual de Instruções para
Coleta de Dados e Preenchimento dos Formulários”
das pesquisas:**

“O encontro entre o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e a Agricultura Familiar: avaliação do processo de implementação e dos possíveis efeitos das compras locais, segundo a lei 11.947/2009”.

PESQUISADORES E INFORMAÇÕES DE CONTATO

Professora responsável: Betzabeth Slater Villar	bslater@usp.br	(11) 3061-7853
Pesquisadora: Flavia Schwartzman	flavia.schw@hotmail.com	(11) 99191-0110
Pesquisadora: Claudia Andrea Rodríguez Mora	clauromo@gmail.com	(11) 95313-8851
Pesquisadora: Bruna Lourenço Januario	bljnutri@gmail.com	(11) 99286-7856

1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.1. APRESENTAÇÃO

Bem-vindo à pesquisa “Avaliação do processo de implementação e dos possíveis efeitos das compras locais diretamente da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)”.

O presente estudo tem por objetivo: **analisar o processo de implementação das compras da agricultura familiar (AF) pelo PNAE e os possíveis efeitos desta vinculação nos municípios que compraram da AF em 2012, com base nos dados da 1ª etapa da pesquisa, enfocando nos agricultores familiares, associações e/ou cooperativas do mesmo município do PNAE.**

1.2. QUEM SERÃO OS SUJEITOS ENTREVISTADOS NO ESTUDO?

Em cada município serão entrevistados os atores que venderam para o PNAE em 2012, enfocando somente nos que são do mesmo município do PNAE, podendo ser:

- Agricultor familiar que vendeu individualmente
- Representantes de associações/ cooperativas
- Agricultor familiar que vendeu para o PNAE através de associação/cooperativa.

1.3. INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

• **QUESTIONÁRIO G - CARACTERIZAÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES QUE VENDERAM PARA O PNAE ATRAVÉS DE ASSOCIAÇÃO / COOPERATIVA:** as informações desta planilha devem ser coletadas em um 1º contato com o representante (presidente, gerente) de cooperativa/ associação de agricultores que vendeu para o PNAE em 2012. É importante saber quantos agricultores familiares associados/cooperados do mesmo município da associação/cooperativa forneceram produtos para a merenda escolar.

Assim que esta planilha estiver completa e antes de agendar as entrevistas com o representante e os agricultores familiares associados/cooperados, o pesquisador deve enviá-la à equipe.

• **QUESTIONÁRIO H – AGRICULTOR FAMILIAR INDIVIDUAL:** deverá ser aplicado ao agricultor familiar que vendeu para o PNAE, individualmente, com a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) física.

• **QUESTIONÁRIO I – REPRESENTANTE DE ASSOCIAÇÃO/ COOPERATIVA:** Este questionário deve ser respondido pelo representante (presidente, gerente) de cooperativa/ associação de agricultores que vendeu PNAE em 2012 com a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) jurídica.

• **QUESTIONÁRIO J – AGRICULTOR FAMILIAR DA ASSOCIAÇÃO/ COOPERATIVA:** Este questionário deve ser respondido pelo agricultor familiar associado/cooperado que forneceu produtos para a associação/cooperativa que vendeu para o PNAE em 2012.

1.4. ETAPA DA COLETA DE DADOS

Cada pesquisador deve revisar a planilha “Entrevistas AF” e os questionários A da 1ª etapa do trabalho pois é fundamental que as informações da planilha estejam corretas e atualizadas. **Se houver alguma informação incorreta ou desatualizada na planilha, por favor, comunicar à equipe.**

É importante recordar de que somente os agricultores familiares e associações/cooperativas que são do mesmo município visitado na 1ª etapa (pertencente à amostra) deverão entrar nesta 2ª etapa. Agricultores familiares e associações/cooperativas que venderam para o PNAE do município da amostra, mas que são de outro município, não serão entrevistados.

Da mesma maneira, quando a venda para o PNAE foi realizada por associação/ cooperativa, somente os agricultores familiares associados/cooperados localizados no mesmo município da associação/ cooperativa deverão ser entrevistados. Mesmo que agricultores familiares associados/cooperados de outro município tenham fornecido para a associação/ cooperativa vender para o PNAE, eles também não serão entrevistados.

Nesta planilha, encontram-se as seguintes informações: se quem vendeu foi o agricultor familiar individual ou associação/cooperativa e, sempre que possível, os

contatos (nome, telefone, endereço). Quando os contatos não estiverem disponíveis, o pesquisador deverá entrar em contato novamente com a nutricionista, pessoal do departamento de compras, Casa da Agricultura ou instituição similar e solicitar alguma informação de contato.

Para facilitar a conversa e entrevistas com os agricultores familiares, recomendamos que o pesquisador se refira ao PNAE como Merenda Escolar, pois este é o nome com o qual este público está mais acostumado. Muitos deles não saberão o que significa Programa Nacional de Alimentação Escolar ou PNAE.

A coleta deverá realizar-se seguindo os seguintes passos:

1. Contatar os agricultores familiares, associação e/ou cooperativas por telefone, com antecedência, para agendar as entrevistas:

- a. Neste 1º contato, devem ser explicadas as seguintes informações:
 - i. Que quem forneceu o telefone deles foi a nutricionista, departamento de compras da Merenda Escolar e/o pessoal da prefeitura ou Casa de Agricultura do município
 - ii. Que esta se trata da 2ª etapa de uma pesquisa que tem o objetivo de avaliar como está sendo o processo de implementação das compras que já foi iniciada no município, no início do ano, e que você é o pesquisador de campo responsável pela coleta das informações.
 - iii. Que já foram entrevistados no município a nutricionista, um funcionário do departamento de compras da prefeitura, diretores de escolas e merendeiras.
 - iv. Que nesta 2ª etapa gostaríamos de entrevistar os agricultores/ representantes de associação/ cooperativas que venderam para a Merenda Escolar em 2012.
- b. Quando o vendedor dos produtos for uma associação/ cooperativa, deve-se obter as seguintes informações no 1º contato e preencher o **Questionário G - Caracterização dos Agricultores Familiares que venderam para o PNAE através de Associação / Cooperativa**:
 - i. Quantos agricultores familiares associados venderam para a Merenda Escolar no ano passado?

- ii. Todos os agricultores familiares que forneceram para a Merenda Escolar eram do mesmo município da associação/cooperativa?
- iii. No caso de haver agricultor familiar de outros municípios que venderam em 2012, obter o nome dos municípios de onde eles são.
- iv. O Questionário G deverá ser repassado à equipe, antes do agendamento das entrevistas, para que a equipe possa proceder à seleção dos agricultores familiares que serão entrevistados juntamente com o representante.
- v. As entrevistas devem ser agendadas somente com os agricultores familiares do mesmo município da associação/ cooperativa.
- vi. O agendamento com o representante da associação/cooperativa deverá ser realizado somente quando o pesquisador já estiver a par desta metodologia de sorteio.

2. Para agendar as entrevistas, seja com os representantes de associação/ cooperativa ou agricultores familiares individuais:

- a. O pesquisador deve perguntar onde é o melhor lugar para realizá-la, podendo sugerir a Casa de Agricultura ou instituição similar. No caso dos agricultores familiares que venderam para o PNAE em 2012 através de associação/ cooperativa, o encontro pode ser também na Casa da Agricultura ou na própria cooperativa, se for mais fácil.
- b. É importante deixar o entrevistado à vontade para sugerir um lugar que melhor lhe convenha.

3. Contatar a Casa da Agricultura ou instituição similar do município:

- a. O telefone deve ser obtido na Prefeitura ou Internet.
- b. O contato deve ser feito com o representante da instituição.
- c. O objetivo é se apresentar e informá-lo da realização da pesquisa, transmitindo as mesmas informações de acima.
- d. No caso dos agricultores terem sugerido se encontrar neste local, o pesquisador deverá solicitar permissão e o endereço.
- e. Se o pesquisador for entrevistar mais de um agricultor, deve-se planejar para estar no local acordado por algumas horas e marcar as entrevistas de forma escalonada. Tenha em mente que cada questionário leva aproximadamente 30 minutos para ser preenchido.

1.5. RESPONSABILIDADES DO PESQUISADOR DE CAMPO

A seguir, descrevemos todas as responsabilidades do pesquisador de campo:

- Planejar a logística de campo (contato com os atores a serem entrevistados - agricultores, representantes de associações/ cooperativas - representantes da Casa da Agricultura ou instituição similar no município, planejamento de deslocamento e transporte, alojamento, xerox ou impressão, hotel, agendamento das entrevistas, etc).
- Aplicar os questionários
- Organizar as contas, recibos e gastos
- Participar de reunião semanal com a equipe de São Paulo para discutir os avanços do campo, as atividades que foram realizadas e eventuais dificuldades para o email: flavia.schw@hotmail.com ou skype: **flavia.schwartzman**
- Prestação de contas à equipe

2. INÍCIO DA COLETA DE DADOS

A chegada aos locais onde serão realizadas as entrevistas deverá ser feita com 15 minutos de antecedência ao horário marcado. O entrevistador deve respeitar o horário de funcionamento de cada estabelecimento, mesmo no caso da entrevista não ter sido agendada com um horário específico.

Ao final de cada dia de trabalho, após deixarem os locais das entrevistas, o pesquisador deverá rever cuidadosamente todos os instrumentos que foram aplicados naquele dia.

Deve verificar se coletaram todos os dados necessários, se todos os instrumentos foram preenchidos adequadamente, se nenhuma resposta ficou em branco, e se coletaram dados de todas as pessoas da amostra que deveriam ser entrevistadas. Se algum dado ficou faltando, se os entrevistadores apresentarem dúvida com relação ao preenchimento de alguma informação, se algum entrevistado não pôde responder à entrevista e a amostra não está completa, deverão retornar ao local para completar, corrigir ou esclarecer o questionário.

Após o término da coleta de dados, o pesquisador deverá enviar todos os instrumentos preenchidos à equipe de São Paulo, via Sedex.

É vedada a cópia e circulação de qualquer material do estudo a pessoas que não participem do mesmo, em qualquer momento do estudo, seja antes, durante ou após sua realização.

Quem se interessar em ter acesso ao material para fins acadêmicos, deverá se comunicar com a professora responsável: Profa. Dra Betzabeth Slater Villar.

2.1. INICIANDO A ENTREVISTA

É importante informar que as respostas fornecidas são confidenciais, isto é, os nomes dos entrevistados não serão divulgados a ninguém.

A forma de abordagem das pessoas que serão entrevistadas será decisiva para estabelecer uma relação amigável e firme. Lembre-se que, em campo, você estará se relacionando com pessoas de diferentes idades, níveis sociais e culturais. Por isso, a sua abordagem deverá ser respeitosa, livre de preconceitos e julgamentos, além de ser o mais cordial possível.

Antes de iniciar a entrevista, com cada um dos entrevistados, o entrevistador deve se apresentar (nome e Instituição a qual é vinculado) e explicar brevemente ao entrevistado o porquê de sua presença no local.

Ao sentarem-se em um ambiente confortável para o início da entrevista, o entrevistador deve explicar mais detalhadamente as características do projeto, as quais estão apresentadas no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Explicar que o entrevistado não é obrigado a participar ou responder a todas as perguntas, caso se sinta desconfortável ou constrangido.

IMPORTANTE: o TCLE deve ser assinado em duas vias, uma fica com o entrevistador e outra com o entrevistado.

2.2. COMO PREENCHER OS QUESTIONÁRIOS

Os questionários deverão ser preenchidos a caneta, de forma legível, sem borrões e em linguagem clara, preferencialmente com letra de fôrma, de modo a ser facilmente compreensível para qualquer leitor.

Leia atentamente cada questão e também se certifique de ler e de seguir corretamente as orientações que se encontram entre parênteses.

Evite rasuras. Em caso de equívoco no registro da informação, risque a mesma com dois traços e registre o valor correto ao lado.

Leia atentamente cada questão. Quando houver orientações entre parênteses, certifique-se de lê-las e de segui-las corretamente. Quando aparecer “*ler as opções de resposta*”, leia todas as opções para o entrevistado antes de ele responder à pergunta.

Se não houver nenhuma observação entre parênteses, as opções de resposta NÃO devem ser lidas pelo entrevistador. Espere o entrevistado fornecer a resposta e assinale-a entre as opções existentes ou a que mais se aproximar.

Algumas perguntas permitem que o entrevistado responda mais de uma opção (“*Pode marcar mais de uma resposta*”). Nesse caso, o entrevistador deverá marcar TODAS as respostas que forem respondidas pelo entrevistado. Por exemplo:

6. Com quem da comunidade escolar houve divulgação? (ENTREVISTADOR: <i>Pode marcar mais de uma resposta</i>)	
6.1 []	Diretor
6.2 []	Cozinheiro(a)/merendeira
6.3 []	Alunos
6.4 []	Professores
6.5 []	Pais dos alunos
6.6 []	Outro(s) _____
6.7 []	NS/NR

Em outras situações, algumas opções de respostas serão acompanhadas de observações entre parênteses indicando que se pule a próxima pergunta ou se passe para outra determinada questão mais adiante. Por exemplo:

1. O (a) senhor (a) conhece a Lei 11.947 de 2009 do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) que diz respeito, entre outras coisas, à utilização de 30% dos recursos financeiros do Governo Federal na compra de produtos diretamente da agricultura familiar?	
1.1 []	Não (passe para a pergunta 4)
1.2 []	Sim
1.3 []	NS/NR (passe para a pergunta 4)

Nas perguntas que tem opção de resposta aberta, se o espaço de resposta não for suficiente, dirija-se até a parte final do questionário onde encontrará espaço suficiente para preencher a resposta correta, anotando o número da pergunta e a opção de resposta como mostram os exemplos:

12. Qual o motivo de o município não ter implementado as compras da agricultura familiar para o PNAE antes?

12.1 []	Não tem agricultores familiares neste município
12.2 []	Os agricultores familiares deste município não estavam organizados
12.3 []	Os agricultores familiares deste município não produzem os alimentos utilizados na alimentação escolar
12.4 []	Não apareceram agricultores familiares na chamada pública
12.5 []	Os projetos apresentados estavam mal feitos
12.6 [x]	Outro(s) <u>Houve uma seca no município e os agricultores familiares não ti-</u>
12.7 []	NR/NR

Pergunta No.	Opção de resposta	Resposta
12	12.6	<u>veram como se planejar. Então não puderam fornecer para o PNAE</u>

Ou

14.	Qual o motivo de o município não ter utilizado os 30% dos recursos financeiros do Governo Federal estipulados na Lei 11.947?
14.1 [X]	<u>Nós fizemos uma chamada publica para compra de feijão e arroz dos agricultores familiares, mas todos esses produtos somados não conse-</u>
14.2 []	NR/NR

Pergunta No.	Opção de resposta	Resposta
14	14.1	<u>quem atingir 10%</u>

Para facilitar o seu próprio trabalho e garantir a qualidade das informações coletadas:

- a. Iniciar o preenchimento dos questionários completando as informações da capa.
- b. Marcar as respostas dos entrevistados logo após serem dadas. Não deixe para registrar depois nenhuma informação que tiver sido dada por eles.
- c. **NÃO DEIXE EM BRANCO NENHUMA QUESTÃO QUE DEVA SER RESPONDIDA. APENAS AS QUESTÕES QUE DEVEM SER PULADAS DEVEM SER DEIXADAS EM BRANCO;**
- d. No registro de respostas você tem as seguintes opções:
 - Assinalar a opção correspondente à resposta dada pelos entrevistados.
 - Assinalar a opção NS/NR (não sabe/não respondeu) quando o entrevistado não souber ou não responder à questão.
- e. Registrar as palavras dos entrevistados, tal como eles falaram, tanto nas alternativas “outro(s)”, quanto nas que se solicita que eles se expressem livremente.

f. Quando possível, pedir autorização ao diretor da escola e de alguns entrevistados para tirar fotos da fachada da escola e das pessoas, para registro fotográfico da pesquisa.

Anexo 4 - Instrumentos de coleta de dados da pesquisa

Questionário G

1. Nome do Município			
2. Telefone da Casa da Agricultura ou instituição similar			
3. Nome do responsável/representante da Casa da Agricultura ou instituição similar			
4. Nome da associação/ cooperativa			
5. Nome do representante da associação/ cooperativa a ser entrevistado			
6. Quantos agricultores familiares associados/cooperados forneceram para a merenda escolar deste município, através da associação/ cooperativa, no ano passado?			
7. Todos estes agricultores familiares associados/cooperados eram deste mesmo município?	a. ☐ Sim (terminar a entrevista)	b. ☐ Não	
8. Do total de agricultores familiares associados/ cooperados que forneceram para a merenda escolar através da associação/ cooperativa, quantos eram deste mesmo município?			
9. De quais municípios eram os outros agricultores familiares?	10. Número de AF em cada um destes municípios		
Observações

QUESTIONÁRIO H – AGRICULTOR FAMILIAR INDIVIDUAL

(MUNICÍPIO QUE COMPROU DA AGRICULTURA FAMILIAR EM 2012)

O encontro entre o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e a agricultura familiar: avaliação do processo de implementação e dos possíveis efeitos das compras locais, segundo a lei 11.947/2009.

Nome do Pesquisador Responsável: Prof^a. Dr^a Betzabeth Slater Villar

Instituição Sede do Projeto: Departamento de Nutrição da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo

Número do Processo: 2011/07932-0

Número do protocolo no Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Saúde Pública-

USP: OF.COEP/027/12 e 2310

MUNICÍPIO:
DATA DA ENTREVISTA: ____/____/____
NOME DO PESQUISADOR:

QUESTIONÁRIO H – AGRICULTOR FAMILIAR INDIVIDUAL

Este questionário deve ser respondido pelo agricultor familiar que vendeu produtos para o Programa Nacional de Alimentação Escolar, também chamado de Programa da Merenda Escolar, em 2012, com a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) física, individualmente.

Município:
Nome do pesquisador:
Nome do entrevistado(a):

INFORMAÇÕES GERAIS

1. Sexo: ☐ masc. ☐ fem.
2. Data de nascimento: ____/____/____
3. Qual o seu grau de escolaridade? (ENTREVISTADOR , se o entrevistado falar que tem ensino técnico, pergunte até que grau ele completou na escola) a. ☐ Analfabeto b. ☐ Fundamental (1ª a 8ª série) incompleto c. ☐ Fundamental completo d. ☐ Ensino médio (1º a 3º colegial) incompleto e. ☐ Ensino médio completo f. ☐ Ensino superior incompleto g. ☐ Ensino superior completo h. ☐ NS/NR
4. O(a) senhor(a) possui alguma formação técnica na área de agricultura? a. ☐ Sim b. ☐ Não (passar para a pergunta 6) c. ☐ NS/NR (passar para a pergunta 6)
5. Qual sua formação técnica?
6. Há quanto tempo o(a) senhor(a) é agricultor? a. ☐ _____ anos b. ☐ Outro: _____ c. ☐ NS/NR

CARACTERIZAÇÃO DA TERRA

7. O local onde o(a) senhor(a) produz é assentamento de reforma agrária? a. ☐ Sim b. ☐ Não c. ☐ NS/NR
8. O(a) senhor(a) é proprietário da terra em que produz? a. ☐ Sim (passar para a pergunta 10) b. ☐ Não c. ☐ NS/NR (passar para a pergunta 10)
9. Em que condições o(a) senhor(a) explora a terra? (ENTREVISTADOR , ler as opções de resposta) a. ☐ Arrendatário b. ☐ Meerio c. ☐ Parceiro d. ☐ Título de uso (assentado) e. ☐ Ocupante

f. ☐ Outro: _____
g. ☐ NS/NR
10. Qual é o tamanho da área de cultivo? (ENTREVISTADOR , colocar o tamanho na unidade que o entrevistado responder, seja hectare, alqueire, metro).
a. ☐ _____
b. ☐ NS/NR
11. O(a) senhor(a) contrata mão de obra para trabalhar na terra?
a. ☐ Sim
b. ☐ Não (passar para a pergunta 13)
c. ☐ NS/NR (passar para a pergunta 13)
12. Que tipo de mão de obra o(a) senhor(a) contrata?
a. ☐ Permanente
b. ☐ Temporária
c. ☐ Outro: _____
d. ☐ NS/NR
13. O(a) senhor(a) tem outra renda além da sua produção?
a. ☐ Sim
b. ☐ Não (passar para a pergunta 15)
c. ☐ NS/NR (passar para a pergunta 15)
14. Que outra renda o(a) senhor(a) tem?
a. ☐ Aposentadoria
b. ☐ Bolsa Família
c. ☐ Outros: _____
d. ☐ NS/NR

CARACTERIZAÇÃO DA VENDA DIRETA PARA A MERENDA ESCOLAR

15. Em que ano o(a) senhor(a) tirou sua Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP física)?
a. ☐ _____
b. ☐ NS/NR
16. Qual o principal motivo que levou o(a) senhor(a) a tirar a DAP?
a. ☐ Possibilidade de acesso ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) (ENTREVISTADOR , selecionar esta opção se a resposta for "acesso à crédito")
b. ☐ Possibilidade de acesso ao PAA
c. ☐ Possibilidade de acesso ao PNAE
d. ☐ Outros: _____
e. ☐ NS/NR
17. A qual grupo do Pronaf o(a) senhor(a) pertence?
a. ☐ Grupo A
b. ☐ Grupo B
c. ☐ Grupo A/C
d. ☐ Outros: _____
e. ☐ NS/NR
18. O(a) senhor(a) pertence à alguma associação/cooperativa de agricultores?
a. ☐ Sim (passar para a pergunta 20)
b. ☐ Não
c. ☐ NS/NR (passar para a pergunta 21)
19. Porque o(a) senhor(a) não pertence à nenhuma associação/cooperativa de agricultores? (ENTREVISTADOR , ao finalizar esta pergunta, passar para a pergunta 21)
a. ☐ Falta de interesse
b. ☐ Não vê vantagens
c. ☐ É custoso
d. ☐ Exige muita documentação
e. ☐ Não existe cooperativa neste município

f. ☐ Outros _____
g. ☐ NS/NR
20. Porque o(a) senhor(a) não está vendendo para a merenda escolar através da associação/cooperativa?
a. ☐ Falta de documentação da associação/cooperativa
b. ☐ Burocracia
c. ☐ Outros _____
d. ☐ NS/NR
DIVULGAÇÃO DA LEI 11.947 DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/MERENDA ESCOLAR
21. O(a) senhor(a) sabe que existe uma Lei do Programa da Merenda Escolar (Lei 11.947) que determina que uma parte dos alimentos servidos nas escolas deve ser comprada diretamente dos agricultores familiares?
a. ☐ Sim
b. ☐ Não <i>(passar para a pergunta 25)</i>
c. ☐ NS/NR <i>(passar para a pergunta 25)</i>
22. Como o(a) senhor(a) ficou sabendo desta Lei 11.947?
a. ☐ Por meio de gestor da educação (nutricionista ou outros)
b. ☐ Por meio de gestor da agricultura (técnicos ou outros)
c. ☐ Por meio de outros agricultores/associação/cooperativa (ENTREVISTADOR , selecionar esta opção se a resposta for "Sindicato de agricultores")
d. ☐ Serviço de Apoio às Pequenas e Micro Empresas (Sebrae)
e. ☐ Meios de comunicação (internet, rádio, TV, jornal, revista)
f. ☐ Eventos (seminário, reuniões, encontros)
g. ☐ Outros: _____
h. ☐ NS/NR
23. O(a) senhor(a) assistiu a algum evento (seminário, palestra, reunião) que explicava sobre esta Lei 11.947?
a. ☐ Sim
b. ☐ Não <i>(passar para a pergunta 25)</i>
c. ☐ NS/NR <i>(passar para a pergunta 25)</i>
24. O(a) senhor(a) achou que esse evento trouxe informações importantes para ajudá-lo(a) a vender diretamente para a merenda escolar?
a. ☐ Sim
b. ☐ Não
c. ☐ NS/NR

INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE O PROCESSO DE VENDA
25. Antes de começar a vender diretamente para a merenda escolar, o(a) senhor(a) já vendia para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)?
a. ☐ Sim
b. ☐ Não <i>(passar para a pergunta 28)</i>
c. ☐ NS/NR <i>(passar para a pergunta 28)</i>
26. O(a) senhor(a) vendia para o PAA de qual município? (ENTREVISTADOR , ler as opções de resposta. Pode marcar mais de uma opção de resposta).
a. ☐ Mesmo município
b. ☐ Outros municípios do mesmo estado
c. ☐ Municípios de outros estados
d. ☐ NS/NR
27. Os produtos que o(a) senhor(a) vendia para o PAA iam para as escolas?
a. ☐ Sim
b. ☐ Não
c. ☐ NS/NR
28. Em que ano o senhor começou a vender <u>diretamente</u> para para a merenda escolar deste município?
a. ☐ Antes de 2009 <i>(passar para a pergunta 30)</i>
b. ☐ 2009 <i>(passar para a pergunta 30)</i>

c. ☐ 2010 (passar para a pergunta 30)
d. ☐ 2011
e. ☐ 2012
f. ☐ NS/NR (passar para a pergunta 30)

29. Qual o motivo do(a) senhor(a) não ter vendido para a merenda escolar antes?

a. ☐ Desconhecimento da Lei 11.947 pelo agricultor
b. ☐ Falta de interesse do próprio agricultor
c. ☐ Falta de documentação necessária, por parte do agricultor, para participar da chamada pública
d. ☐ A prefeitura não publicou a chamada pública antes
e. ☐ Dificuldade para elaborar o projeto de venda
f. ☐ Agricultor não produzia os produtos utilizados na alimentação escolar
g. ☐ A chamada pública não incluía os produtos vendidos pelo agricultor
h. ☐ Dificuldade de transportar os produtos até a prefeitura
i. ☐ Outros _____
j. ☐ NS/NR

30. No ano passado, o(a) senhor(a) vendeu para a merenda escolar deste município por chamada pública ou licitação?

a. ☐ Chamada pública
b. ☐ Licitação
c. ☐ NS/NR

PLANEJAMENTO E FORNECIMENTO DA PRODUÇÃO	
31. O(a) nutricionista da merenda escolar do seu município realizou algum contato com o(a) senhor(a) para identificar os produtos que o(a) senhor(a) produz?	
a. ☐ Sim b. ☐ Não c. ☐ NS/NR	
32. Quais os principais produtos que o(a) senhor(a) produzia no ano passado?	33. Estes produtos foram vendidos para a merenda escolar em 2012?
32.1 _____	33.1 a. ☐ Sim b. ☐ Não
32.2 _____	33.2 a. ☐ Sim b. ☐ Não
32.3 _____	33.3 a. ☐ Sim b. ☐ Não
32.4 _____	33.4 a. ☐ Sim b. ☐ Não
32.5 _____	33.5 a. ☐ Sim b. ☐ Não
32.6 _____	33.6 a. ☐ Sim b. ☐ Não
32.7 _____	33.7 a. ☐ Sim b. ☐ Não
32.8 _____	33.8 a. ☐ Sim b. ☐ Não
32.9 _____	33.9 a. ☐ Sim b. ☐ Não
32.10 _____	33.10 a. ☐ Sim b. ☐ Não
32.11 _____	33.11 a. ☐ Sim b. ☐ Não
32.12 _____	33.12 a. ☐ Sim b. ☐ Não
32.13 _____	33.13 a. ☐ Sim b. ☐ Não
32.14 _____	33.14 a. ☐ Sim b. ☐ Não
32.15 _____	33.15 a. ☐ Sim b. ☐ Não
32.16 _____	33.16 a. ☐ Sim b. ☐ Não
Entrevistador, fazer a pergunta seguinte somente se o entrevistador assinalou, na <u>pergunta 33</u>, que algum produto <u>não</u> foi vendido para a merenda escolar. Caso contrário, passar para a pergunta 35.	
34. Por quê algum(ns) produto(s) da lista acima não foi(ram) vendidos para a merenda escolar?	
a. ☐ O preço pago pela merenda escolar estava baixo b. ☐ Esse produto já tinha mercado garantido c. ☐ Não fazia parte da lista dos produtos utilizados pela merenda escolar d. ☐ Os alunos não aceitam estes produtos e. ☐ Já havia atingido a cota de venda por DAP. f. ☐ Outros _____	

g. ☐ NS/NR
35. Do(s) produto(s) que o(a) senhor(a) vendeu para a merenda escolar no ano passado, existe algum que foi vendido somente para o a merenda escolar, isto é, que o senhor não comercializou em outros mercados?
a. ☐ Sim
b. ☐ Não (passar para a pergunta 38)
c. ☐ NS/NR (passar para a pergunta 38)
36. Qual(is) produto(s)?
a. _____
b. _____
c. _____
d. _____
e. _____
f. _____
g. _____
h. ☐ NS/NR
37. Por quê este(s) produto(s) não foi(ram) comercializado(s) em outros mercados?
a. ☐ O preço no mercado estava muito baixo
b. ☐ A produção era insuficiente para a venda em outros mercados
c. ☐ O mercado não se interessou pelo produto
d. ☐ Dificuldade com transporte para outros mercados
e. ☐ Outros _____
f. ☐ NS/NR
38. O(a) senhor(a) produz produtos orgânicos?
a. ☐ Sim, todos são orgânicos
b. ☐ Somente alguns são orgânicos
c. ☐ Não, nenhum é orgânico (passar para a pergunta 41)
d. ☐ NS/NR
39. Estes produtos orgânicos têm certificação?
a. ☐ Sim
b. ☐ Não
c. ☐ NS/NR
40. Os produtos fornecidos para a merenda escolar no ano passado eram orgânicos?
a. ☐ Sim
b. ☐ Alguns/Parcialmente/Quase todos
c. ☐ Não
d. ☐ NS/NR
41. O(a) senhor(a) segue a legislação sanitária exigida para a venda para a merenda escolar?
a. ☐ Sim (passar para a pergunta 43)
b. ☐ Não
c. ☐ Meus produtos são "in natura". (ENTREVISTADOR , selecionar esta resposta no caso do entrevistado responder que ele não precisa seguir a legislação porque ele vende produtos in natura e <u>passar para a questão 43</u>)
d. ☐ NS/NR (passar para a pergunta 43)
42. Por que não?
a. ☐ _____
b. ☐ NS/NR
43. No ano passado, o senhor vendeu produtos para a merenda escolar de outros municípios?
a. ☐ Sim
b. ☐ Não (passar para a pergunta 45)
c. ☐ NS/NR (passar para a pergunta 45)
44. Para quais municípios o(a) senhor(a) vendeu no ano passado? (ENTREVISTADOR , ler as opções de resposta. Pode marcar mais de uma opção de resposta).
a. ☐ Outros municípios do mesmo estado
b. ☐ Municípios de outros estados
c. ☐ NS/NR
45. O senhor já tentou vender seus produtos para a merenda escolar de algum outro município?
a. ☐ Sim

b. ☐	Não (passar para a pergunta 47)
c. ☐	NS/NR (passar para a pergunta 47)
46. Porque o(a) senhor(a) não conseguiu vender para estes outros municípios?	
a. ☐	A prefeitura do outro município não publicou a chamada pública
b. ☐	A chamada pública não incluía os produtos vendidos pelo agricultor
c. ☐	Os agricultores/associação/cooperativa do outro município ganhou(aram) a chamada pública
d. ☐	A chamada pública do outro município era pouco clara.
e. ☐	Outros _____
f. ☐	NS/NR
47. No ano passado, como estava organizada a entrega dos seus produtos para as escolas neste município? (ENTREVISTADOR , ler as opções de resposta)	
a. ☐	Agricultor distribuía a cada escola
b. ☐	Agricultor levava a um centro de distribuição e Prefeitura distribuía às escolas
c. ☐	Prefeitura recolhia os alimentos do agricultor no local da produção e os distribuía às escolas
d. ☐	Outro(s) _____
e. ☐	NS/NR
48. Na sua opinião, esta forma de entrega é boa para o(a) senhor(a)?	
a. ☐	Sim (passar para a pergunta 50)
b. ☐	Não
c. ☐	NS/NR (passar para a pergunta 50)
49. Por que não?	
a. ☐	_____
b. ☐	NS/NR

APOIO INSTITUCIONAL E ASSISTÊNCIA TÉCNICA	
50. Para conseguir vender para a merenda escolar, o (a) senhor(a) recebeu apoio da nutricionista do município?	
a. ☐	Sim
b. ☐	Não (passar para a pergunta 52)
c. ☐	NS/NR (passar para a pergunta 52)
51. Que tipo de apoio o(a) senhor(a) recebeu da nutricionista? (ENTREVISTADOR , pode marcar mais de uma opção de resposta).	
a. ☐	Orientações gerais sobre o processo de compra/venda da agricultura familiar
b. ☐	Divulgação da demanda dos produtos da merenda escolar
c. ☐	Planejamento de produção para cumprir demanda da merenda escolar
d. ☐	Embalagem dos produtos
e. ☐	Orientação para o transporte
f. ☐	Classificação/padronização
g. ☐	Elaboração de projetos
h. ☐	Documentação
i. ☐	Legislação sanitária
j. ☐	Outro(s) _____
52. Para conseguir vender para a merenda escolar, o(a) senhor(a) recebeu apoio de algum órgão ou instituição da agricultura?	
a. ☐	Sim
b. ☐	Não (passar para a pergunta 55)
c. ☐	NS/NR (passar para a pergunta 55)
53. De qual instituição/ órgão o(a) senhor(a) recebeu apoio? (ENTREVISTADOR , pode marcar mais de uma opção de resposta)	
a. ☐	Órgão Municipal de Agricultura
b. ☐	Secretaria Estadual de Agricultura/ Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI)/ Casa de Agricultura
c. ☐	Coordenadoria de Desenvolvimento dos Agronegócios (CODEAGRO).
d. ☐	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra)
e. ☐	Assistência particular

f. ☐ Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (Itesp)
g. ☐ ONG
h. ☐ Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CMDR)
i. ☐ Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMSEA)
j. ☐ Serviço de Apoio às Pequenas e Micro Empresas (Sebrae)
k. ☐ Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar)
l. ☐ Outros _____
m. ☐ NS/NR
54. Que tipo de apoio o(a) senhor(a) recebeu destas instituições? (ENTREVISTADOR , pode marcar mais de uma opção de resposta.)
a. ☐ Orientação sobre documentação
b. ☐ Orientação sobre técnica de produção
c. ☐ Orientação sobre planejamento de produção
d. ☐ Orientação sobre embalagem
e. ☐ Orientação sobre armazenamento
f. ☐ Orientação sobre transporte
g. ☐ Orientação sobre classificação/padronização
h. ☐ Orientação sobre elaboração de projetos
i. ☐ Orientação sobre associativismo e cooperativismo
j. ☐ Orientação sobre legislação sanitária
k. ☐ Apoio para transportar os produtos
l. ☐ Doação de materiais/maquinário
m. ☐ Outro(s) _____
n. ☐ NS/NR
55. Para conseguir vender para a merenda escolar, o(a) senhor(a) recebeu algum outro apoio que gostaria de mencionar?
a. ☐ Sim
b. ☐ Não (passar para a pergunta 58)
c. ☐ NS/NR (passar para a pergunta 58)
56. De quem o(a) senhor(a) recebeu apoio?
a. _____
a. ☐ NS/NR
57. Que tipo de apoio o(a) senhor(a) recebeu?
a. _____
b. ☐ NS/NR

MUDANÇAS NA PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DEPOIS DE INICIAR A VENDA DIRETA PARA A MERENDA ESCOLAR

Depois que o senhor começou a vender para a merenda escolar,

58. O(a) senhor(a) passou a produzir novos produtos para comercializar?	58.1 Quais produtos?
a. ☐ Sim	a. _____
b. ☐ Não (passe para a questão 59)	b. _____
c. ☐ NS/NR (passe para a questão 59)	c. _____
	d. _____
	e. _____
	f. ☐ NS/NR
59. O(a) senhor(a) aumentou a quantidade da sua produção?	60. Houve aumento da área cultivada?
a. ☐ Sim	a. ☐ Sim
b. ☐ Não	b. ☐ Não
c. ☐ NS/NR	c. ☐ NS/NR

61. Houve alguma mudança na maneira como o(a) senhor(a) passou a planejar a sua produção? a. ☐ Sim b. ☐ Não (<i>passar para a questão 62</i>) c. ☐ NS/NR (<i>passar para a questão 62</i>)	61.1 Qual mudança? a. ☐ _____ _____ _____ b. ☐ NS/NR
62. O(a) senhor(a) passou a usar mais técnicas/insumos, como adubos, irrigação ou alguma outra? a. ☐ Sim b. ☐ Não (<i>passar para a questão 63</i>) c. ☐ NS/NR (<i>passar para a questão 63</i>)	62.1 Que tipo de técnicas/insumos o(a) senhor(a) passou a usar mais? (ENTREVISTADOR , pode marcar mais de uma opção de resposta) a. ☐ Adubo orgânico b. ☐ Fertilizante c. ☐ Pesticida d. ☐ Maquinas/implementos e. ☐ Irrigação f. ☐ Lona plástica g. ☐ Agricultura orgânica h. ☐ Outro(s) _____ i. ☐ NS/NR
63. O(a) senhor(a) investiu mais em infraestrutura? a. ☐ Sim b. ☐ Não (<i>passar para a questão 64</i>) c. ☐ NS/NR (<i>passar para a questão 64</i>)	63.1 Em que tipo de infraestrutura o(a) senhor(a) investiu mais? (ENTREVISTADOR , pode marcar mais de uma opção de resposta) a. ☐ Sistema de irrigação b. ☐ Sistema de arame para sustentação c. ☐ Equipamentos de segurança d. ☐ material de fumigação e. ☐ Estufa f. ☐ Cobertura g. ☐ Outro(s) _____ h. ☐ NS/NR

Para poder vender para a merenda escolar, o(a) senhor(a) tem que:	
64. Processar minimamente os produtos (como por exemplo, descascar, cortar, sanitizar) (ENTREVISTADOR , no caso do agricultor ser produtor de mel, <u>não</u> ler os exemplos anteriores) a. ☐ Sim, todos os produtos (<i>passar para a questão 65</i>) b. ☐ Alguns produtos c. ☐ Não, nenhum produto (<i>passar para a questão 66</i>) d. ☐ NS/NR (<i>passar para a questão 66</i>)	64.1 Quais produtos? a. ☐ _____ _____ _____ _____ _____ b. ☐ NS/NR
65. O senhor fazia isto antes de vender para a merenda escolar? a. ☐ Sim b. ☐ Não c. ☐ NS/NR	

66. Embalar os produtos de forma diferente que o senhor fazia antes? a. ☐ Sim b. ☐ Não (<i>passar para a questão 67</i>) c. ☐ NS/NR (<i>passar para a questão 67</i>)	66.1 O que mudou na forma como o senhor embala os produtos? (ENTREVISTADOR , fazer a pergunta e <u>passar para a questão 68</u>) a. ☐ _____ _____ _____ _____ b. ☐ NS/NR	67. Como o senhor embala seus produtos? a. ☐ _____ _____ _____ _____ _____ b. ☐ NS/NR
68. Transportar os produtos até o ponto de entrega de forma diferente que o senhor fazia antes? a. ☐ Sim b. ☐ Não (<i>passar para a questão 69</i>) c. ☐ NS/NR (<i>passar para a questão 69</i>) d. ☐ Não se aplica (<i>no caso dos produtos serem recolhidos. Passe para a questão 70</i>)	68.1 O que mudou na forma como o senhor transporta os produtos? (ENTREVISTADOR , fazer a pergunta e <u>passar para a questão 70</u>)? a. ☐ _____ _____ _____ b. ☐ NS/NR	69. Como o senhor transporta os produtos até o ponto de entrega? a. ☐ _____ _____ _____ _____ b. ☐ NS/NR

Antes de começar a vender para a merenda escolar, onde o(a) senhor(a) vendia sua produção? (**ENTREVISTADOR**, ler as opções de resposta: feira livre, supermercados, Ceasa, etc e responder cada uma delas).

70. Feira livre a. ☐ Sim b. ☐ Não (<i>passar para a questão 71</i>) c. ☐ NS/NR (<i>passar para a questão 71</i>)	70.1 De qual município? (ENTREVISTADOR , ler as opções de resposta) a. ☐ Mesmo município b. ☐ Outros municípios do mesmo estado c. ☐ Municípios de outros estados d. ☐ NS/NR
71. Supermercados e. ☐ Sim f. ☐ Não (<i>passar para a questão 72</i>) g. ☐ NS/NR (<i>passar para a questão 72</i>)	71.1 De qual município? a. ☐ Mesmo município b. ☐ Outros municípios do mesmo estado c. ☐ Municípios de outros estados d. ☐ NS/NR
72. Ceasa a. ☐ Sim b. ☐ Não (<i>passar para a questão 73</i>) c. ☐ NS/NR (<i>passar para a questão 73</i>)	72.1 De qual município? a. ☐ Mesmo município b. ☐ Outros municípios do mesmo estado c. ☐ Municípios de outros estados d. ☐ NS/NR
73. Sacolões/ Quitandas a. ☐ Sim b. ☐ Não (<i>passar para a questão 74</i>) c. ☐ NS/NR (<i>passar para a questão 74</i>)	73.1 De qual município? a. ☐ Mesmo município b. ☐ Outros municípios do mesmo estado c. ☐ Municípios de outros estados d. ☐ NS/NR

74. Atravessador a. ☐ Sim b. ☐ Não (<i>passa para a questão 75</i>) c. ☐ NS/NR (<i>passa para a questão 75</i>)	74.1 De qual município? a. ☐ Mesmo município b. ☐ Outros municípios do mesmo estado c. ☐ Municípios de outros estados d. ☐ NS/NR
75. Atacadistas a. ☐ Sim b. ☐ Não (<i>passa para a questão 76</i>) c. ☐ NS/NR (<i>passa para a questão 76</i>)	75.1 De qual município? a. ☐ Mesmo município b. ☐ Outros municípios do mesmo estado c. ☐ Municípios de outros estados d. ☐ NS/NR
76. Outros: a. ☐ _____ b. ☐ NA (<i>passa para a questão 77</i>)	76.1 De qual município? a. ☐ Mesmo município b. ☐ Outros municípios do mesmo estado c. ☐ Municípios de outros estados d. ☐ NS/NR

Atualmente , além da merenda escolar, onde o senhor vende sua produção? (ENTREVISTADOR , ler as opções de resposta: feira livre, supermercados, Ceasa, e responder cada uma delas).	
77. Feira livre a. ☐ Sim b. ☐ Não (<i>passa para a questão 78</i>) c. ☐ NS/NR (<i>passa para a questão 78</i>)	77.1 De qual município? (ENTREVISTADOR , ler as opções de resposta) a. ☐ Mesmo município b. ☐ Outros municípios do mesmo estado c. ☐ Municípios de outros estados d. ☐ NS/NR
78. Supermercados a. ☐ Sim b. ☐ Não (<i>passa para a questão 79</i>) c. ☐ NS/NR (<i>passa para a questão 79</i>)	78.1 De qual município? a. ☐ Mesmo município b. ☐ Outros municípios do mesmo estado c. ☐ Municípios de outros estados d. ☐ NS/NR
79. Ceasa a. ☐ Sim b. ☐ Não (<i>passa para a questão 80</i>) c. ☐ NS/NR (<i>passa para a questão 80</i>)	79.1 De qual município? a. ☐ Mesmo município b. ☐ Outros municípios do mesmo estado c. ☐ Municípios de outros estados d. ☐ NS/NR
80. Sacolões/ Quitanda a. ☐ Sim b. ☐ Não (<i>passa para a questão 81</i>) c. ☐ NS/NR (<i>passa para a questão 81</i>)	80.1 De qual município? a. ☐ Mesmo município b. ☐ Outros municípios do mesmo estado c. ☐ Municípios de outros estados d. ☐ NS/NR
81. Atravessador a. ☐ Sim b. ☐ Não (<i>passa para a questão 82</i>) c. ☐ NS/NR (<i>passa para a questão 82</i>)	81.1 De qual município? a. ☐ Mesmo município b. ☐ Outros municípios do mesmo estado c. ☐ Municípios de outros estados d. ☐ NS/NR
82. Atacadistas a. ☐ Sim b. ☐ Não (<i>passa para a questão 83</i>) c. ☐ NS/NR (<i>passa para a questão 83</i>)	82.1 De qual município? a. ☐ Mesmo município b. ☐ Outros municípios do mesmo estado c. ☐ Municípios de outros estados d. ☐ NS/NR

83. Outros: a. ☐ _____ b. ☐ NA (<i>passa para a questão 84</i>)	83.1 De qual município? a. ☐ Mesmo município b. ☐ Outros municípios do mesmo estado c. ☐ Municípios de outros estados d. ☐ NS/NR
---	--

84. De maneira geral, como é o preço pago pela merenda escolar em relação aos outros mercados onde o(a) senhor(a) comercializa seus produtos? (ENTREVISTADOR , ler as opções de resposta) a. ☐ Igual b. ☐ Mais alto c. ☐ Mais baixo d. ☐ Outro: _____ e. ☐ NS/NR
85. Depois que a merenda escolar começou a comprar diretamente dos agricultores familiares, houve mudança dos preços dos produtos nos outros mercados? a. ☐ Sim b. ☐ Não (<i>passa para a questão 87</i>) c. ☐ NS/NR (<i>passa para a questão 87</i>)
86. O que ocorreu com os preços destes produtos nos outros mercados? a. ☐ Ficaram mais altos b. ☐ Ficaram mais baixos c. ☐ Outro: _____ d. ☐ NS/NR
87. Houve aumento da sua renda após começar a vender para a merenda escolar? a. ☐ Sim b. ☐ Não c. ☐ NS/NR
88. Em que mês de 2012 foi assinado o seu contrato com a merenda escolar? a. ☐ _____ b. ☐ NS/NR
89. Quantos meses o(a) senhor(a) forneceu para a merenda escolar em 2012? a. ☐ _____ meses b. ☐ NS/NR

CONSIDERAÇÕES FINAIS

90. Na sua opinião, quais foram as principais dificuldades que o(a) senhor(a) encontrou pra vender para a merenda escolar? a. ☐ Falta de informação sobre o processo de venda b. ☐ Documentação exigida c. ☐ Burocracia d. ☐ Problemas na emissão da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) e. ☐ Falta de apoio da prefeitura f. ☐ Falta de assistência técnica g. ☐ Cumprir com a legislação sanitária h. ☐ Cumprir com os prazos estabelecidos i. ☐ Cumprir com as quantidades estipuladas j. ☐ Cumprir com as condições de processamento mínimo estipuladas (descascamento, corte, sanitização, acondicionamento em embalagens) k. ☐ Transporte dos produtos l. ☐ Atrasos na liberação de recursos da prefeitura m. ☐ Preço abaixo do valor de mercado para alguns produtos. n. ☐ Outros _____ o. ☐ NS/NR

91. Na sua opinião, o que pode ser feito para melhorar o processo de venda direta dos agricultores familiares para a merenda escolar?

- a. ☐ Aumentar a cota da DAP por família.
- b. ☐ Tornar mais ágil o pagamento
- c. ☐ Tornar o processo menos burocrático
- d. ☐ Auxiliar de alguma forma o transporte dos produtos
- e. ☐ Auxiliar na infraestrutura das associações
- f. ☐ Mais assistência técnica
- g. ☐ Outros _____
- h. ☐ NS/NR

[illegible]

**QUESTIONÁRIO J – AGRICULTOR FAMILIAR INDIVIDUAL VENDENDO
PELA ASSOCIAÇÃO/COOPERATIVA**

(MUNICÍPIO QUE COMPROU DA AGRICULTURA FAMILIAR EM 2012)

O encontro entre o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e a agricultura familiar: avaliação do processo de implementação e dos possíveis efeitos das compras locais, segundo a lei 11.947/2009.

Nome do Pesquisador Responsável: Prof^a. Dr^a Betzabeth Slater Villar

Instituição Sede do Projeto: Departamento de Nutrição da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo

Número do Processo: 2011/07932-0

Número do protocolo no Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Saúde Pública-

USP: OF.COEP/027/12 e 2310

MUNICÍPIO:
DATA DA ENTREVISTA: ____/____/____
NOME DO PESQUISADOR:

QUESTIONÁRIO J – AGRICULTOR FAMILIAR DA ASSOCIAÇÃO/ COOPERATIVA

Este questionário deve ser respondido pelo agricultor familiar associado/cooperado que forneceu produtos para a associação/cooperativa que vendeu para o PNAE em 2012.

Município:
Nome do pesquisador:
Nome do entrevistado(a):
Nome da associação/cooperativa:

INFORMAÇÕES GERAIS
1. Sexo: ☐ masc. ☐ fem.
2. Data de nascimento: ____/____/____
3. Qual o seu grau de escolaridade? (ENTREVISTADOR , se o entrevistado falar que tem ensino técnico, pergunte até que grau ele completou na escola)
a. ☐ Analfabeto b. ☐ Fundamental (1ª a 8ª série) incompleto c. ☐ Fundamental completo d. ☐ Ensino médio (1º a 3º colegial) incompleto e. ☐ Ensino médio completo f. ☐ Ensino superior incompleto g. ☐ Ensino superior completo h. ☐ NS/NR
4. O(a) senhor(a) possui alguma formação técnica na área de agricultura?
a. ☐ Sim b. ☐ Não (passar para a pergunta 6) c. ☐ NS/NR (passar para a pergunta 6)
5. Qual sua formação técnica? _____
6. Há quanto tempo o(a) senhor(a) é agricultor?
a. ☐ _____ anos b. ☐ Outro: _____ c. ☐ NS/NR

CARACTERIZAÇÃO DA TERRA
7. O local onde o(a) senhor(a) produz é assentamento de reforma agrária?
a. ☐ Sim b. ☐ Não c. ☐ NS/NR
8. O(a) senhor(a) é proprietário da terra em que produz?
a. ☐ Sim (passar para a pergunta 10) b. ☐ Não c. ☐ NS/NR (passar para a pergunta 10)
9. Em que condições o(a) senhor(a) explora a terra? (ENTREVISTADOR , ler as opções de resposta)
a. ☐ Arrendatário b. ☐ Meerio c. ☐ Parceiro d. ☐ Título de uso (assentado) e. ☐ Ocupante

f. ☐ Outro: _____ g. ☐ NS/NR
10. Qual é o tamanho da área de cultivo? (ENTREVISTADOR , colocar o tamanho na unidade que o entrevistado responder, seja hectare, alqueire, metro). a. ☐ _____ b. ☐ NS/NR
11. O(a) senhor(a) contrata mão de obra para trabalhar na terra? a. ☐ Sim b. ☐ Não (passar para a pergunta 13) c. ☐ NS/NR (passar para a pergunta 13)
12. Que tipo de mão de obra o(a) senhor(a) contrata? a. ☐ Permanente b. ☐ Temporária c. ☐ Outro: _____ d. ☐ NS/NR
13. O(a) senhor(a) tem outra renda além da sua produção? a. ☐ Sim b. ☐ Não (passar para a pergunta 15) c. ☐ NS/NR (passar para a pergunta 15)
14. Que outra renda o(a) senhor(a) tem? a. ☐ Aposentadoria b. ☐ Bolsa Família c. ☐ Outros: _____ d. ☐ NS/NR

CARACTERIZAÇÃO DA VENDA DIRETA PARA A MERENDA ESCOLAR
15. Em que ano o(a) senhor(a) tirou sua Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP física)? a. ☐ _____ b. ☐ NS/NR
16. Qual o principal motivo que levou o(a) senhor(a) a tirar a DAP? a. ☐ Possibilidade de acesso ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) (ENTREVISTADOR , selecionar esta opção se a resposta for "acesso à crédito") b. ☐ Possibilidade de acesso ao PAA c. ☐ Possibilidade de acesso ao PNAE d. ☐ Outros: _____ e. ☐ NS/NR
17. A qual grupo do Pronaf o(a) senhor(a) pertence? a. ☐ Grupo A b. ☐ Grupo B c. ☐ Grupo A/C d. ☐ Outros: _____ e. ☐ NS/NR
18. Em que ano o senhor se associou/cooperou? a. ☐ _____ b. ☐ NS/NR
19. Por que o senhor se associou/cooperou? (ENTREVISTADOR , pode marcar mais de uma opção de resposta). a. ☐ Comercialização b. ☐ Compra de insumos c. ☐ Armazenamento d. ☐ Produção coletiva e. ☐ Assistência técnica

- a. ☐ Possibilidade de acesso ao PAA
- b. ☐ Possibilidade de acesso ao PNAE
- c. ☐ Reforma das casas de assentamento rural de reforma agrária
- d. ☐ Beneficiamento de produtos
- e. ☐ Outras atividades que seriam mais facilmente realizadas por um grupo formal
- a. ☐ Outros _____
- f. ☐ NS/NR

DIVULGAÇÃO DA LEI 11.947 DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/MERENDA ESCOLAR

20. O(a) senhor(a) sabe que existe uma Lei do Programa da Merenda Escolar (Lei 11.947) que determina que uma parte dos alimentos servidos nas escolas deve ser comprada diretamente dos agricultores familiares?

- a. ☐ Sim
- b. ☐ Não *(passar para a pergunta 24)*
- c. ☐ NS/NR *(passar para a pergunta 24)*

21. Como o(a) senhor(a) ficou sabendo desta Lei 11.947?

- a. ☐ Por meio de gestor da educação (nutricionista ou outros)
- b. ☐ Por meio de gestor da agricultura (técnicos ou outros)
- c. ☐ Por meio de outros agricultores/associação/cooperativa (**ENTREVISTADOR**, selecionar esta opção se a resposta for "Sindicato de agricultores")
- d. ☐ Serviço de Apoio às Pequenas e Micro Empresas (Sebrae)
- e. ☐ Meios de comunicação (internet, rádio, TV, jornal, revista)
- f. ☐ Eventos (seminário, reuniões, encontros)
- g. ☐ Outros: _____
- h. ☐ NS/NR

22. O(a) senhor(a) assistiu a algum evento (seminário, palestra, reunião) que explicava sobre esta Lei 11.947?

- a. ☐ Sim
- b. ☐ Não *(passar para a pergunta 24)*
- c. ☐ NS/NR *(passar para a pergunta 24)*

23. O(a) senhor(a) achou que esse evento trouxe informações importantes para ajudá-lo(a) a vender diretamente para a merenda escolar?

- a. ☐ Sim
- b. ☐ Não
- c. ☐ NS/NR

INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE O PROCESSO DE VENDA

24. Antes de começar a vender diretamente para a merenda escolar, o(a) senhor(a) já vendia para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)?

- a. ☐ Sim
- b. ☐ Não *(passar para a pergunta 28)*
- c. ☐ NS/NR *(passar para a pergunta 28)*

25. O(a) senhor(a) vendia para o PAA de qual município? (**ENTREVISTADOR**, ler as opções de resposta. Pode marcar mais de uma opção de resposta).

- a. ☐ Mesmo município
- b. ☐ Outros municípios do mesmo estado
- c. ☐ Municípios de outros estados
- d. ☐ NS/NR

26. O(a) senhor(a) vendia para o PAA como agricultor individual ou através de associação/ cooperativa?

- a. ☐ Agricultor individual
- b. ☐ Associação/ Cooperativa
- c. ☐ NS/NR

27. Os produtos que o(a) senhor(a) vendia para o PAA iam para as escolas?

a. ☐ Sim
b. ☐ Não
c. ☐ NS/NR

28. Em que ano o senhor começou a vender diretamente para para a merenda escolar deste município?

a. ☐ Antes de 2009 (passar para a pergunta 30)
b. ☐ 2009 (passar para a pergunta 30)
c. ☐ 2010 (passar para a pergunta 30)
d. ☐ 2011
e. ☐ 2012
f. ☐ NS/NR

29. Qual o motivo do(a) senhor(a) não ter vendido para a merenda escolar antes?

a. ☐ Desconhecimento da Lei 11.947 pelo agricultor
b. ☐ Falta de interesse do próprio agricultor
c. ☐ Falta de documentação necessária, por parte do agricultor, para participar da chamada pública
d. ☐ A prefeitura não publicou a chamada pública antes
e. ☐ Dificuldade para elaborar o projeto de venda
f. ☐ Agricultor não produzia os produtos utilizados na alimentação escolar
g. ☐ A chamada pública não incluía os produtos vendidos pelo agricultor
h. ☐ Dificuldade de transportar os produtos até a prefeitura
i. ☐ Outros _____
j. ☐ NS/NR

PLANEJAMENTO E FORNECIMENTO DA PRODUÇÃO	
30. O(a) nutricionista da merenda escolar do seu município realizou algum contato com o(a) senhor(a) para identificar os produtos que o(a) senhor(a) produz?	
a. ☐ Sim b. ☐ Não c. ☐ NS/NR	
31. Quais os principais produtos que o(a) senhor(a) produzia em 2012?	32. Estes produtos foram vendidos para a merenda escolar em 2012?
31.1 _____	32.1 a. ☐ Sim b. ☐ Não
31.2 _____	32.2 a. ☐ Sim b. ☐ Não
31.3 _____	32.3 a. ☐ Sim b. ☐ Não
31.4 _____	32.4 a. ☐ Sim b. ☐ Não
31.5 _____	32.5 a. ☐ Sim b. ☐ Não
31.6 _____	32.6 a. ☐ Sim b. ☐ Não
31.7 _____	32.7 a. ☐ Sim b. ☐ Não
31.8 _____	32.8 a. ☐ Sim b. ☐ Não
31.9 _____	32.9 a. ☐ Sim b. ☐ Não
31.10 _____	32.10 a. ☐ Sim b. ☐ Não
31.11 _____	32.11 a. ☐ Sim b. ☐ Não
31.12 _____	32.12 a. ☐ Sim b. ☐ Não
31.13 _____	32.13 a. ☐ Sim b. ☐ Não
31.14 _____	32.14 a. ☐ Sim b. ☐ Não
31.15 _____	32.15 a. ☐ Sim b. ☐ Não
31.16 _____	32.16 a. ☐ Sim b. ☐ Não
Entrevistador , fazer a pergunta seguinte somente se o entrevistador assinalou, na pergunta 32 , que algum produto não foi vendido para a merenda escolar. Caso contrário, passar para a pergunta 34.	

<p>33. Por quê algum(ns) produto(s) da lista acima não foi(ram) vendido(s) para a merenda escolar?</p> <p>a. ☐ O preço pago pela merenda escolar estava baixo</p> <p>b. ☐ Esse produto já tinha mercado garantido</p> <p>c. ☐ Não fazia parte da lista dos produtos utilizados pela merenda escolar</p> <p>d. ☐ Os alunos não aceitam estes produtos</p> <p>e. ☐ Já havia atingido a cota de venda por DAP.</p> <p>f. ☐ Outros _____</p> <p>g. ☐ NS/NR</p>
<p>34. Dos produtos que o(a) senhor(a) vendeu para a merenda escolar no ano passado, existe algum que foi vendido somente para o a merenda escolar, isto é, que o senhor <u>não</u> comercializou em outros mercados?</p> <p>a. ☐ Sim</p> <p>b. ☐ Não (passar para a pergunta 36)</p> <p>c. ☐ NS/NR (passar para a pergunta 36)</p>
<p>35. Qual(is) produto(s)?</p> <p>a. _____</p> <p>b. _____</p> <p>c. _____</p> <p>d. _____</p> <p>e. _____</p> <p>f. _____</p> <p>g. _____</p> <p>h. _____</p> <p>i. ☐ NS/NR</p>
<p>36. Por quê este(s) produto(s) não foi(ram) comercializado(s) em outros mercados?</p> <p>a. ☐ O preço no mercado estava muito baixo</p> <p>b. ☐ A produção era insuficiente para a venda em outros mercados</p> <p>c. ☐ O mercado não se interessou pelo produto</p> <p>d. ☐ Dificuldade com transporte para outros mercados</p> <p>e. ☐ Outros _____</p> <p>f. ☐ NS/NR</p>
<p>37. Todos os produtos que o(a) senhor(a) produz são comercializados através da associação/ cooperativa?</p> <p>a. ☐ Sim (passar para a pergunta 38)</p> <p>b. ☐ Não</p> <p>c. ☐ NS/NR (passar para a pergunta 38)</p>
<p>38. Por que o senhor(a) não comercializa todos os produtos através da associação/ cooperativa ?</p> <p>a. ☐ _____</p> <p>b. ☐ NS/NR</p>
<p>39. O(a) senhor(a) produz produtos orgânicos?</p> <p>a. ☐ Sim, todos são orgânicos</p> <p>b. ☐ Somente alguns são orgânicos</p> <p>c. ☐ Não, nenhum é orgânico (passar para a pergunta 41)</p> <p>d. ☐ NS/NR</p>
<p>40. Estes produtos orgânicos têm certificação?</p> <p>a. ☐ Sim</p> <p>b. ☐ Não</p> <p>c. ☐ NS/NR</p>
<p>41. Os produtos fornecidos para a merenda escolar no ano passado eram orgânicos?</p> <p>a. ☐ Sim</p> <p>b. ☐ Alguns/ Parcialmente/ Quase todos</p>

c. ☐ Não
d. ☐ NS/NR
42. O(a) senhor(a) segue a legislação sanitária exigida para a venda para a merenda escolar?
a. ☐ Sim (passar para a pergunta 43)
b. ☐ Não
c. ☐ Meus produtos são “in natura”. (ENTREVISTADOR , selecionar esta resposta no caso do entrevistado responder que ele não precisa seguir a legislação porque ele vende produtos in natura e <u>passar para a questão 43</u>)
d. ☐ NS/NR (passar para a pergunta 43)
43. Por que não?
a. ☐ _____
b. ☐ NS/NR
44. No ano passado, o senhor vendeu produtos para a merenda escolar de outros municípios?
a. ☐ Sim
b. ☐ Não (passar para a pergunta 46)
c. ☐ NS/NR (passar para a pergunta 46)
45. Para quais municípios o(a) senhor(a) vendeu no ano passado? (ENTREVISTADOR , ler as opções de resposta. Pode marcar mais de uma opção de resposta).
a. ☐ Outros municípios do mesmo estado
b. ☐ Municípios de outros estados
c. ☐ NS/NR
46. O(a) senhor(a) vendeu como agricultor individual ou através de associação/ cooperativa ?
a. ☐ Agricultor individual
b. ☐ Associação/ cooperativa
c. ☐ NS/NR
47. O senhor já tentou vender seus produtos para a merenda escolar de algum outro município?
a. ☐ Sim
b. ☐ Não (passar para a pergunta 49)
c. ☐ NS/NR (passar para a pergunta 49)
48. O(a) senhor(a) tentou vender como agricultor individual ou através de de associação/ cooperativa ?
a. ☐ Agricultor individual
b. ☐ Associação/ cooperativa
c. ☐ NS/NR
49. Porque o(a) senhor(a) não conseguiu vender para estes outros municípios?
a. ☐ A prefeitura do outro município não publicou a chamada pública
b. ☐ A chamada pública não incluía os produtos vendidos pelo agricultor
c. ☐ Os agricultores/associação/cooperativa do outro município ganhou(aram) a chamada pública
d. ☐ A chamada pública do outro município era pouco clara
e. ☐ Outros _____
f. ☐ NS/NR
50. No ano passado, como estava organizada a entrega dos seus produtos para a associação/ cooperativa neste município? (ENTREVISTADOR , ler as opções de resposta)
a. ☐ Agricultor levava à cooperativa
b. ☐ Cooperativa recolhia os alimentos do agricultor no local da produção
c. ☐ Outro(s) _____
d. ☐ NS/NR
51. Na sua opinião, esta forma de entrega é boa para o(a) senhor(a)?
a. ☐ Sim (passar para a pergunta 52)
b. ☐ Não
c. ☐ NS/NR (passar para a pergunta 52)
52. Por que não?
a. ☐ _____
b. ☐ NS/NR

APOIO INSTITUCIONAL E ASSISTÊNCIA TÉCNICA
<p>53. Para conseguir vender para a merenda escolar, o (a) senhor(a) recebeu apoio da nutricionista do município?</p> <p>a. ☐ Sim</p> <p>b. ☐ Não (passar para a pergunta 54)</p> <p>c. ☐ NS/NR (passar para a pergunta 54)</p>
<p>54. Que tipo de apoio o(a) senhor(a) recebeu da nutricionista? (ENTREVISTADOR, pode marcar mais de uma opção de resposta).</p> <p>a. ☐ Orientações gerais sobre o processo de compra/venda da agricultura familiar</p> <p>b. ☐ Divulgação da demanda dos produtos da merenda escolar</p> <p>c. ☐ Planejamento de produção para cumprir demanda da merenda escolar</p> <p>d. ☐ Embalagem dos produtos</p> <p>e. ☐ Orientação para o transporte</p> <p>f. ☐ Classificação/padronização</p> <p>g. ☐ Elaboração de projetos</p> <p>h. ☐ Documentação</p> <p>i. ☐ Legislação sanitária</p> <p>j. ☐ Outro(s) _____</p> <p>k. ☐ NS/NR</p>
<p>55. Para conseguir vender para a merenda escolar, o(a) senhor(a) recebeu apoio de de algum órgão ou instituição da agricultura?</p> <p>a. ☐ Sim</p> <p>b. ☐ Não (passar para a pergunta 57)</p> <p>c. ☐ NS/NR (passar para a pergunta 57)</p>
<p>56. De qual instituição/ órgão o(a) senhor(a) recebeu apoio? (ENTREVISTADOR, pode marcar mais de uma opção de resposta)</p> <p>a. ☐ Órgão Municipal de Agricultura</p> <p>b. ☐ Secretaria Estadual de Agricultura/ Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI)/ Casa de Agricultura</p> <p>c. ☐ Coordenadoria de Desenvolvimento dos Agronegócios (CODEAGRO).</p> <p>d. ☐ Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra)</p> <p>e. ☐ Assistência particular</p> <p>f. ☐ Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (Itesp)</p> <p>g. ☐ ONG _____</p> <p>h. ☐ Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CMDR)</p> <p>i. ☐ Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMSEA)</p> <p>j. ☐ Serviço de Apoio às Pequenas e Micro Empresas (Sebrae)</p> <p>k. ☐ Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar)</p> <p>l. ☐ Outros _____</p> <p>m. ☐ NS/NR</p>
<p>57. Que tipo de apoio o(a) senhor(a) recebeu destas instituições? (ENTREVISTADOR, pode marcar mais de uma opção de resposta.)</p> <p>a. ☐ Orientação sobre documentação</p> <p>b. ☐ Orientação sobre técnica de produção</p> <p>c. ☐ Orientação sobre planejamento de produção</p> <p>d. ☐ Orientação sobre embalagem</p> <p>e. ☐ Orientação sobre armazenamento</p> <p>f. ☐ Orientação sobre transporte</p> <p>g. ☐ Orientação sobre classificação/padronização</p> <p>h. ☐ Orientação sobre elaboração de projetos</p> <p>i. ☐ Orientação sobre associativismo e cooperativismo</p> <p>j. ☐ Orientação sobre legislação sanitária</p> <p>k. ☐ Apoio para transportar os produtos</p> <p>l. ☐ Doação de materiais/maquinário</p> <p>m. ☐ Outro(s) _____</p> <p>n. ☐ NS/NR</p>
<p>58. Para conseguir vender para a merenda escolar, o(a) senhor(a) recebeu algum outro apoio que gostaria de</p>

<p>mentonar?</p> <p>a. ☐ Sim</p> <p>b. ☐ Não (passar para a pergunta 60)</p> <p>c. ☐ NS/NR (passar para a pergunta 60)</p>
<p>59. De quem o(a) senhor(a) recebeu apoio?</p> <p>a. _____</p> <p>b. ☐ NS/NR</p>
<p>60. Que tipo de apoio o(a) senhor(a) recebeu?</p> <p>a. _____</p> <p>b. ☐ NS/NR</p>

MUDANÇAS NA PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DEPOIS DE INICIAR A VENDA DIRETA PARA A MERENDA ESCOLAR	
Depois que o senhor começou a vender para a merenda escolar,	
<p>60. O(a) senhor(a) passou a produzir novos produtos para comercializar?</p> <p>a. ☐ Sim</p> <p>b. ☐ Não (passe para a questão 61)</p> <p>c. ☐ NS/NR (passe para a questão 61)</p>	<p>60.1 Quais produtos?</p> <p>a. _____</p> <p>b. _____</p> <p>c. _____</p> <p>d. _____</p> <p>e. _____</p> <p>f. ☐ NS/NR</p>
<p>61. O(a) senhor(a) aumentou a quantidade da sua produção?</p> <p>a. ☐ Sim</p> <p>b. ☐ Não</p> <p>c. ☐ NS/NR</p>	<p>62. Houve aumento da área cultivada?</p> <p>a. ☐ Sim</p> <p>b. ☐ Não</p> <p>c. ☐ NS/NR</p>
<p>63. Houve alguma mudança na maneira como o(a) senhor(a) passou a planejar a sua produção?</p> <p>a. ☐ Sim</p> <p>b. ☐ Não (passe para a questão 64)</p> <p>c. ☐ NS/NR (passe para a questão 64)</p>	<p>63.1 Qual mudança?</p> <p>a. ☐ _____</p> <p>_____</p> <p>b. ☐ NS/NR</p>
<p>64. O(a) senhor(a) passou a usar mais técnicas/insumos, como adubos, irrigação ou alguma outra?</p> <p>a. ☐ Sim</p> <p>b. ☐ Não (passe para a questão 65)</p> <p>☐ NS/NR (passe para a questão 65)</p>	<p>64.1 Que tipo de técnicas/insumos o(a) senhor(a) passou a usar mais? (ENTREVISTADOR, pode marcar mais de uma opção de resposta)</p> <p>d. ☐ Adubo orgânico</p> <p>e. ☐ Fertilizante</p> <p>f. ☐ Pesticida</p> <p>g. ☐ Maquinas/implementos</p> <p>h. ☐ Irrigação</p> <p>i. ☐ Lona plástica</p> <p>j. ☐ Agricultura orgânica</p> <p>k. ☐ Outro(s) _____</p> <p>l. ☐ NS/NR</p>
<p>65. O(a) senhor(a) investiu mais em infraestrutura?</p> <p>a. ☐ Sim</p> <p>b. ☐ Não (passe para a questão 66)</p> <p>c. ☐ NS/NR (passe para a questão 66)</p>	<p>65.1 Em que tipo de infraestrutura o(a) senhor(a) investiu mais? (ENTREVISTADOR, pode marcar mais de uma opção de resposta)</p> <p>a. ☐ Sistema de irrigação</p> <p>b. ☐ Sistema de arame para sustentação</p> <p>c. ☐ Equipamentos de segurança</p> <p>d. ☐ material de fumigação</p> <p>e. ☐ Estufa</p> <p>f. ☐ Cobertura</p>

	g. ☐ Outro(s) _____ h. ☐ NS/NR
--	---

Para poder vender para a merenda escolar, o(a) senhor(a) tem que:		
66. Processar minimamente os produtos (como por exemplo, descascar, cortar, sanitizar) (Entrevistador , no caso do agricultor ser produtor de mel, <u>não</u> ler os exemplos) e. ☐ Sim, todos os produtos (passe para a questão 67) f. ☐ Alguns produtos g. ☐ Não, nenhum produto (passe para a questão 68) h. ☐ NS/NR (passe para a questão 68)	66.1 Quais produtos? a. _____ _____ b. ☐ NS/NR	
67. O senhor fazia isto antes de vender para a merenda escolar? a. ☐ Sim b. ☐ Não c. ☐ NS/NR		
68. Embalar os produtos de forma diferente que o senhor fazia antes? a. ☐ Sim b. ☐ Não (passe para a questão 69) c. ☐ NS/NR (passe para a questão 69)	68.1 O que mudou na forma como o senhor embala os produtos? (ENTREVISTADOR , fazer a pergunta e passar para a questão 70) a. _____ _____ _____ b. ☐ NS/NR	69. Como o senhor embala seus produtos? a. _____ b. ☐ NS/NR
70. Transportar os produtos até o ponto de entrega de forma diferente que o senhor fazia antes? a. ☐ Sim b. ☐ Não (passe para a questão 71) c. ☐ NS/NR (passe para a questão 71) d. ☐ Não se aplica (no caso dos produtos serem recolhidos. Passe para a questão 72)	70.1 O que mudou na forma como o senhor transporta os produtos? (ENTREVISTADOR , fazer a pergunta e passar para a questão 72) a. _____ _____ _____ b. ☐ NS/NR	71. Como o senhor transporta os produtos até o ponto de entrega? a. _____ _____ b. ☐ NS/NR

Antes de começar a vender para a merenda escolar, onde o(a) senhor(a) vendia sua produção? (ENTREVISTADOR , ler as opções de resposta: feira livre, supermercados, Ceasa, etc e responder cada uma delas).		
72. Feira livre a. ☐ Sim b. ☐ Não (passe para a questão 73) c. ☐ NS/NR (passe para a questão 73)	72.1 De qual município? (ENTREVISTADOR , ler as opções de resposta) a. ☐ Mesmo município b. ☐ Outros municípios do mesmo estado c. ☐ Municípios de outros estados d. ☐ NS/NR	72.1.1 O(a) senhor(a) vendia como agricultor individual ou por associação/cooperativa? a. ☐ Agricultor individual b. ☐ Associação/cooperativa c. ☐ NS/NR

73. Supermercados a. ☐ Sim b. ☐ Não (<i>passa para a questão 74</i>) c. ☐ NS/NR (<i>passa para a questão 74</i>)	73.1 De qual município? a. ☐ Mesmo município b. ☐ Outros municípios do mesmo estado c. ☐ Municípios de outros estados d. ☐ NS/NR	73.1.1 O(a) senhor(a) vendia como agricultor individual ou por associação/cooperativa? a. ☐ Agricultor individual b. ☐ Associação/cooperativa c. ☐ NS/NR
74. Ceasa a. ☐ Sim b. ☐ Não (<i>passa para a questão 75</i>) c. ☐ NS/NR (<i>passa para a questão 75</i>)	74.1 De qual município? a. ☐ Mesmo município b. ☐ Outros municípios do mesmo estado c. ☐ Municípios de outros estados d. ☐ NS/NR	74.1.1 O(a) senhor(a) vendia como agricultor individual ou por associação/cooperativa? a. ☐ Agricultor individual b. ☐ Associação/cooperativa c. ☐ NS/NR
75. Sacolões/ Quitandas a. ☐ Sim b. ☐ Não (<i>passa para a questão 76</i>) c. ☐ NS/NR (<i>passa para a questão 76</i>)	75.1 De qual município? a. ☐ Mesmo município b. ☐ Outros municípios do mesmo estado c. ☐ Municípios de outros estados d. ☐ NS/NR	75.1.1 O(a) senhor(a) vendia como agricultor individual ou por associação/cooperativa? a. ☐ Agricultor individual b. ☐ Associação/cooperativa c. ☐ NS/NR
76. Atravessador a. ☐ Sim b. ☐ Não (<i>passa para a questão 77</i>) c. ☐ NS/NR (<i>passa para a questão 77</i>)	76.1 De qual município? a. ☐ Mesmo município b. ☐ Outros municípios do mesmo estado c. ☐ Municípios de outros estados d. ☐ NS/NR	76.1.1 O(a) senhor(a) vendia como agricultor individual ou por associação/cooperativa? a. ☐ Agricultor individual b. ☐ Associação/cooperativa c. ☐ NS/NR
77. Atacadistas e. ☐ Sim f. ☐ Não (<i>passa para a questão 78</i>) g. ☐ NS/NR (<i>passa para a questão 78</i>)	77.1 De qual município? a. ☐ Mesmo município b. ☐ Outros municípios do mesmo estado c. ☐ Municípios de outros estados d. ☐ NS/NR	77.1.1 O(a) senhor(a) vendia como agricultor individual ou por associação/cooperativa? a. ☐ Agricultor individual b. ☐ Associação/cooperativa c. ☐ NS/NR
78. Outros: _____	78.1 De qual município? a. ☐ Mesmo município b. ☐ Outros municípios do mesmo estado c. ☐ Municípios de outros estados d. ☐ NS/NR	78.1.1 O(a) senhor(a) vendia como agricultor individual ou por associação/cooperativa? a. ☐ Agricultor individual b. ☐ Associação/cooperativa c. ☐ NS/NR

Atualmente, além da merenda escolar, onde o senhor vende sua produção? (**ENTREVISTADOR**, ler as opções de resposta: feira livre, supermercados, Ceasa, etc etc e responder cada uma delas).

79. Feira livre a. ☐ Sim b. ☐ Não (passe para a questão 80) c. ☐ NS/NR (passe para a questão 80)	79.1 De qual município? (ENTREVISTADOR, ler as opções de resposta) a. ☐ Mesmo município b. ☐ Outros municípios do mesmo estado c. ☐ Municípios de outros estados d. ☐ NS/NR	79.1.1 O(a) senhor(a) vendia como agricultor individual ou por associação/cooperativa? a. ☐ Agricultor individual b. ☐ Associação/cooperativa c. ☐ NS/NR
80. Supermercados a. ☐ Sim b. ☐ Não (passe para a questão 81) c. ☐ NS/NR (passe para a questão 81)	80.1 De qual município? a. ☐ Mesmo município b. ☐ Outros municípios do mesmo estado c. ☐ Municípios de outros estados d. ☐ NS/NR	80.1.1 O(a) senhor(a) vendia como agricultor individual ou por associação/cooperativa? a. ☐ Agricultor individual b. ☐ Associação/cooperativa c. ☐ NS/NR
81. Ceasa a. ☐ Sim b. ☐ Não (passe para a questão 82) c. ☐ NS/NR (passe para a questão 82)	81.1.1 De qual município? a. ☐ Mesmo município b. ☐ Outros municípios do mesmo estado c. ☐ Municípios de outros estados d. ☐ NS/NR	81.1.1 O(a) senhor(a) vendia como agricultor individual ou por associação/cooperativa? a. ☐ Agricultor individual b. ☐ Associação/cooperativa c. ☐ NS/NR
82. Sacolões/ Quitandas a. ☐ Sim b. ☐ Não (passe para a questão 83) c. ☐ NS/NR (passe para a questão 83)	82.1 De qual município? a. ☐ Mesmo município b. ☐ Outros municípios do mesmo estado c. ☐ Municípios de outros estados d. ☐ NS/NR	82.1.1 O(a) senhor(a) vendia como agricultor individual ou por associação/cooperativa? a. ☐ Agricultor individual b. ☐ Associação/cooperativa c. ☐ NS/NR
83. Atravessador a. ☐ Sim b. ☐ Não (passe para a questão 84) c. ☐ NS/NR (passe para a questão 84)	83.1 De qual município? a. ☐ Mesmo município b. ☐ Outros municípios do mesmo estado c. ☐ Municípios de outros estados d. ☐ NS/NR	83.1.1 O(a) senhor(a) vendia como agricultor individual ou por associação/cooperativa? a. ☐ Agricultor individual b. ☐ Associação/cooperativa c. ☐ NS/NR
84. Atacadistas a. ☐ Sim b. ☐ Não (passe para a questão 85) c. ☐ NS/NR (passe para a questão 85)	84.1 De qual município? a. ☐ Mesmo município b. ☐ Outros municípios do mesmo estado c. ☐ Municípios de outros estados d. ☐ NS/NR	84.1.1 O(a) senhor(a) vendia como agricultor individual ou por associação/cooperativa? a. ☐ Agricultor individual b. ☐ Associação/cooperativa c. ☐ NS/NR
85. Outros: _____	85.1 De qual município? a. ☐ Mesmo município b. ☐ Outros municípios do mesmo estado c. ☐ Municípios de outros estados d. ☐ NS/NR	85.1.1 O(a) senhor(a) vendia como agricultor individual ou por associação/cooperativa? a. ☐ Agricultor individual b. ☐ Associação/cooperativa c. ☐ NS/NR

86. De maneira geral, como é o preço pago pela merenda escolar em relação aos outros mercados onde o(a) senhor(a) comercializa seus produtos? (**ENTREVISTADOR**, ler as opções de resposta)

- a. ☐ Igual
- b. ☐ Mais alto
- c. ☐ Mais baixo
- d. ☐ Outro: _____
- e. ☐ NS/NR

87. Depois que a merenda escolar começou a comprar diretamente dos agricultores familiares, houve mudança dos preços dos produtos nos outros mercados?

- a. ☐ Sim
- b. ☐ Não (*passa para a questão 89*)
- c. ☐ NS/NR (*passa para a questão 89*)

88. O que ocorreu com os preços destes produtos nos outros mercados?

- a. ☐ Ficaram mais altos
- b. ☐ Ficaram mais baixos
- c. ☐ Outro: _____
- d. ☐ NS/NR

89. Houve aumento da sua renda após começar a vender para o PNAE?

- a. ☐ Sim
- b. ☐ Não
- c. ☐ NS/NR

90. Em que mês de 2012 foi assinado o seu contrato com a merenda escolar?

- a. ☐ _____
- b. ☐ NS/NR

91. Quantos meses o(a) senhor(a) forneceu para a merenda escolar em 2012?

- a. ☐ _____ meses
- b. ☐ NS/NR

CONSIDERAÇÕES FINAIS

92. Na sua opinião, quais foram as principais dificuldades que o(a) senhor(a) encontrou pra vender para a merenda escolar?

- a. ☐ Falta de informação sobre o processo de venda
- b. ☐ Documentação exigida
- c. ☐ Burocracia
- d. ☐ Problemas na emissão da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP),
- e. ☐ Falta de apoio da prefeitura
- f. ☐ Falta de assistência técnica
- g. ☐ Cumprir com a legislação sanitária
- h. ☐ Cumprir com os prazos estabelecidos
- i. ☐ Cumprir com as quantidades estipuladas
- j. ☐ Cumprir com as condições de processamento mínimo estipuladas (descascamento, corte, sanitização, acondicionamento em embalagens)
- k. ☐ Transporte dos produtos
- l. ☐ Atrasos na liberação de recursos da prefeitura
- m. ☐ Preço abaixo do valor de mercado para alguns produtos.
- n. ☐ Outros _____
- o. ☐ NS/NR

Na sua opinião, o que pode ser feito para melhorar o processo de venda direta dos agricultores familiares para a

Anexo 5 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) como voluntário(a) a participar da pesquisa: **“O encontro entre o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e a agricultura familiar: avaliação do processo de implementação e dos possíveis efeitos das compras locais, segundo a lei 11.947/2009”**.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é uma política pública de alimentação escolar de grande importância e abrangência no país, cuja lei (11.947/2009) foi recentemente aprovada (junho de 2009), instituindo vários avanços como a compra diretamente da agricultura familiar para o programa. Neste sentido, considera-se de extrema importância conhecer como está sendo o processo de implementação da mesma e entender como está se efetivando a operacionalização das compras locais em alguns municípios, para se detectar prováveis fragilidades, resultados positivos já alcançados, as sugestões para aperfeiçoamento e as potencialidades da conexão do PNAE com a AF.

O objetivo desse projeto é identificar as condições e os fatores envolvidos no processo de implementação da compra da agricultura familiar pelo PNAE, de acordo a Lei no 11.947, no âmbito institucional e de organizações civis, em municípios do estado de São Paulo.

O procedimento de coleta de dados se constitui por uma entrevista que durará aproximadamente 15 minutos. O entrevistador faz parte da equipe de colaboradores treinados para tal fim.

DESCONFORTOS E RISCOS E BENEFÍCIOS: O projeto prevê apenas a realização de entrevistas com os participantes, os quais serão voluntários, portanto, acredita-se que os riscos ou desconfortos sejam mínimos, por exemplo, a chance remota do extravio dos dados levando a um constrangimento. Quanto aos benefícios, acredita-se que os resultados desta pesquisa poderão trazer esclarecimentos a respeito da implementação e alguns efeitos desta política, o que poderá contribuir para a sua melhoria e conseqüentemente melhor atendimento de uma das populações beneficiadas.

FORMA DE ACOMPANHAMENTO E ASSINTÊNCIA: Este item não se aplica à esta pesquisa.

GARANTIA DE ESCLARECIMENTO, LIBERDADE DE RECUSA E GARANTIA DE SIGILO: Você será esclarecido(a) sobre a pesquisa em qualquer aspecto que desejar. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade ou perda de benefícios.

O(s) pesquisador(es) irá(ão) tratar a sua identidade com padrões profissionais de sigilo. Os resultados da serão enviados para você e permanecerão confidenciais. Seu nome ou o material que indique a sua participação não será liberado sem a sua permissão. Você não será identificado(a) em nenhuma publicação que possa resultar deste estudo. Uma cópia deste consentimento informado será arquivada no Curso de Pós Graduação em Nutrição da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo e outra será fornecida a você.

CUSTOS DA PARTICIPAÇÃO, RESSARCIMENTO E INDENIZAÇÃO POR EVENTUAIS DANOS: A participação no estudo não acarretará custos para o(a) senhor(a) e não será disponível nenhuma compensação financeira adicional.

DECLARAÇÃO DA PARTICIPANTE OU DO RESPONSÁVEL PELA PARTICIPANTE: Eu, _____ fui informada (o) dos objetivos da pesquisa acima de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que em qualquer momento poderei solicitar novas informações e motivar minha decisão se assim o desejar. O(a) professor(a) orientador(a) Betzabeth Slater Villar certificou-me de que todos os dados desta pesquisa serão confidenciais. Também sei que caso existam gastos adicionais, estes serão absorvidos pelo orçamento da pesquisa. Em caso de dúvidas poderei chamar a estudante Bruna Lourenço Januario e o(a) professor(a) orientador(a) Betzabeth Slater Villar, no telefone (11) 30617853 ou o Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, sito à Av. Dr. Arnaldo, 715, Cerqueira César – São Paulo, SP.

Declaro que concordo em participar desse estudo. Recebi uma cópia deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Profª Drª Betzabeth Slater Villar
Coordenadora da pesquisa
FSP/USP

Pesquisador:

Instituição:

Participante

_____ de _____ de 2012

Anexo 6 – Primeira página do currículo lattes da autora da tese de doutorado Flavia Schwartzman

English ?

Dados gerais | Formação | Atuação | Projetos | Produções | Eventos | +

Flavia Schwartzman
Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/4109555201433129>
Última atualização do currículo em 17/01/2013

Nutricionista, com pós graduação em Nutrição. Tem experiência nas áreas de Saúde Pública e Educação Nutricional atuando principalmente nos seguintes temas: alimentação e nutrição escolar, segurança alimentar e nutricional, programas de educação nutricional e crianças com necessidades especiais. *(Texto informado pelo autor)*

Identificação

Nome Flavia Schwartzman

Nome em citações bibliográficas SCHWARTZMAN, F.; Schwartzman, Flavia

Endereço

Formação acadêmica/titulação

2011 Doutorado em andamento em Nutrição em Saúde Pública.
Faculdade de Saúde Pública - USP.

Anexo 7 - Primeira página do currículo lattes da orientadora da tese de doutorado Prof. Dra. Betzabeth Slater Villar

[English](#)

[Dados gerais](#)
[Formação](#)
[Atuação](#)
[Projetos](#)
[Produções](#)
[Patentes e Registros](#)
[Educação e Popularização de C & T](#)
[Eventos](#)
[Orientações](#)
[Bancas](#)
[Citações](#)
[+](#)

Betzabeth Slater Villar

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/9309234246811567>

Última atualização do currículo em 11/06/2014

possui graduação em Nutrição pela Universidade Nacional Mayor de San Marcos (1986), mestrado em Nutrição Humana Aplicada pela Universidade de São Paulo (1996) e doutorado em Saúde Pública pela Universidade de São Paulo (2001). Atualmente é professor doutor da Universidade de São Paulo. Tem experiência na área de Nutrição, com ênfase em Epidemiologia Nutricional, atuando principalmente nos seguintes temas: Métodos quantitativos e qualitativos para avaliação do consumo alimentar de adolescentes e adultos.; Recomendações nutricionais DRIs e Alimentação de crianças e adolescentes. É Editora associada da Revista Brasileira de Epidemiologia e atua como parecerista de Revista de Saúde Pública e Europ. Journal of Clinical Nutrition. Também é membro titular do conselho do departamento de Nutrição da Faculdade de Saúde Pública (Texto informado pelo autor)

Identificação

Nome Betzabeth Slater Villar

Nome em citações bibliográficas SLATER, B.; Slater, Betzabeth; VILLAR, BETZABETH SLATER

Endereço